**Fernanda Silva Gomes**

# DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE MONTES CLAROS:

## (RE) ESTRUTURAÇÃO URBANA E NOVAS ARTICULAÇÕES URBANO-REGIONAIS

**Belo Horizonte**

**Escola de Arquitetura da UFMG**

**2007**

# Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

**Fernanda Silva Gomes**

# DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE MONTES CLAROS:

## (RE) ESTRUTURAÇÃO URBANA E NOVAS ARTICULAÇÕES URBANO-REGIONAIS

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e Prática do Projeto de Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór

**Belo Horizonte**

**Escola de Arquitetura da UFMG**

**2007**

FICHA CATALOGRÁFICA

Gomes, Fernanda Silva
G633d Discursos contemporâneos sobre Montes Claros : (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais / Fernanda Silva Gomes. - 2007

181f. : il.

Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-Mor
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1.Urbanização 2. Crescimento urbano – Montes Claros (MG) 3. Renovação urbana – Montes Claros(MG) 4. Economia urbana 5. Planejamento urbano 6. Planejamento regional 7. Montes Claros(MG) - História 8. Minas Gerais, Norte I. Monte-Mór, Roberto Luís de Melo II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura III. Título

CDD : 711.4098151

## *Agradecimentos*

*À Deus que sempre me deu forças para seguir em frente;*

*Aos meus pais, Vanda e Gegê, pelo apoio;*

*À vovó Nair pelo carinho;*

*Ao meu orientador Roberto e;*

*À todos que me ajudaram.*

## RESUMO

A transformação de Montes Claros de uma Cidade Agrário-Mercantil para uma Cidade Urbano-Industrial se refletiu diretamente na configuração da sua estrutura urbana: a expansão do tecido urbano, a periferização do uso e ocupação do solo, a proliferação de assentamentos subnormais, a segregação sócio-espacial, a descentralização comercial do centro e o surgimento de novas centralidades. Montes Claros passou de uma Cidade Monocêntrica a uma Cidade Policêntrica. O processo de reestruturação urbana de Montes Claros está atrelado à formação de uma cidade-região e à sua consolidação como pólo terciário e industrial da rede urbana do Norte de Minas. O objetivo deste trabalho é discutir as tendências de configuração sócio-espacial da atual estrutura urbana de Montes Claros e as novas articulações urbano-regionais da mesma.



**Palavras-chave:** Montes Claros/MG - história; urbanização; expansão urbana – Montes Claros; reestruturação urbana – Montes Claros; Norte de Minas Gerais; rede urbana; cidade-região; articulações urbano-regionais.

## ABSTRACT

The transformation of Montes Claros from an “Agrarian-Mercantile City” to an “Urban-Industrial City” reflects directly on the configuration of its “urban structure”: the expansion of the “urban tissue"; the "periphericization" of land-use and land-occupation; the proliferation of subnormal housing; the segregation within urban space; the decentralization of “downtown” and the emergence of new centralities. Montes Claros also changed from a “Monocentric City” to a “Policentric City”. The process of urban restructuring in Montes Claros is associated to its coming out as a “City-Region” and to its consolidation as a “tertiary and industrial pole” within the urban network of Northern Minas Gerais. The objective of this research is to discuss Montes Claros’s urban structure current tendencies of socio-spatial configuration and its new urban-regional articulations.

**Keywords:** Montes Claros/MG - history; urbanization; urban expansion – Montes Claros; urban restructuring – Montes Claros; Minas Gerais, North; urban network; city-region; urban-regional articulations.

## LISTA DE FIGURAS


FIGURA 1 Principais ligações rodoviárias de Montes Claros..... .....20

FIGURA 2 Mapa das mesorregiões de Minas Gerais segundo o IBGE.....34

FIGURA 3 Mapa das microrregiões do Norte de Minas segundo o IBGE.....34

FIGURA 4 Mapa físico-territorial dos municípios do Norte de Minas.....35

FIGURA 5 Delimitação do município de Montes Claros e da mancha urbana.....36

FIGURA 6 Delimitação do perímetro urbano de Montes Claros.....37

FIGURA 7 Mapa do IDH dos municípios mineiros.....50

FIGURA 8 Praça da Matriz de Montes Claros no início do século XX.....62

FIGURA 9 Ligações rodoviárias no Norte de Minas.....83

FIGURA 10 Casa da sede da Fazenda dos Montes Claros.....88

FIGURA 11 A ocupação urbana de Montes Claros no início do século XX.....89

FIGURA 12 Detalhe da área central.....89

FIGURA 13 Bairros de Montes Claros da década de 1950.....91

FIGURA 14 Mancha urbana de Montes Claros da década de 1970.....94

FIGURA 15 A expansão urbana de Montes Claros de 1970 a 2000.....95

FIGURA 16 A mancha urbana atual de Montes Claros.....97

FIGURA 17 Centro de Montes Claros segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo.....110

FIGURA 18 Fotos do Centro de Montes Claros.....117

FIGURA 19 Subcentros de Montes Claros.....119

FIGURA 20 Fotos de edificações de comércio e serviços do bairro Major Prates.....121

FIGURA 21 Montes Claros Shopping e entorno.....123

FIGURA 22 Fotos do Montes Claros Shopping e edificações do entorno.....124

FIGURA 23 Distrito Industrial de Montes Claros e o Bairro Universitário.....125

FIGURA 24 Fotos do Distrito Industrial de Montes Claros.....127

FIGURA 25 Fotos das faculdades localizadas na Zona Norte da Cidade.....128

FIGURA 26 Fotos de edifícios próximo à Prefeitura Municipal.....130

FIGURA 27 Fotos de edificações voltadas para a Avenida *Sanitária*.....131

FIGURA 28 Fotos de prédios voltados para a Avenida Mestra Fininha.....132

FIGURA 29 Bairro Ibituruna.....133

FIGURA 30 Fotos das edificações voltada para a avenida José Correa Machado.....134

# LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Distribuição do PIB por setor de municípios do Norte de Minas em 2000.....43

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Área, população e densidade demográfica de municípios do Norte de Minas.....38

QUADRO 2 Renda mensal do chefe de família de Montes Claros.....45

QUADRO 3 Evolução do IDH de municípios do Norte de Minas em 1970, 1980, 1991 e 2000.....47

QUADRO 4 Taxas anuais de crescimento da população rural do Norte de Minas e de Minas Gerais - 1960/70 e 1970/80.....67

QUADRO 5 Aspectos demográficos do município de Montes Claros entre 1960 a 2000.....68

QUADRO 6 Os assentamentos subnormais de Montes Claros em 2001.....103

QUADRO 7 Característica dos assentamentos subnormais de Montes Claros em 2001.....104

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Distribuição do PIB por setor econômico da região Noroeste de Minas e do estado de Minas Gerais – 1970.....41

GRÁFICO 2 Distribuição do PIB por setor no Norte de Minas e em Minas Gerais – 1985 e 1998.....42

GRÁFICO 3 PEA de Montes Claros distribuída por setor - 1960 e 1970.....44

GRÁFICO 4 PIB e população ocupada por setor em Montes Claros em 2003.....45

GRÁFICO 5 Empresas que atuaram em Montes Claros e pessoal ocupado por atividades em 2003.....46

GRÁFICO 6 Estabelecimentos por gênero de indústrias de Montes Claros – 1960.....64

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMANS – Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)

BNH – Banco Nacional de Habitação

CDI - Companhia de Distrito Industrial

CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CODEVALE – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba

CNPU - Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

FACIT – Faculdade de Ciências e Tecnologia

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste

FJP – Fundação João Pinheiro

FUNM – Fundação Norte Mineira de Ensino

FUNORTE – Faculdades Unidas do Norte de Minas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços

IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEPHA/MG - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produto Industrializado

ISS - Imposto sobre Serviços

ONU – Organização das Nações Unidas

PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado

PDMC – Plano de Desenvolvimento de Montes Claros

PEA - População Economicamente Ativa

PECPM – Projeto Especial Cidade de Porte Médio

PEMAS – Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais

PIB – Produto Interno Bruto

PMDES - Plano Mineiro de Desenvolvimento

PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PMMC – Prefeitura Municipal de Montes Claros

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação

SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDENOR - Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas

SUS – Sistema Único de Saúde

TELEMIG - Telecomunicações de Minas Gerais

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

# SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO** **15**

**1 - A CIDADE NA REGIÃO: MONTES CLAROS NO NORTE DE MINAS GERAIS** **30**

**1.1 UM ESTUDO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO DO NORTE DE MINAS** **31**

1.1.1 Um conceito de região 31
1.1.2 Aspectos físico-territoriais e populacionais do Norte de Minas 33
1.1.3 Um perfil econômico de Montes Claros e do Norte de Minas 40
1.1.4 Crescimento x Desenvolvimento do Norte de Minas 47

**1.2 O "FENÔMENO URBANO" E AS TRANSFORMAÇÕES DE MONTES CLAROS** **52**

1.2.1 Um breve histórico: da "polis" ao "urbano" 52
1.2.2 Montes Claros: da cidade agrária à cidade pólo de serviços 56
1.2.3 Do curral à cidade 58
1.2.4 Da estrada de ferro aos mercados 60
1.2.5 O processo de industrialização e de urbanização de Montes Claros 63
1.2.6 O urbano: a "terciarização" e novas formas de consumo 70

**1.3 MONTES CLAROS NA REDE URBANA DO NORTE DE MINAS** **75**

1.3.1 Um estudo sobre rede urbana 75
1.3.2 Um conceito de cidade-região 80
1.3.3 As articulações de Montes Claros no Norte de Minas 82

**2 - A REGIÃO NA CIDADE: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E DE REESTRUTURAÇÃO URBANA DE MONTES CLAROS** **86**

**2.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE MONTES CLAROS** **87**

2.1.1 A cidade monocêntrica 88
2.1.2 A cidade "setorizada" 92
2.1.3 A expansão urbana de Montes Claros 94
2.1.4 A segregação sócio-espacial de Montes Claros 98
2.1.5 O processo de periferização de Montes Claros 100
2.1.6 A Questão Habitacional de Montes Claros 102

**2.2 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DE MONTES CLAROS 107**

2.2.1 Um conceito de centro, subcentro e centralidade 107
2.2.2 O centro de Montes Claros e sua descentralização comercial 111
2.2.3 Os subcentros de Montes Claros 118
2.2.4 A expansão do comércio de bairro e o caso do bairro Major Prates 120
2.2.5 Novos padrões de consumo e o “Montes Claros Shopping Center” 122
2.2.6 A refuncionalização da área do Distrito Industrial e da zona norte da cidade 125
2.2.7 A renovação urbana de centralidades lineares de Montes Claros 129

**3 – A CIDADE-REGIÃO: MONTES CLAROS NO CENÁRIO URBANO-REGIONAL 136**

**3.1 ALGUNS PLANOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PARA MONTES CLAROS 137**

3.1.1 Os Planos e Programas de Montes Claros da década de 1970 137
3.1.2 O PDMC (1991) e os Planos Diretores de Montes Claros de 1995 e 2001 143
3.1.3 Os planos da atual gestão 150

**3.2 OS DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE MONTES CLAROS 152**

3.2.1 Montes Claros como Lugar Central 155
3.2.2 Montes Claros como cidade média na rede urbana 156
3.2.3 O Urbano em Montes Claros e a questão cultural do Norte de Minas 160
3.2.4 Montes Claros como cidade policêntrica 162
3.2.5 Montes Claros como cidade-região: um “Projeto Regional” para o Norte de Minas 165

**CONIDERAÇÕES FINAIS 171**

**REFERÊNCIAS 175**

**ANEXOS 181**

# INTRODUÇÃO

As atuais transformações sócio-econômicas do Brasil foram marcadas pelos processos de globalização e de reestruturação econômica e produtiva. Segundo Diniz (1996), as tendências de reestruturação produtiva, seja da desconcentração da economia, seja da reversão da polarização, com relativa dispersão da indústria e reconcentração regional, provocaram a inserção de pólos ou regiões de crescimento, que tiveram capacidade de capturar novas atividades econômicas. Essas transformações levaram a uma redefinição da rede urbana brasileira.

O estudo sobre rede urbana advém do significado que o processo de urbanização passou a ter no desenvolvimento nacional, ao condicionar mudanças cruciais na sociedade e na formação do espaço urbano. As cidades deixam de ser vistas de forma isolada e passam a ser analisadas a partir das articulações funcionais que estabelecem entre si. Através da rede urbana e da crescente rede de comunicação, transporte e informação a ela vinculada, distantes regiões puderam se articular, estabelecendo assim, uma economia mundial.

> Com as redes aprimora-se a visão dos desdobramentos espaciais causados por fenômenos políticos, sociais e econômicos, sejam os desencadeados pelas transformações estruturais dadas pela formação da sociedade urbano-industrial em várias partes do mundo, sejam aqueles associados, mais recentemente, às novas materialidades e virtualidades advindas de processos globarizadores (MATOS, 2005: 111).

Para o filósofo Henri Lefebvre (1999), o “urbano” e a formação de uma sociedade urbana são resultados do processo de industrialização das cidades. Para explicar o *fenômeno urbano* e a formação da sociedade urbana, Lefebvre (1999), no seu livro “A Revolução Urbana”, traça um eixo espaço-temporal do 0% ao 100% no qual posiciona de forma evolutiva: a Cidade Política, a Cidade Mercantil, a Cidade Industrial e o “Urbano”.

Monte-Mór (2005), com base em Lefebvre, não se refere ao “urbano” como o adjetivo que qualifica a cidade, mas ao substantivo que surge como o terceiro elemento (síntese e extensão) na oposição dialética cidade-campo. O urbano, para Monte-Mór, é a manifestação material do espaço social integrado, (re)definido pela urbanização que se estende virtualmente por todo o território e caracteriza a sociedade urbano-industrial contemporânea. Pode-se deduzir, então, que o “urbano” marca o fim da dualidade campo-cidade nas sociedades urbano-industriais, a partir do momento que aborda a *totalidade*, seja ela a região, o país ou o mundo.

É importante destacar que, ao contrário do período atual, até a década de 1960, as opções internacionais de comércio surtiam pouco efeito nos mercados nacionais. A pequena divisão territorial do trabalho, a baixa integração nacional e as atividades industriais ainda não tinham adquirido a expressão econômica que têm hoje. Dessa forma, a rede urbana brasileira estava associada a um padrão de interação espacial predominantemente regional, ou seja, o país estava estruturado em torno de metrópoles regionais consolidadas ou em formação (CORRÊA, 2001).

De acordo com Rosa Moura (2004), até os anos 1970, a indústria impôs uma lógica aglomeradora como condição básica à produção e reprodução do capital, que erigiu metrópoles como centralidades fundamentais ao desenvolvimento desse processo. Além de São Paulo e Rio de Janeiro, consolidaram-se também outras metrópoles brasileiras como Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Curitiba, num processo entendido como *metropolização*.

Para Preceleille (1994), as diferentes formas de abordagem da globalização levam a deduzir duas hipóteses distintas no que se refere às conseqüências espaciais: uma supõe a concentração das funções centrais nas chamadas *cidades*

*mundiais*[1] e a outra se refere à mudança no padrão de urbanização, que se dá a partir do relativo esvaziamento econômico e redução das taxas de crescimento populacional nas grandes metrópoles, num processo de *desmetropolização*. Santos (1993) discute a questão da desmetropolização, em pauta desde os anos 90, reforçando a chegada de novas aglomerações à categoria de cidades médias.

Ainda a respeito da desmetropolização, Diniz (2000) esclarece que o crescimento das economias externas, derivado da expansão da infra-estrutura e da oferta de serviços urbanos, promoveu em conjunto, o processo de desconcentração regional da indústria, a partir da década de 70. O resultado desse processo foi o crescimento das cidades médias em várias partes do território nacional e a maior diferenciação espaço-temporal da rede urbana brasileira, que passa a apresentar padrões mais complexos (CORRÊA, 2001).

Diniz (2000) ressalta que, nas últimas décadas, teve início um processo de desconcentração econômica com redução das desigualdades regionais do Brasil, que, no entanto, ainda se mantêm elevadas. Houve uma reversão da polarização industrial nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, em função também da queda do emprego formal nas indústrias. Neste sentido, novos pólos industriais dinâmicos vêm sendo implantados nas metrópoles não-primazes, ou nas cidades médias da região centro-sul, combinando a reversão da polarização das áreas metropolitanas primazes – Rio de Janeiro e São Paulo – com a reaglomeração metropolitana nestas regiões.

O espaço geográfico brasileiro assumiu a forma de um *mosaico econômico* o que foi determinante na configuração regional brasileira, até os dias de hoje (DINIZ, 2000). De acordo com Corrêa (2001), a rede urbana brasileira no alvorecer do século XXI, tem sido marcada pela contínua criação de novos

---

[1] De acordo com Friedmann (1986), a cidade mundial é caracterizada por: ser sede de grandes empresas nacionais e/ou multinacionais; ser um centro de comando na organização da economia mundial; e dispor de um parque manufatureiro inovador em escala internacional. Para o autor, as únicas cidades mundiais que não estão localizadas em países de primeiro mundo são Cingapura, que articula o conjunto de países do sudeste asiático, e São Paulo, que exerce similar função na América Latina.

centros; pela complexidade funcional dos centros urbanos; e pela crescente articulação entre centros e regiões.

O estudo da relação entre cidade e sua região (complementar), no contexto das atuais transformações da economia mundial, suscitou o debate sobre cidade-região. O conceito de “cidade-região global”, desenvolvido primeiro pelos geógrafos econômicos Allen Scott e Michael Storper, a partir do conceito de “cidade global” de Saskia Sassen, é derivado do estudo das transformações urbano-regionais causadas pelo processo de globalização. Para Scott (2001), a cidade-região global funciona como um motor regional da economia global, isto é, como uma rede local dinâmica de relações econômicas, inseridas em telas estendidas em escala mundial de troca inter-regional.

O processo de desmetropolização, a reestruturação regional e a redistribuição da população nos diferentes setores econômicos do país são fatores que vêm provocando alterações na articulação entre as cidades da rede urbana brasileira. Tais alterações influenciam o crescimento populacional e a maior diversidade funcional nas cidades médias, conferindo-lhes maior importância na hierarquia da rede urbana.

De acordo com Santos (1993), a maior diversidade funcional e a especialização dos serviços nas cidades médias criam um ambiente técnico-científico-informacional propício à atração de investimentos que contribuem para dinamizar o seu setor econômico. O questionamento acerca do futuro das cidades médias, na rede urbana brasileira, procura reforçar sua centralidade junto às regiões circundantes, funcionando como centros de comando do desenvolvimento regional. Esse é, por exemplo, o caso da cidade de Montes Claros, localizada na região Norte de Minas Gerais.

Com uma população estimada em 348.991 habitantes[2], Montes Claros é uma cidade média, tanto em termos populacionais como funcionais, sendo o mais importante pólo da região do Norte de Minas, que é uma região que se destaca no

[2] Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - População estimada em 01 de julho de 2006.

âmbito estadual e nacional por apresentar baixos indicadores socioeconômicos. A posição central e hierarquicamente superior de Montes Claros na rede urbana do Norte de Minas se consolidou ao longo do seu processo de formação.

A ocupação efetiva do território norte-mineiro ocorreu a partir do século XVII, com a expansão das atividades agropecuárias. Em 1926, a chegada da ferrovia em Montes Claros permitiu uma maior articulação da cidade com outros centros do país, impulsionando as atividades comerciais e financeiras e atraindo um significativo fluxo de pessoas. A cidade começou a se destacar no cenário regional como um importante entreposto comercial.

A base econômica de Montes Claros, até a década de 70, era apoiada na agropecuária e nas atividades mercantis, no entanto, após esse período, a situação se modificou. A região do Norte de Minas passou a ser foco de políticas desenvolvimentistas da União, sendo incorporada, em 1965, à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que foi criada pelo governo federal, em 1959, com o intuito de fomentar o processo de industrialização da região Nordeste do país e, por conseguinte, reduzir as desigualdades macro-regionais do país, visto que as indústrias se concentravam nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A partir da década de 70, Montes Claros passou, então, por um processo de industrialização, incentivado pelos recursos fiscais e financeiros da SUDENE, que provocou modificações substanciais na economia e estrutura do município, determinando fluxos intra-regionais de pessoas, capital e tecnologias. Por apresentar uma melhor infra-estrutura em relação às demais cidades do Norte de Minas, Montes Claros foi priorizada pela SUDENE para receber os investimentos no setor industrial.

Concomitantemente ao processo de industrialização, houve uma melhoria da infra-estrutura urbana da cidade (nos setores de saneamento, comunicação, transporte e circulação) e também a ampliação das atividades de comércio e serviços. A expansão da rede rodoviária, sobretudo a partir da década de 1970,

permitiu uma maior articulação do município de Montes Claros com a região do Norte de Minas e com os principais centros econômicos do Brasil.

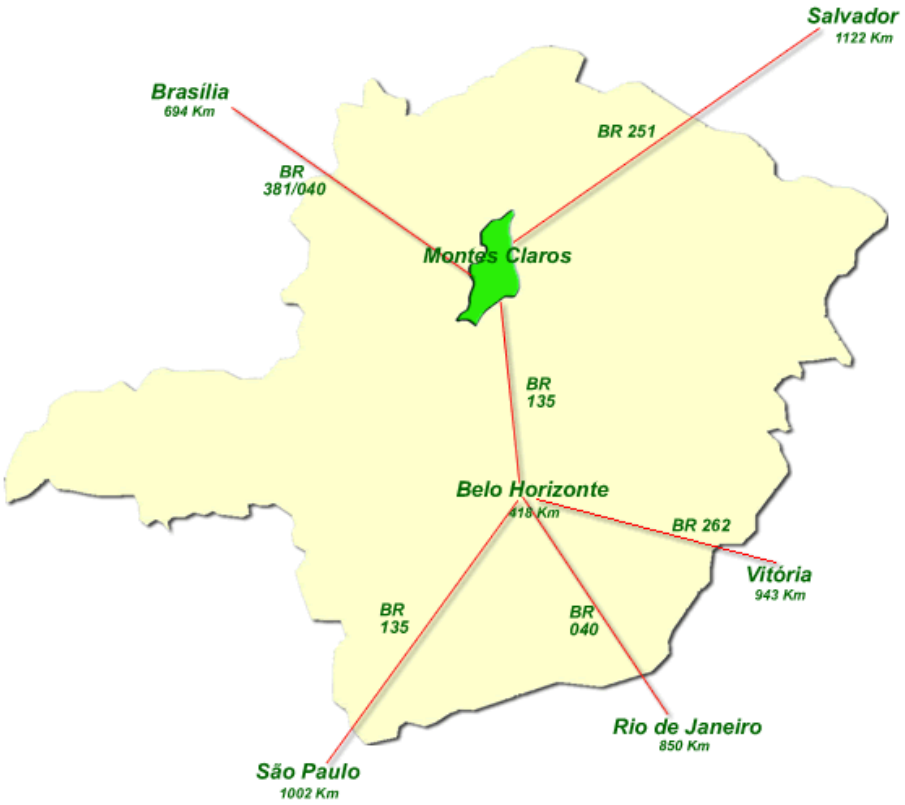


**FIGURA 1 - Principais ligações rodoviárias de Montes Claros**
Fonte: mapa fornecido pela Prefeitura Municipal de Montes Claros (PMMC) em meio digital

Em meados da década de 1960, a população do município de Montes Claros tornou-se predominantemente urbana. O grau de urbanização do município passou de 40,66%, em 1960, para 73,10%, em 1970, e chegou a 87,60%, em 1980 (Dados IBGE). A industrialização, a mecanização do campo, o êxodo rural e os movimentos migratórios intra-regionais contribuíram pra acelerar o processo de urbanização de Montes Claros. O contingente populacional que se instalou em Montes Claros era constituído, sobretudo, por imigrantes pobres, atraídos pela possibilidade de emprego nas fábricas e pela busca de uma melhor qualidade de vida.

As conseqüências do processo de urbanização de Montes Claros, advindas da posição da cidade como pólo regional, foram: expansão da malha urbana, periferização, formação de assentamentos subnormais, maior demanda por serviços públicos (habitação, infra-estrutura, transporte, saneamento) e degradação do meio ambiente.

Um quadro de conflito urbano instaurou-se na cidade, provocando questionamentos sobre o futuro esperado, ou mesmo, desejado para Montes Claros, trazendo à tona o discurso sobre a orientação do planejamento urbano na cidade. Para Farret (1985), o planejamento urbano deve, de forma sistemática, prever e controlar o desenvolvimento da cidade, sendo o "conhecimento" o corpo teórico do próprio objeto, e condição necessária ao planejamento urbano. Se o conhecimento for limitado, o planejamento urbano será ruim.

> Planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios (SOUZA, 2002: 46).

A elaboração da Lei Federal 10.257, aprovada em 2001, conhecida como "Estatuto da Cidade", fomentou o debate sobre o processo de planejamento urbano das cidades brasileiras, bem como, dos instrumentos de Política Urbana, tais como, os Planos Diretores, Planos de Desenvolvimento Econômico e Social, entre outros. A obrigatoriedade, prevista na Lei 10257, para que as cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes[3] tivessem um Plano Diretor aprovado até outubro de 2006, foi um convite a se pensar as cidades.

---

[3] De acordo com o Estatuto da Cidade, outros municípios brasileiros foram também obrigados a aprovar um Plano Diretor, como exemplo, os municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, os que estão situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país, ou ainda, os que são integrantes de áreas de especial interesse turístico.

Os planejadores urbanos[4] são instigados a refletir sobre os possíveis rumos, desejáveis ou não, a serem seguidos pelas cidades brasileiras e também, a buscar soluções que possam mitigar seus problemas urbanos. O desafio de planejar as cidades diante de um quadro de crises e incertezas é necessário para elaborar as leis, planos, programas e projetos que orientarão o processo de desenvolvimento urbano dos municípios e das regiões brasileiras.

O planejamento urbano-regional é importante para o entendimento da problemática urbana das cidades sob a dupla ótica global e local. Global, por se tratar de uma conjuntura econômica maior, que transpõe os limites físico-territoriais das cidades que estão articuladas funcionalmente a outras cidades, formando uma rede urbana, em que as transformações externas podem refletir internamente e vice-versa. E local, pois é necessário aprofundar no conhecimento dos problemas e potenciais da cidade, para então, propor alternativas que garantam o ordenamento do solo urbano e o cumprimento da legislação urbanística, tal como estão previstos no Estatuto da Cidade.

Os atuais estudos sobre rede urbana no Brasil têm dado maior ênfase à estruturação dos sistemas urbano-regionais de produção, circulação, consumo e diversificação funcional. A partir do momento em que as cidades começam a abrigar serviços mais especializados, elas adquirem *vantagens locacionais diferenciadas* que lhes atribuem uma maior centralidade na rede urbana. Parece pertinente, em tese, adotar o estudo sobre a diferenciação funcional das cidades na rede urbana, para um conhecimento sobre Montes Claros e sua articulação com a região do Norte de Minas. Desse estudo, pode-se extrair duas dimensões do sistema urbano: a estrutura econômica e a estrutura urbana.

O conceito de estrutura urbana apresenta diferentes acepções. De acordo com Souza (2002), a estrutura urbana é o resultado de um determinado arranjo territorial da articulação de diferentes formas e objetos, que se reproduzem

---

[4] Os planejadores urbanos se referem aos profissionais responsáveis por “pensar as cidades”, incluindo pesquisadores, técnicos, governantes e outros. O planejamento urbano engloba um campo do conhecimento interdisciplinar, o que reúne a visão de geógrafos, sociólogos, urbanistas, economistas, ambientalistas e outros profissionais.

refletindo as relações sociais, econômicas e políticas que constituem uma sociedade. A estrutura urbana está em constante processo de transformação, sendo constituída de elementos que relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação, altera todos os demais elementos e todas as demais relações.

Para Villaça (1998), o que comumente se chama de estruturação urbana é a estruturação (ou reestruturação) regional que aborda o componente “urbano” do espaço regional. Após a década de 1990, observa-se que o termo estruturação urbana tem sido, usualmente, substituído por reestruturação urbana, que se refere mais especificamente aos estudos que buscam compreender os processos de valorização capitalista do espaço, enquanto movimento dinâmico de renovação de usos ou reutilização dos espaços da cidade (SPÓSITO, 2001).

Nesta pesquisa, o termo (re)estruturação urbana se refere às atuais transformações urbanas ocorridas nas cidades, fruto do “urbano” e dos processos de globalização e reestruturação econômica. Nesse contexto, a partir de meados da década de 1990, tem-se observado em Montes Claros a expansão e especialização das atividades do setor terciário, especialmente dos serviços, implicando uma nova lógica na configuração do seu espaço urbano, como: renovação dos usos do tecido urbano, descentralização das atividades de comércio e serviços do núcleo central e o surgimento de novas centralidades formando subcentros.

Assim, as modificações econômicas e sócio-espaciais que ocorreram ao longo do processo de formação de Montes Claros, a saber, a industrialização, a urbanização, e mais recentemente, a expansão do “urbano” associada ao processo de globalização, permitiram-lhe assumir uma liderança no processo de desenvolvimento regional e a consolidar-se como o maior pólo industrial e de serviços do Norte de Minas.

***Questões***

Algumas questões foram suscitadas no início desta pesquisa:

- Por quê Montes Claros se tornou um pólo regional?
- Qual foi o reflexo das principais modificações econômicas na configuração do espaço urbano da cidade?
- De que forma a posição de Montes Claros como cidade pólo regional interferiu no seu processo de urbanização?
- Quais são as tendências do processo de reestruturação urbana da cidade?
- Qual é a visão que os principais Planos e Programas elaborados para Montes Claros têm da cidade?

A questão central que se colocou em debate e que talvez sintetize a idéia de todas acima elencadas foi: de que forma tem se manifestado a atual “estrutura urbana” de Montes Claros discutida no cenário urbano-regional?

***Objetivo***

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é discutir o atual processo de (re)estruturação urbana de Montes Claros e suas articulações urbano-regionais. Para isso, foi necessário antes, construir um conhecimento acerca da cidade de Montes Claros, baseado na análise das principais transformações econômicas ocorridas na cidade (em um contexto regional) e seus reflexos na estruturação do seu espaço urbano, e baseado também, na análise dos principais planos e programas elaborados para Montes Claros.

***Hipótese***

Os discursos contemporâneos de Montes Claros devem contemplar a cidade no contexto regional, considerando suas complexidades e peculiaridades: Montes Claros é uma cidade média; apresenta uma população de porte significativo; é pólo (industrial e de serviços) de uma região vasta e pobre; é foco de atração da população do campo e de outras cidades da região; possui uma posição central e hierárquica em relação à rede urbana do Norte de Minas; e ainda apresenta uma diversidade funcional e econômica que lhe atribui vantagens diferenciadas.

***O objeto de estudo***

Para melhor delimitação do objeto de estudo desta pesquisa - a cidade de Montes Claros - foi feito um recorte espaço-temporal. A relação intrínseca que Montes Claros estabelece com o Norte de Minas motivou um estudo sob uma escala, micro (local), meso (regional) e macro (global). No entanto, a região do Norte de Minas é mostrada nesta pesquisa apenas como um pano de fundo, ou como um cenário, para apresentar os acontecimentos relativos à cidade de Montes Claros.

O conhecimento do processo de desenvolvimento da região do Norte de Minas, ao longo da história, foi fundamental para a compreensão das transformações urbanas que se refletiram diretamente em Montes Claros, como por exemplo, os processos migratórios, o êxodo rural, a expansão do tecido urbano, o aumento da periferização, o surgimento de novas centralidades (subcentros), entre outros.

Cabe ainda esclarecer que o Norte de Minas não é a única área polarizada pela cidade de Montes Claros. O sul da Bahia, parte da região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri e da região Noroeste de Minas podem ser consideradas

também áreas de abrangência de Montes Claros. No entanto, focou-se neste estudo apenas o Norte de Minas como recorte regional da área de influência de Montes Claros.

Em relação ao recorte temporal, este foi mais extenso, pois, embora o objetivo deste estudo seja discutir o atual processo de reestruturação urbana de Montes Claros, fez-se necessário para tal, desenvolver um breve resgate histórico das principais transformações econômicas ocorridas na cidade, iniciando-se do seu processo de povoamento, no século XVII, até os dias atuais. Procurou-se simplificar este longo período histórico através de um eixo espaço-temporal, baseado em Lefebvre (1999) - da cidade agrária à cidade pólo de serviços.

***Organização dos capítulos***

O desenvolvimento deste trabalho foi divido em três capítulos. O **Capítulo 1**, denominado *"A Cidade na Região: Montes Claros no Norte de Minas"* é subdivido em três itens (ou sub-capítulos). No item 1.1, caracteriza-se a cidade de Montes Claros e a região do Norte de Minas sob os aspectos físico-territoriais, populacionais e econômicos, comparando-se os dados socioeconômicos de Montes Claros com outros municípios do Norte de Minas, para traçar um perfil da cidade em relação à região.

No item 1.2, procura-se, inicialmente, apropriar-se do conhecimento teórico sobre o processo de urbanização das cidades, que resultou na formação de uma sociedade urbano-industrial. Posteriormente, desenvolve-se uma reflexão crítica sobre as principais transformações econômicas da cidade de Montes Claros, no cenário urbano-regional, através do eixo espaço-temporal (da cidade agrária à cidade pólo de serviços), identificando ao longo dele, os principais atores sociais ou "agentes" responsáveis por engendrar este processo.

No item 1.3, desenvolve-se um estudo sobre rede urbana e sobre cidade-região, relacionando-os à atual configuração da rede urbana do Norte de Minas,

de forma apenas referencial, já que este não é o objetivo central da pesquisa, buscando uma compreensão da posição assumida por Montes Claros como o principal pólo de serviços do Norte de Minas.

O **Capítulo 2**, denominado *"A Região na Cidade: o processo de urbanização e de reestruturação urbana de Montes Claros"* é subdivido em dois itens (ou sub-capítulos). No item 2.1, analisa-se o processo de urbanização de Montes Claros, focando-se, mais especificamente, duas fases - a fase anterior à década de 70 e a fase seguinte, da década de 1970 até meados da década de 1990. No item 2.2, analisa-se a atual dinâmica urbana ou reestruturação urbana de Montes Claros, iniciada a partir da segunda metade da década de 90, destacando-se dois elementos marcantes da atual configuração da sua estrutura urbana: o centro principal e os subcentros secundários.

O **Capítulo 3**, denominado *"A cidade-região: Montes Claros no cenário urbano-regional"* é subdivido em dois itens (ou sub-capítulos). No item 3.1, desenvolve-se um estudo sobre os principais planos e programas elaborados para Montes Claros, verificando-se em que medida eles contemplaram o papel regional de Montes Claros e a visão que têm da cidade. No item 3.2 busca-se, a partir do estudo do processo de reestruturação urbana de Montes Claros, discutir, sob forma de um prognóstico, como tende a se manifestar a estrutura urbana da cidade no cenário urbano-regional.

***Metodologia***

Para desenvolver essa pesquisa foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1. *revisão bibliográfica* - pesquisa em livros, revistas, sites especializados e jornais, assuntos sobre a temática estudada;
2. *análise de dados sócio-econômicos* - levantamento de dados e informações sobre Montes Claros e o Norte de Minas (tais como, crescimento

demográficos, grau de urbanização, IDH, PIB, renda per capita, taxa de analfabetismo e outros) junto a órgãos públicos e instituições de ensino e pesquisa como IBGE, IPEA, Fundação João Pinheiro, Prefeitura Municipal de Montes Claros, UNIMONTES e outros;

3. *análise dos mapas urbanos da cidade* – a partir dos mapas urbanos, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, foi possível estudar a expansão da mancha urbana da cidade, a articulação do sistema viário e também, identificar as centralidades ou os locais da cidade onde há concentração de atividades econômicas (comércio, serviço, indústria) e sócio-educativas;
4. *estudo de Planos e Programas desenvolvidas para Montes Claros* – incluindo: o Plano Diretor de 1970, o primeiro aprovado em Montes Claros; o Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano de 1974, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro; o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de 1977, desenvolvido pela PRODAX (empresa de Belo Horizonte); o Projeto Especial Cidade de Porte Médio (PECPM) de 1980; o Plano de Desenvolvimento de Montes Claros, elaborado em 1991 pela Prefeitura Municipal de Montes Claros (PMMC); o Plano Diretor elaborado em 1995 pela Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN) da PMMC, que não chegou a ser aprovado na Câmara Municipal; o Plano Diretor em vigor, aprovado em 2001; e os Programas da atual gestão;
5. *pesquisa exploratória de campo* – análise “in loco” e levantamento fotográfico, especialmente, do centro e subcentros estudados na pesquisa;
6. *coleta de informações junto à Prefeitura Municipal de Montes Claros* – foram feitas visitas à prefeitura e conversas/entrevistas com técnicos da SEPLAN e demais funcionários da prefeitura para obter informações sobre: evolução dos loteamentos, infra-estrutura urbana, diagnósticos e os atuais programas desenvolvidos para a cidade;
7. *análise dos resultados* obtidos – confrontou-se os dados e informações obtidos com as análises e observações desenvolvidas.

***Resultados Esperados***

Espera-se que as questões discutidas ao longo desta pesquisa possam apontar caminhos, ou nortear o processo de planejamento urbano do município de Montes Claros, sob uma dupla ótica local e regional, servindo como base para a elaboração da Legislação Urbanística da cidade, como exemplo o Plano Diretor, ou demais Planos de Gestão e Ações que concorram para alcançar o desenvolvimento urbano da cidade e da região do Norte de Minas. A visão prospectiva deste estudo é uma tentativa de reflexão sobre as tendências de desenvolvimento urbano-regional de Montes Claros.

Espera-se ainda, que este debate possa instigar os planejadores urbanos e a população em geral, a refletir sobre os rumos seguidos por nossas cidades, bem como sobre os consensos, dissensos e premissas do urbanismo contemporâneo.

# CAPÍTULO 1

# A CIDADE NA REGIÃO:

# MONTES CLAROS NO NORTE DE MINAS

## 1.1 - UM ESTUDO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO DO NORTE DE MINAS

O objetivo deste item é caracterizar a cidade de Montes Claros e a região do Norte de Minas sob os aspectos físico-territoriais, populacionais e econômicos, e comparar os dados socioeconômicos (como PIB e IDH) do município de Montes Claros com outros municípios do Norte de Minas[5], para traçar um perfil da cidade em relação à região.

### 1.1.1 - Um conceito de região

Para uma melhor compreensão da região do Norte de Minas, pesquisou-se o conceito de região, que tem diferentes acepções sejam advindas da geografia, da economia ou da sociologia. Primeiramente, apresenta-se o conceito de região econômica, desenvolvido pelos economistas François Perroux e Jacques Boudeville.

Perroux (1967), a partir do conceito matemático de espaço abstrato, define três categorias de região econômica: a *região homogênea* é constituída por elementos que apresentam características semelhantes; a *região polarizada* é heterogênea e as diversas partes que a compõem são complementares e mantêm trocas, especialmente com o pólo dominante (ou foco de desenvolvimento) de uma maneira mais intensa do que com os outros pontos (que são centros ou cidades de diversos tamanhos); e a *região definida por um plano ou programa* corresponde às áreas onde suas várias partes são dependentes de uma decisão central.

Perroux não faz uma correlação entre espaço econômico e geográfico (ou vulgar). De acordo com Ferreira (1989), Perroux e Boudeville referem-se ao espaço geográfico como o solo, o clima, o relevo, o lugar onde o homem habita.

---

[5] Devido à dificuldade de obter dados relativos às microrregiões do Norte de Minas, o que permitiria uma análise mais representativa da região, procurou-se, então, utilizar para uma análise comparativa, os dados dos municípios de mesmo nome das microrregiões do Norte de Minas.

Essa visão elementar, tratando a região como uma superfície estática, tem sido contestada pelos geógrafos.

Para Ann Markusen (1981), os conceitos de região e regionalismo têm assumido um lugar controvertido na teoria marxista. Não se pode falar de região, abstratamente, numa análise marxista, mas ela pode ser sempre identificada pelas relações sociais que as caracterizam num dado momento, ou seja, seu contexto histórico precisa ser apresentado. Markusen sugere usar o adjetivo regional no lugar da palavra região, subordinando o espacial ao social, para evitar o fetichismo do espaço, isto é, o tratamento de regiões como se fossem sinônimos de classe econômica ou de grupos culturais.

Milton Santos (1996) define o espaço através de categorias como configuração territorial ou geográfica que se define como um conjunto de sistemas naturais existentes numa dada área, associado aos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial é substituída, com o passar do tempo, por uma natureza humanizada. Neste sentido, a região é vista, por Santos, como o lócus das relações existentes na sociedade em um dado momento.

Já Corrêa (1987), observa a evolução do conceito de região, destacando três tipos de acepções: a *Região-Natural*, cujo conceito vem da Geografia Clássica e é identificada pela combinação de elementos da natureza como clima, relevo, e vegetação; a *Região-Paisagem,* que se opõe a esse determinismo ambiental e se refere a uma área com presença de uma mesma paisagem cultural; e, por fim, a *Região-Planejamento*, que é o recorte espacial de uma área com o propósito específico de estudo do pesquisador.

Para Souza (2002), o conceito de região não é um recorte espacial “qualquer”, definido apenas em função de particularidades objetivas, como tipo de paisagem ou economia predominante, mas é, primeiramente, um espaço vivido[6]. Essa é a mesma visão de Fremont (1980), que trata o espaço, enquanto lugar

[6] A região como espaço vivido e percebido é rica em valores culturais, imagéticos, simbólicos e históricos.

vivido, como palco das relações sociais e culturais (construção de identidades). Para Fremont, a região pode ser construída a partir da inter-relação de vários componentes, tais como: elementos do meio físico, atividades econômicas, composição demográfica da população, grupos sociais, organização política e dimensões culturais.

Por fim, é preciso considerar que, com o processo de urbanização das cidades, a definição dos limites da região se torna ainda mais difícil, pois o crescimento das cidades para além dos seus limites fez estreitar ainda mais a relação entre campo e cidade e entre cidade e região. O espaço regional é, portanto, o resultado do processo de urbanização que se estende virtualmente por todo o território, englobando cidade e região num processo de globalização.

### 1.1.2 - Aspectos físico-territoriais e populacionais do Norte de Minas

A nova regionalização desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para fins de planejamento, divide o estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões[7]: Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Zona da Mata, Campos das Vertentes, Sul/Sudoeste de Minas, Oeste de Minas, Metropolitana de Belo Horizonte, Central Mineira, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas (ver FIG. 2).

A região do Norte de Minas possui sete microrregiões formadas por Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora, Janaúba, Januária, Salinas e Grão Mogol (ver FIG. 3) e abrange uma área territorial de 128.602 km$^2$, o equivalente a 21,86% do estado de Minas Gerais. A região é composta por 89 municípios (ver FIG. 4 e anexo 1).

---

[7] O critério utilizado pelo IBGE para a delimitação destas mesorregiões foi o processo social, o quadro natural e a rede de comunicação como elemento de articulação espacial. A regionalização do Estado de Minas adotada pelo IBGE, nas décadas de 1980 e 1990, incluía apenas 10 mesorregiões (Central, Doce, Mata, Sul de Minas, Centro Oeste, Alto Paranaíba, Triângulo, Noroeste de Minas, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha/Mucuri), no entanto, a Região do Norte de Minas, manteve a mesma delimitação da atual.

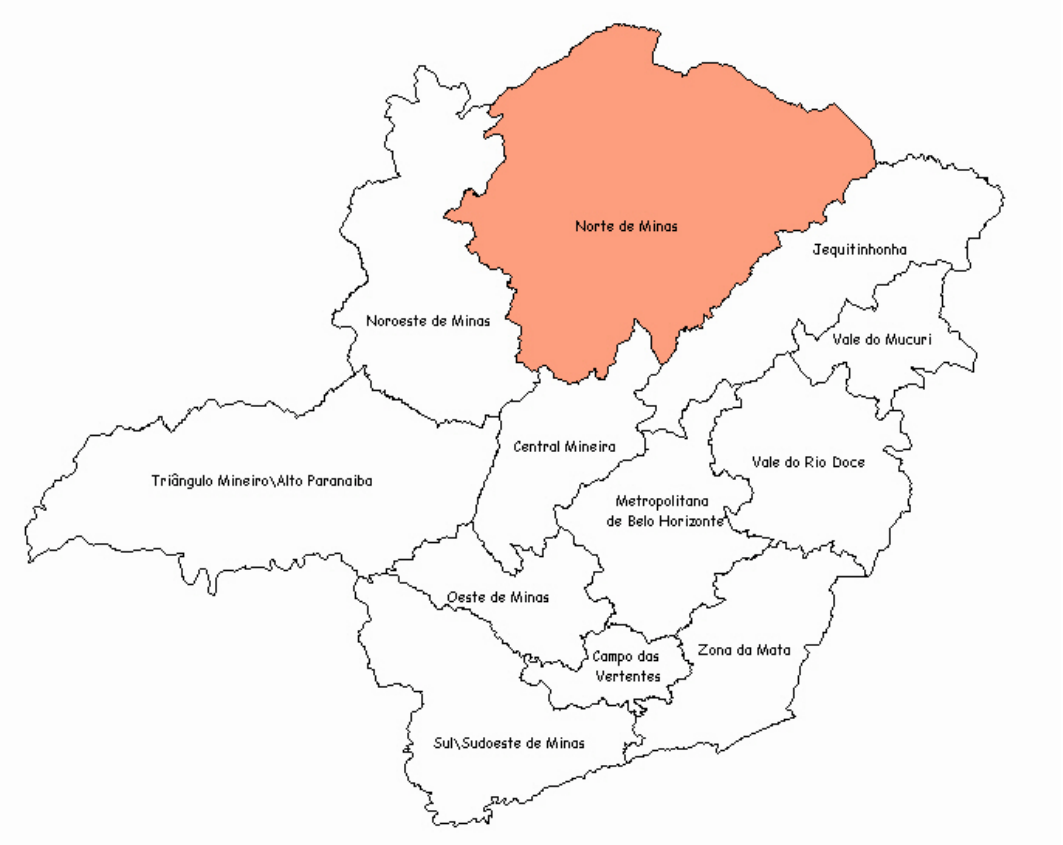


**FIGURA 2 – Mapa das mesorregiões de Minas Gerais segundo o IBGE**
Fonte: mapa elaborado pela autora - base de dados da FJP

**FIGURA 3 – Mapa das microrregiões do Norte de Minas segundo o IBGE**
Fonte: mapa elaborado pela autora - base de dados da FJP

**FIGURA 4 – Mapa físico-territorial dos municípios do Norte de Minas**
Fonte: mapa elaborado pela autora - base de dados da FJP

A área da unidade territorial do município de Montes Claros é de 3.582, 03 km² (IBGE - Divisão Territorial, 2001) e a área urbana que corresponde à área interna ao perímetro urbano é 97,0 Km² (ver FIG. 5). Essa área está delimitada no mapa da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Montes Claros (ver FIG. 6), aprovada em 2002. Esse dado mostra que o município de Montes Claros possui uma vasta área rural. Não há conturbação da área urbana de Montes Claros com os municípios vizinhos.

**FIGURA 5 - Delimitação do município de Montes Claros e da mancha urbana**
Fonte: mapa elaborado pela autora com base em mapa urbano fornecido pela PMMC / Secretaria de Planejamento e Coordenação – SEPLAN

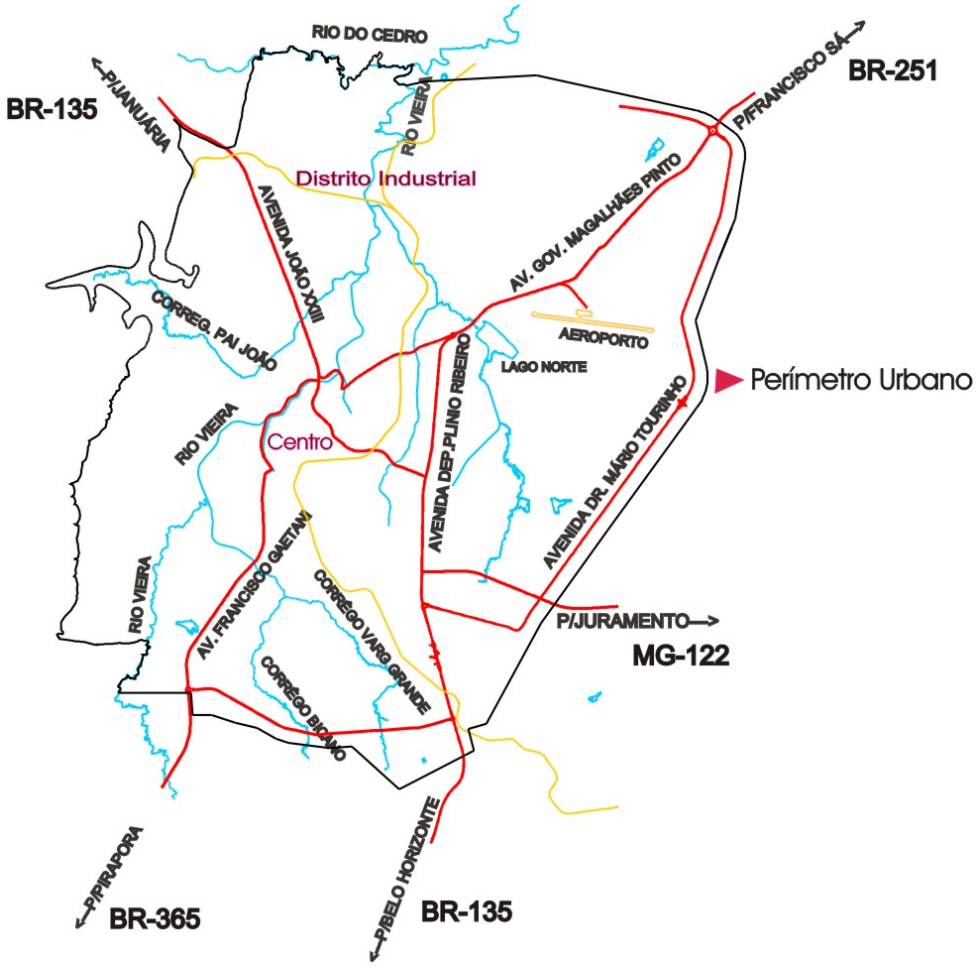


**FIGURA 6 - Delimitação do perímetro urbano de Montes Claros**
Fonte: Montes Claros, 2002 (Anexo 2 da Lei de Uso e Ocupação do Solo).

Vivem, na região do Norte de Minas, aproximadamente 1.599.119 de habitantes (IBGE, estimativa 2006), que não estão distribuídos de forma regular entre seus 89 municípios. O município de Montes Claros é o que apresenta o maior número populacional, 348.991 habitantes (o que corresponde a aproximadamente 21,82% da população da região). O município de Janaúba aparece em segundo lugar, com uma população de 70.093 habitantes (IBGE, estimativa 2006). A maior parte dos municípios do Norte de Minas possui uma população total inferior a 20 mil habitantes.

A densidade demográfica da região é variada, sendo que mais de 50% dos municípios do Norte de Minas possuem uma densidade média inferior a 10

hab/km² (IBGE, 2000), o que aponta para o fato da região ser pouco populosa. Montes Claros e Pirapora são os municípios que possuem maior densidade demográfica, 97,43 hab/km² e 92,55 hab/km², respectivamente.

**QUADRO 1**

**Área, população e densidade demográfica de municípios do Norte de Minas**

| Municípios | Área (Km²) | População 2006 | Densid. Demog. |
|---|---|---|---|
| **Bocaiúva** | 3.233 | 45.349 | 14,03 |
| **Grão Mogol** | 3.890 | 15.624 | 4,02 |
| **Janaúba** | 2.189 | 70.093 | 32,02 |
| **Januária** | 6.691 | 62.516 | 9,34 |
| **Montes Claros** | 3.582 | 348.991 | 97,43 |
| **Pirapora** | 575 | 53.219 | 92,55 |
| **Salinas** | 1.897 | 37.954 | 20,01 |

Fonte: IBGE, 2007.

A região do Norte de Minas está situada na Bacia do Alto Médio São Francisco e o clima dominante é o tropical semi-úmido, com chuvas concentradas no verão e temperaturas elevadas. A vegetação predominante é o cerrado[8] com ocorrência de área de transição entre cerrado e caatinga. O Município de Montes Claros pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, afluente do Rio São Francisco e está a 638 metros de altitude com temperatura média anual de 24,20°C. Sua topografia é de planalto, sendo suavemente plana.

O Norte de Minas é uma região de fronteira ou de transição, pois apesar de estar localizado na região Sudeste do país, possui traços sócio-econômicos e fisiográficos semelhantes à região Nordeste. De acordo com os conceitos de *região-paisagem* e *região-natural*, apresentados por Corrêa (2000), o Norte de Minas é visto como uma *região-sertão*, por apresentar baixa exploração econômica, aridez da vegetação e do clima (longos períodos de secas), baixa

[8] A paisagem do cerrado é caracterizada por apresentar terra calcinada, pelas secas esporádicas, rios intermitentes e veredas de buritizais.

densidade demográfica, concentração fundiária e pobreza da população (OLIVEIRA, 2000).

A questão da “seca” que é um fenômeno de natureza física, social e econômica foi uma das primeiras manifestações governamentais sobre o problema econômico[9] e sobre as disparidades regionais que se firmavam no país. Desde a década de 1930, o governo federal incentivou o processo de industrialização da região Sudeste, especialmente da cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, criando no país um centro econômico e financeiro desenvolvido (região Sudeste) e uma periferia subdesenvolvida (região Nordeste).

A ocorrência da seca, associada ao atraso econômico da região Nordeste, que era considerada em âmbito nacional uma “região problema”, levou o Governo Federal a criar em 1959, uma autarquia federal, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Em 1965, a região do Norte de Minas, por possuir características físico-climáticas e sociais semelhantes à região Nordeste e por fazer parte do chamado “Polígono das Secas” [10], foi incorporada à SUDENE[11] como parte da Área Mineira da SUDENE, com a criação de seu Escritório de Representação na cidade de Montes Claros.

A SUDENE representou a primeira experiência de Planejamento Regional do país. A principal ação prevista para alcançar o desenvolvimento das regiões que a integram era fomentar o processo de industrialização através de incentivos

---

[9] Para combater à seca, o governo federal criou o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) que visava prevenir, combater, ou pelo menos atenuar os efeitos da seca.

[10] Faz parte do Polígono das Secas, as regiões do Brasil que são castigadas pelo problema da seca, compreendendo áreas semi-áridas que apresentam irregularidades pluviométricas anuais. O Norte de Minas foi incluído no polígono das secas em 1946.

[11] A área de atuação da SUDENE compreende os Estados da região nordeste (Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Bahia), 27 municípios do Norte do Espírito Santo e 165 municípios de Minas Gerais, (88) localizados no Norte de Minas, (54) no Vale do Jequitinhonha e (23) no Vale do Mucuri. A Área Mineira da SUDENE totaliza 201.246 Km² e uma população de 2.590.080 habitantes, correspondendo a uma área bem maior que os Estados de Sergipe, Alagoas e Paraíba.

fiscais e financeiros para alavancar a economia, evitando assim a grande disparidade regional que se firmava no país.

A SUDENE nasceu num período de fortes discussões ideológicas no Brasil, em que se definiam duas correntes desenvolvimentistas: uma delas visava a *integração nacional,* o fortalecimento do mercado interno, maior equidade social e regional; a outra tinha como intuito *acelerar o crescimento econômico* através da industrialização que foi concentrada principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Verificou-se, então, um certo atraso do estado de Minas Gerais em relação aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o que levou o governo de Minas a concentrar recursos e investimentos em Belo Horizonte, onde se teria maior retorno, para que a cidade pudesse competir com os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. O resultado disso foi o surgimento de uma grande desigualdade entre as regiões do estado mineiro.

Por outro lado, havia uma política de integração econômica cuja estratégia do governo federal era integrar a economia Norte Mineira à nacional, através da industrialização, modernização agrícola (projetos agropecuários, reflorestamento e projetos de irrigação), melhoria da infra-estrutura e políticas sociais. Na década de 1970, principalmente, o governo federal elaborou vários planos, programas e projetos que viabilizaram tais propostas, que serão apresentados no item 3.1.

### 1.1.3 - Um perfil econômico de Montes Claros e do Norte de Minas

A região do Norte de Minas é heterogênea em relação à sua economia e população. A base econômica da região esteve até a década de 70, calcada na agropecuária (com destaque para a bovinocultura de corte) e, em menor proporção, nas atividades comerciais.

O gráfico 1 apresenta a divisão por setor econômico da região *Noroeste de*

*Minas*[12] na década de 1970. O setor agropecuário contribuiu com 45% do PIB, o setor de serviços (mais especificamente as atividades mercantis) com 39% do PIB e já as atividades industriais, ainda pouco expressivas pra a economia da região, representou 16% do PIB. Comparando os dados do PIB do Noroeste de Minas com o do estado de Minas Gerais, percebe-se a relevância das atividades ligadas à agropecuária para a região. No entanto, o setor industrial aparece bem atrás, o que esclarece que o seu processo de industrialização foi tardio em relação ao estado.

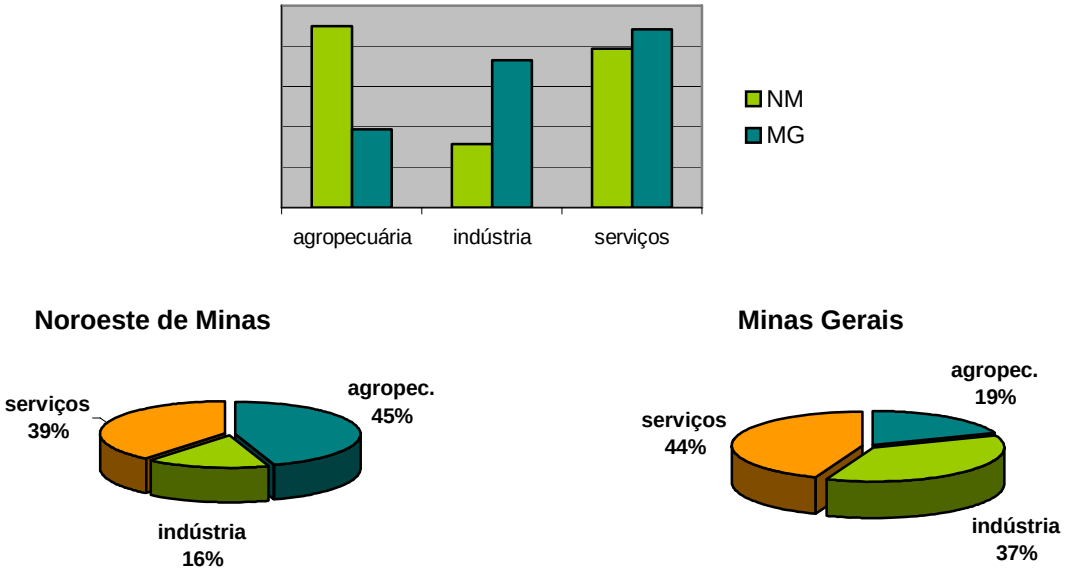


**GRÁFICO 1 - Distribuição do PIB por setor econômico da região Noroeste de Minas e do estado de Minas Gerais - 1970**
Fonte: gráfico elaborado pela autora com base em dados da FJP - PIB, 1982.

Apesar da importância da agropecuária para a região do Norte de Minas, é preciso considerar que, de acordo com Oliveira (2000), ela esteve associada aos seguintes fatores: forma de ocupação e prática extensiva com alta concentração

[12] Esse gráfico se refere à região Noroeste de Minas, e não à região do Norte de Minas, isso porque na década de 60, as regiões de planejamento utilizadas pelo IBGE e pela FJP eram diferentes da atual. A região Noroeste de Minas incluía, além da região Oeste de Minas, parte dos municípios da atual região do Norte de Minas, inclusive Montes Claros. A partir da década de 80, houve uma nova regionalização desenvolvida pelo IBGE em que a Região do Norte de Minas se desvincula da região Oeste e passa a apresentar a mesma delimitação da atual regionalização.

de terra; distribuição de renda afetada pela posse da terra; rigidez das relações sociais patriarcais com a submissão do empregado em relação ao patrão; características geo-climáticas desfavoráveis, marcadas por longos períodos de seca; e uso de técnicas agrícolas rudimentares. Além da agropecuária, outras atividades do setor primário são importantes para a economia do Norte de Minas, como o reflorestamento[13] e o carvoejamento[14].

A partir da década de 1970, com o advento da SUDENE, deu-se início no Norte de Minas a chamada "era da industrialização", quando se verificou um incremento das atividades industrias em detrimento das atividades do setor agropecuário, como aponta o gráfico 2.

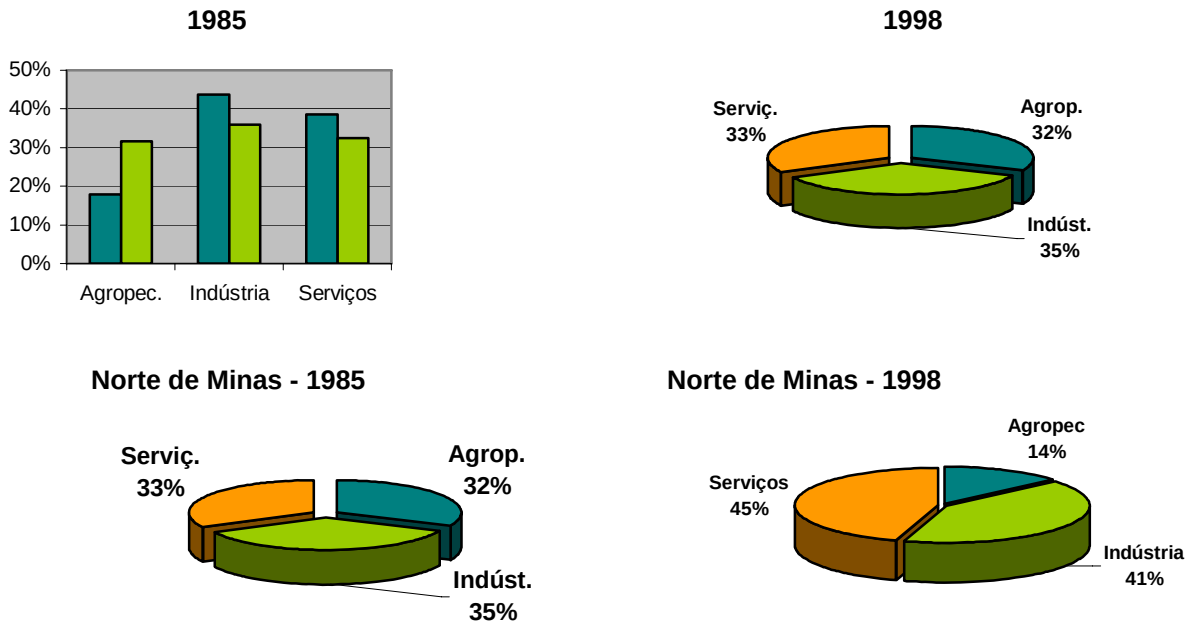


**GRÁFICO 2 - Distribuição do PIB por setor no Norte de Minas e em Minas Gerais - 1985 e 1998**
Fonte: gráfico elaborado pela autora com base em dados da FJP, 2000 e 2001.

---

[13] Houve um aumento das empresas reflorestadoras na região, a partir da década de 60, devido aos seguintes fatos: proximidade com siderurgias na região central, ligação ferroviária e rodoviária aos centros consumidores, topografia favorável, baixo preço das terras e abundância de mão-de-obra a baixo custo.

[14] O carvoejamento é considerado uma atividade predatória, pois limita o efeito multiplicador local, utiliza mão-de-obra mal remunerada e se destina ao abastecimento de outras regiões. Essas atividades geram também problemas ambientais como destruição pela queima da mata nativa do cerrado e formação de maciços de floretas artificiais, destruindo o banco biogenético e a produtividade do solo.

De 1985 a 1998, o PIB da região cresceu a taxas superiores as da economia brasileira e do Estado de Minas Gerais. Neste período, a taxa média anual de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,28%, de Minas Gerais foi 2,45% e do Norte de Minas foi 3,70%.

Analisando a tabela 1, percebe-se que há uma diferença em relação ao setor predominante da economia nos município da região. Vê-se que o município de Grão Mogol tem 40% do PIB originado na agropecuária e apenas 3% na indústria. Já o município de Bocaiúva possui 82% do PIB concentrado na indústria e apenas 3% na agropecuária.

**TABELA 1**

**Distribuição do PIB por setor de municípios do Norte de Minas em 2000**

| Municípios | PIB Agropec. % | PIB Indústria % | PIB Serviço % |
|---|---|---|---|
| Bocaiúva | 3 | 82 | 15 |
| Grão Mogol | 40 | 3 | 57 |
| Janaúba | 13 | 27 | 60 |
| Januária | 13 | 13 | 74 |
| Montes Claros | 3 | 53 | 44 |
| Pirapora | 4 | 68 | 28 |
| Salinas | 9 | 35 | 56 |

Fonte: FJP, 2000.

Apesar do incremento da atividade industrial no Norte de Minas, o processo de industrialização da região não foi comum a todos os municípios da região. A maior parte das indústrias se concentram apenas em quatro municípios: Montes Claros, Pirapora, Bocaiúva e Várzea da Palma (este pertencente à microrregião de Pirapora).

A SUDENE investiu nos mais diversos projetos: agrícolas, agroindustriais, agropecuários, de turismo, de telecomunicações e de energia elétrica. Os municípios da Jaíba, Janaúba e Pirapora são os principais exemplos da modernização agrícola na região, viabilizada através da implantação dos projetos de irrigação do solo.

Desde a implantação da SUDENE, foram aprovados, na Área Mineira da

SUDENE, 228 projetos nos diferentes setores, gerando 57.000 empregos diretos e 225.256 empregos indiretos[15]. Os incentivos fiscais (isenção, redução e reinvestimento do imposto de renda) e incentivos financeiros através do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) foram os instrumentos de política de desenvolvimento econômico, utilizados pela SUDENE.

De acordo com dados do IGBE e FJP (censo 2000), a maior parte da população dos municípios do Norte de Minas está ocupada em atividades do setor terciário (comércio e serviços) e, em seguida, no setor primário (especialmente na pecuária). A população ocupada em atividades do setor secundário tem maior expressividade nos municípios de Montes Claros, Pirapora, Bocaiúva e Várzea da Palma (que como já foi dito, são os mais industrializados da região), entretanto, esse setor ocupa um menor número de pessoas quando comparado com o de serviços.

Uma análise da evolução da participação da População Economicamente Ativa (PEA) por setor, do município de Montes Claros, mostra que na década de 60 (período anterior ao seu processo de industrialização), ela se concentrava predominantemente na agropecuária. Uma década depois, verifica-se um aumento da participação da PEA no setor industrial e, concomitantemente, nos serviços, que foram ampliados e diversificados.

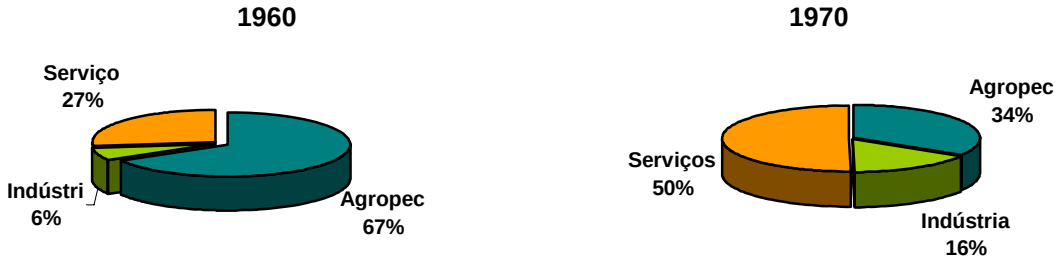


**GRÁFICO 3** - **PEA de Montes Claros distribuída por setor - 1960 e 1970**
Fonte: gráfico elaborado pela autora com base em dados da FJP, 1982.

Apesar de Montes Claros apresentar uma maior diversidade produtiva e o maior PIB da região do Norte de Minas, sua distribuição de renda é bastante

[15] Dados fornecidos pelo escritório da SUDENE, localizado em Montes Claros.

desigual. Os 50% mais pobres da cidade possuem uma renda total de 12,20%, já os 10% mais ricos possuem 45,45% da renda (IBGE, 2000). Além disso, 76% dos chefes de domicílios da cidade possuem rendimento de até 3 salários mínimos, o que demonstra o baixo poder aquisitivo e de consumo da população.

**QUADRO 2**

**Renda mensal do chefe de família de Montes Claros**

| Renda Mensal | % |
|---|---|
| **Até 1 SM** | 42,52 |
| **De 1 a 3 SM** | 33,22 |
| **De 3 a 5 SM** | 8,22 |
| **D 5 a 10 SM** | 7,68 |
| **Mais de 10 SM** | 4,92 |
| **Sem rendimento** | 3,44 |
| **Total** | 100 |

Fonte – IBGE, 2000.

O PIB do setor de serviços de Monte Claros passou de 44%, em 2000, para 54%, em 2003, o que reforça a tendência de expansão do setor terciário da cidade. Mas, é preciso destacar que o setor secundário também teve uma participação significativa (42% do PIB, em 2003). Já o setor primário (agricultura e pecuária) teve uma baixa participação no PIB municipal. Ainda em 2003, verificou-se que 69% da população do município estava ocupada em atividades de comércio e serviços, 23% na indústria e 8% na agropecuária, como mostra o gráfico 4.

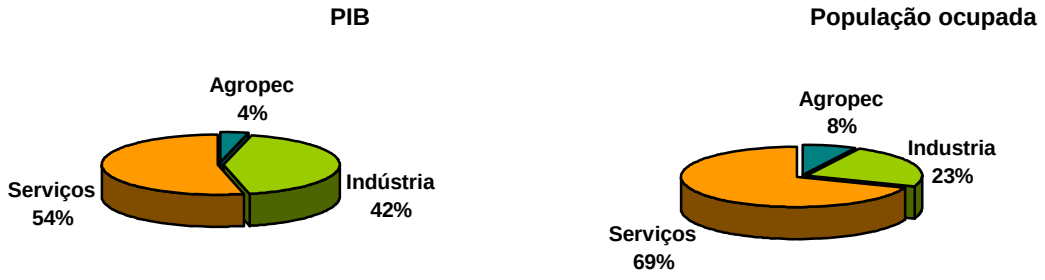


**GRÁFICO 4 - PIB e população ocupada por setor em Montes Claros em 2003**
Fonte: gráfico elaborado pela autora com base em dados do IBGE/cidades.

O gráfico 5 mostra os principais ramos de atividades (classificação do IBGE) das empresas que atuaram em Montes Claros, no ano de 2003. A maior parte delas estão ligadas às atividades comerciais, que é também o setor que possui maior número de pessoas ocupadas.

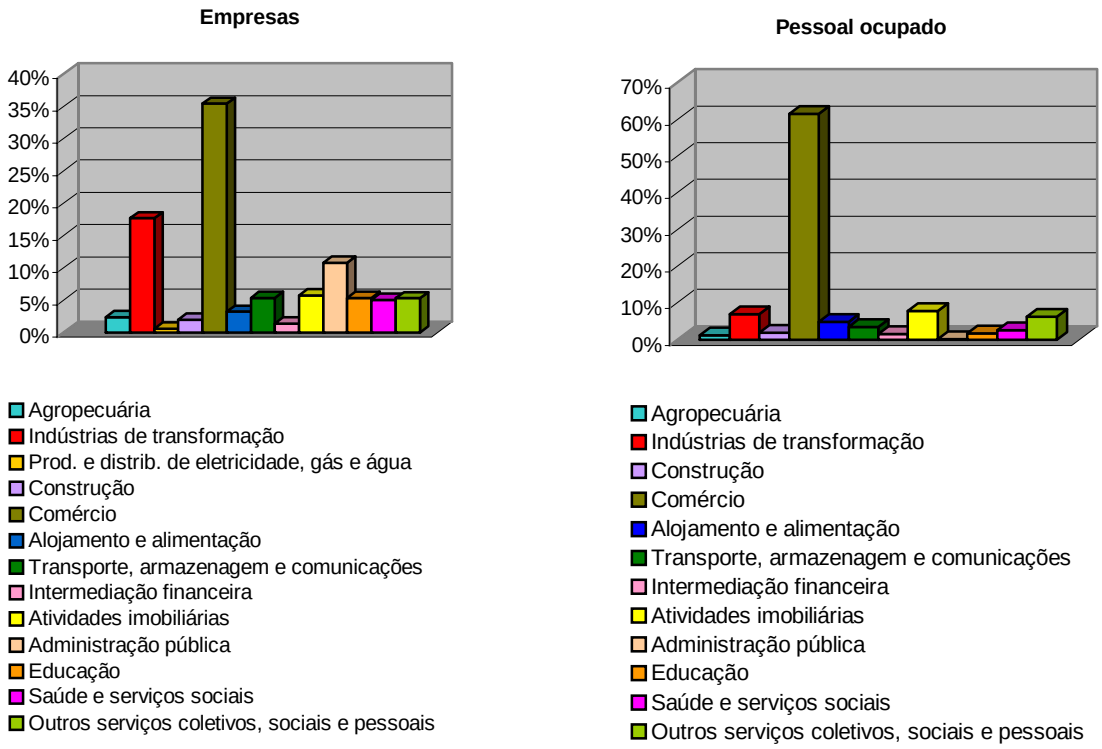


**GRÁFICO 5 - Empresas que atuaram em Montes Claros e pessoal ocupado por atividades em 2003**
Fonte: gráfico elaborado pela autora com base em dados do IBGE/cidades.

É preciso considerar que o setor industrial e a administração pública também absorvem parte considerável da população ocupada do município de Montes Claros. O setor terciário da cidade tem se ampliado e diversificado cada vez mais, devido à crescente demanda do parque industrial e à presença de um mercado regional em expansão. Esse assunto que será retomado no item 1.2.

### 1.1.4 - Crescimento x Desenvolvimento do Norte de Minas

Segundo Oliveira (2000), existe uma distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico. O primeiro está associado às mudanças de caráter quantitativo, como o aumento do PIB, já o segundo, implica em alterações qualitativas, verificadas através de indicadores que expressam o aumento da qualidade de vida da população (como o IDH), melhor distribuição da renda e maior acesso a serviços básicos. Para o autor, o desenvolvimento só é possível a partir da diversificação da própria produção interna, que, no entanto, não é suficiente para indicar padrões de qualidade de vida.

Uma análise do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, que é calculado pela média simples de três sub-índices, referentes às dimensões de Longevidade (IDH-L), Educação (IDH-E) e Renda (IDH-R)[16], demonstra a precariedade das condições sociais da população do Norte de Minas.

**QUADRO 3**

**Evolução do IDH de municípios do Norte de Minas em 1970, 1980, 1991 e 2000**

| Municípios | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
|---|---|---|---|---|
| **Bocaiúva** | 0,375 | 0,547 | 0,574 | 0,737 |
| **Grão Mogol** | 0,256 | 0,425 | 0,505 | 0,672 |
| **Janaúba** | 0,293 | 0,534 | 0,578 | 0,715 |
| **Januária** | 0,342 | 0,433 | 0,509 | 0,699 |
| **Montes Claros** | 0,472 | 0,720 | 0,719 | 0,784 |
| **Pirapora** | 0,436 | 0,684 | 0,704 | 0,758 |
| **Salinas** | 0,309 | 0,443 | 0,515 | 0,699 |

Fonte: IBGE e IPEA/IPEADATA.

[16] De acordo com dados do IPEA, o sub-índice do IDH relativo à educação é obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de freqüência à escola; o sub-índice do IDH relativo à longevidade é obtido a partir do indicador de esperança de vida ao nascer, já o sub-índice do IDH relativo à renda é o índice usado na função da renda, normalizada com valores extremos. O IDH varia de 0 (desenvolvimento nulo) a 1,0 (maior desenvolvimento humano), de acordo com a seguinte classificação: o IDH de 0 a 0,5 indica um baixo desenvolvimento humano; de 0,5 a 0,8 indica um médio desenvolvimento humano; e de 0,8 a 1,0 indica um alto desenvolvimento humano.

Como mostra o quadro 3, houve um crescimento do IDH, em todos os municípios da região, nas últimas décadas. O IDH do município de Montes Claros se manteve, desde 1970, o mais alto da região. De acordo com dados do IPEA (2002), apenas 7,86% dos municípios do Norte de Minas possuem um IDH em torno de 0,700. Em 80,89% dos municípios da região, o IDH médio ficou em torno de 0,600, enquanto em 11,25%, esse indicador foi inferior a 0,500. Isto quer dizer que nenhum município do Norte de Minas, nem mesmo Montes Claros, apresentou um alto IDH (acima de 0,8).

O Norte de Minas foi considerado pelo Governo de Minas Gerais uma região “fim do mundo”, pelo fato de ser “isolada”, e também, uma “região problema”, devido à baixa taxa de crescimento econômico. A fragilidade do setor social refletiu no atraso do setor econômico e vice-versa.

Muitas têm sido as explicações para o subdesenvolvimento da região. Segundo Rodrigues (2000), a causa do subdesenvolvimento advém dos seguintes fatores: intensificação das relações capitalistas; base econômica da região permaneceu estagnada, simples e pouco diversificada; baixa integração e exportação de produtos de baixo valor agregado; baixo poder aquisitivo e pobreza da população; alta concentração de renda; e organização social e política que reflete os traços paternalistas de uma estrutura social rígida.

Para Oliveira (2000), uma das possíveis explicações está ligada ao acúmulo de capital no Brasil e na região. Com o desenvolvimento do capitalismo, a classe dominante local conseguiu acumular os meios de produção e não houve espaço para a formação de um mercado interno regional e de uma classe operária combativa.

O que se percebe é que este quadro de subdesenvolvimento da região do Norte de Minas não se alterou muito com o passar do tempo, pois, de acordo com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) de Minas Gerais, elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) que constituiu o plano estratégico do Governo do Estado de Minas Gerais para o período de 2003-2007, o estado é caracterizado por um quadro de desigualdades

regionais, em relação aos aspectos sócio-econômicos e à condição de vida da população das diversas regiões do Estado.

Dentre as diretrizes do PMDI, estão aquelas que prevêem um maior investimento para a região do Norte de Minas, juntamente com o Vale do Jequitinhonha e Mucuri, que são as regiões mais pobres do Estado. Essas regiões apresentam uma defasagem em relação à oferta de serviços de infra-estrutura básica (transportes, energia, telecomunicações, saneamento), de equipamentos sociais e apresentam uma organização produtiva ineficiente e baixa competitividade, o que acentua o “círculo vicioso” do subdesenvolvimento das condições de vida da população.

De acordo com o PMDI (2003), o PIB do Norte de Minas em comparação com o PIB das demais regiões do estado estava entre os quatro piores. A Região Central, onde vivem 35% da população do Estado (que inclui o município de Belo Horizonte e a região metropolitana) participou praticamente com metade do PIB estadual (45,6%). No extremo oposto, a Região Noroeste e o Vale do Jequitinhonha/Mucuri tiveram participações inexpressivas no PIB. Tal situação foi semelhante para o Norte de Minas que teve uma participação de 4,7% no PIB estadual.

Apesar de ter sido registrado, nos últimos anos, melhorias em relação aos indicadores sócio-econômicos de tais regiões, as mudanças não foram suficientes para reverter o quadro de desigualdade regional que se firma no estado. O analfabetismo e a mortalidade infantil, variáveis que compõem o IDH, ilustram a clivagem observada no sentido noroeste-sudeste do Estado, sendo possível dividí-lo em duas regiões, por uma linha imaginária em formato de hipérbole. Acima dessa linha estão os municípios dos Vales do Jequitinhonha/Mucuri e da região do Norte de Minas, que apresentam os piores indicadores de analfabetismo e de mortalidade infantil do Estado, que, aliados à baixa renda *per capita,* originam um contrastante mapa de IDH (FIG. 7).

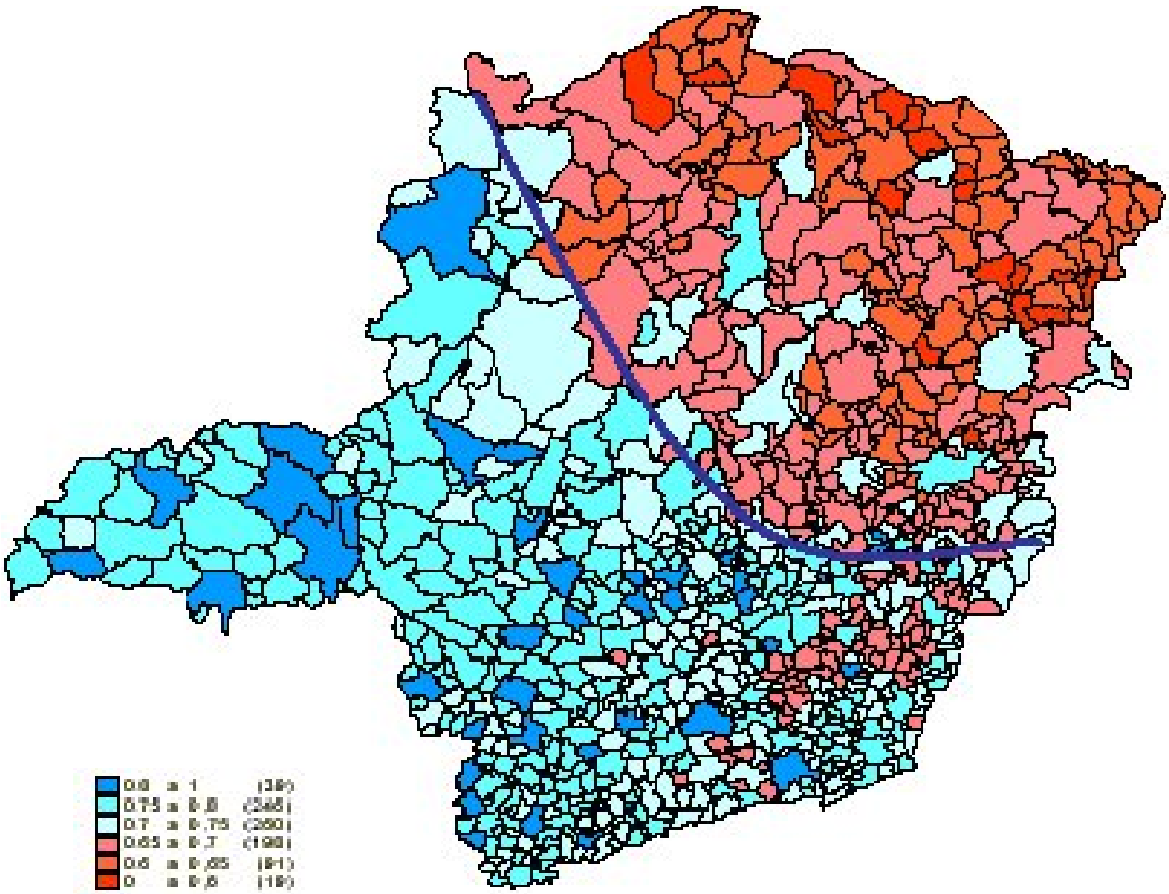


**FIGURA 7 – Mapa do IDH dos municípios mineiros**
Fonte: MINAS GERAIS / CDES, 2003-2007 (base de dados – IPEA)

O PMDI foca a importância de se criar um projeto que reconheça a situação de desigualdade entre as regiões do Estado, implementando políticas regionais estruturadoras nos Vales do Jequitinhonha/Mucuri e no Norte de Minas, viabilizando a concretização de uma rede de cidades médias capazes de concorrer com a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), bem como, incentivar o desenvolvimento de arranjos produtivos que valorizem o capital social. Essa estratégia do Governo de Minas se reafirma também na atual gestão.

De acordo com dados do escritório da SUDENE (localizado em Montes Claros), a maior parte dos indicadores sociais da região do Norte de Minas registrou uma significativa melhoria. De 1960 a 1999, a taxa de analfabetismo caiu

50,4%; a expectativa de vida ao nascer apresentou um incremento de 48,9%, a taxa de mortalidade infantil reduziu-se em 50,2% e o IDH apresentou variação de 103,2% (enquanto que o IDH do país cresceu 68% no mesmo período).

Embora a SUDENE tenha exercido um importante papel, como agente transformador da estrutura sócio-econômica do Norte de Minas, e proporcionado uma melhoria dos indicadores sócio-econômicos, ela não conseguiu reverter o quadro de subdesenvolvimento da região, que apresenta ainda um relativo atraso e pobreza em relação às regiões mais desenvolvidas do estado de Minas Gerais, como aponta o próprio PMDI (2003). Para Rodrigues (2000), a atuação da SUDENE contribuiu ainda mais para intensificar as desigualdades intra-regionais, com a estimulação da expansão capitalista na região.

Os dados sócio-econômicos aqui apresentados levam a concluir que há grandes desigualdades entre os municípios da região do Norte de Minas, sendo que Montes Claros apresenta um grau de desenvolvimento superior aos demais. O item seguinte apresentará os principais fatores ou atores sociais que contribuíram para que Montes Claros adquirisse, ao longo do seu processo de formação, uma posição central no Norte de Minas, tornando-se um pólo regional.

## 1.2 – O “FENÔMENO URBANO” E AS TRANSFORMAÇÕES DE MONTES CLAROS

Neste item, procura-se inicialmente apropriar-se do conhecimento teórico sobre o processo de urbanização das cidades que resulta na formação de uma sociedade urbano-industrial. Posteriormente, desenvolve-se uma reflexão crítica das principais transformações econômicas ocorridas na cidade de Montes Claros, no cenário urbano-regional, através de um eixo espaço-temporal, baseado em Lefebvre (1999) - da cidade agrária à cidade pólo de serviços - e identifica-se, ao longo deste eixo, os principais atores sociais ou “agentes” responsáveis por engendrar este processo.

### 1.2.1 - Um breve histórico: da “polis” ao “urbano”

Lefebvre (1999), para explicar o *fenômeno urbano* e a formação da *sociedade urbana*, traça um eixo espaço-temporal, iniciando-se do 0%, que representa a ausência de urbanização, ou seja, a vida no campo, ao 100%, que se refere ao processo de urbanização. Ao longo desse eixo, ele posiciona, de forma evolutiva: a Cidade Política, a Cidade Mercantil, a Cidade Industrial e o “Urbano”. Lefebvre chama a atenção para alguns fenômenos que ocorrem ao longo deste eixo espaço-temporal:

**Cidade Política - Cidade Mercantil - 1 - Cidade Industrial - 2 - Urbano - 3**

0%_____100%

1. Inflexão do agrário para o urbano.
2. Implosão-explosão das cidades: concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do agrário ao urbano.
3. Zona crítica: problemática urbana, fruto do processo de urbanização e da formação de uma sociedade urbana.

O eixo apresentado por Lefebvre merece ser melhor analisado para se compreender os desígnios e complexidades que abarcam o processo de formação das cidades. Lefebvre designa por “Cidade Política”, a *“polis”* grega, (cidade oriental e arcaica greco-romana), que se caracterizava pela ordem, poder e vida social organizada. A “Cidade Política” exerceu seu domínio sobre o campo, a partir de um controle político.

No século XIV, com o crescimento do comércio e das relações de troca, que até então eram excluídas da centralidade da Cidade Política, houve um fortalecimento dos *"faubourgs"*[17] e da praça de mercado, que passou a ser essencial e central, substituindo a “ágora”, praça de reuniões e de encontros da cidade grega. A libertação das cidades do domínio feudal e o surgimento de uma classe de comerciantes e banqueiros fizeram eclodir na Europa, a Revolução Comercial.

Nesse contexto, Lefebvre (1999) chama a atenção para o surgimento da “Cidade Mercantil ou Comercial”, que nasce como símbolo do capital comercial e da conquista dos mercadores. A Cidade Mercantil exerceu um domínio sobre o campo, explorando-o a partir de uma rede de monopólios. As relações econômicas entre campo e cidade se davam pelo excedente ou mais-produto extraído do campo, mas controlado pela cidade; concomitantemente, o campo se opunha a essa relação de exploração devido a sua superioridade “produtiva”[18].

Para Lefebvre, a “Cidade Industrial” surge, a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII. A Cidade Industrial torna-se uma ameaça à *cidade político-mercantil,* que sofreu significativas transformações com a entrada da produção industrial, reunindo capital, trabalho, meios de produção e mercado. As fábricas atraíam para as cidades um grande fluxo migratório de pessoas que representavam mão-de-obra e consumo, indispensável à circulação do capital

---

[17] Os *Faubourgs*, que quer dizer, falsos burgos, eram centros de artesanato e comércio que existiam fora das muralhas da cidade medieval.

[18] Neste ponto vale a pena ressaltar a visão de Monte-Mór (2006) que, apoiado em Jane Jacobs (1969) e Soja (2000), afirma que a cidade sempre foi mais produtiva do que o campo, o que garantiu de fato seu domínio, sendo que muitas vezes ela produziu o seu “espaço rural” a p*osteriori.*

industrial.

Segundo Singer (1973), a industrialização não representou apenas uma mudança das técnicas e da diversidade da produção, mas, também, uma expansão da divisão social do trabalho, com especialização de atividades, abrangendo cidade e campo numa economia mundial, o que foi possível através da expansão das fronteiras políticas e dos transportes.

De acordo com Lefebvre (1999), na passagem da Cidade Mercantil à Cidade Industrial ocorreu uma inflexão agrário-urbana onde o campo perde sua primazia em relação à cidade, subordinando-se a ela, devido à realização de sua produção nos mercados da cidade. A partir dessa nova realidade urbana, a cidade torna-se a centralidade política e mercantil da comunidade, onde se reúnem leis, instituições, religião, cultura, monumentos e mercado; e o campo surge como seu espaço produtivo, mas subordinado e circundante.

“A cidade e campo, elementos sócio-espaciais opostos e complementares, constituem, nas suas essências, a centralidade e a periferia do poder na organização moderna” (MONTE-MÓR, 2005: 18). Para Singer (1973), seguindo Marx, a divisão social do trabalho entre campo e cidade é a separação do trabalho material do intelectual.

A díade campo-cidade é um contexto importante para se entender a formação do espaço e da sociedade urbana. Com a expansão urbana das cidades sobre o campo e, virtualmente, sobre o espaço regional e nacional, a relação rural-urbana, ou urbana-rural, como propõe Soja (2000)[19], torna-se cada vez mais complexa: onde termina o espaço urbano e começa o rural?

De acordo com Milton Santos (1993), em decorrência do transbordamento da cidade sobre o campo, o urbano e o rural devem ser analisados como um

[19] Soja (2000), propõe que a cidade precede o campo assim como a Revolução Urbana foi precedida ou acompanhada da Revolução Agrícola no período Neolítico. Para o autor, a força motora que impulsionou o desenvolvimento dos aglomerados urbanos não foi a agricultura, como se pensava, até porque a sedentarização era essencial para a vida agrária. Dessa forma, os primeiros aglomerados urbanos foram formados por caçadores, comerciantes, pastores e foi o desenvolvimento destas pequenas vilas, ligadas pelas atividades e trocas comerciais (alimentos, ferramentas, utensílios), que levaram à consolidação de uma sociedade urbana agrária.

contínuo. Para o autor, a velha dicotomia urbano/rural vem sendo substituída pelo binômio urbano/agrícola, pois, regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades e as regiões urbanas contêm atividades rurais.

Para Lefebvre (1999: 17), “o tecido urbana prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária”. Segundo o autor, o “tecido urbano” não é uma metáfora clara, ou seja, mais que um tecido jogado sobre o território, é uma rede de malhas desiguais, que não se limita à sua morfologia, sendo o suporte da produção social do espaço e do modo de viver de uma sociedade urbana. A sociedade urbana, segundo Lefebvre, é aquela que nasce da industrialização, constituída pelo processo que domina e absorve a produção agrícola. Para o autor, a sociedade urbana se relaciona a um *objeto virtual*[20].

Monte-Mór, com base em Lefebvre, desenvolveu o conceito de *urbanização extensiva*, que diz respeito ao transbordamento da cidade sobre o seu entorno, gerando e integrando diversas centralidades e periferias, e à extensão das condições gerais de produção (capitalista) que se estendem ao longo das rodovias e sistemas de comunicação e energia cobrindo *virtualmente* o território regional e nacional, carregando consigo, em maior ou menor grau, os serviços urbanos e sociais requeridos pela sociedade contemporânea.

A *urbanização extensiva* significa, também, para Monte-Mór (2005), a extensão da “práxis urbana”, tal como definida por Lefebvre (1999), ao espaço total, onde o tecido urbano carrega consigo o germe da “polis” (política) e da “civitas” (cidadania) representando, portanto, a politização de todo o espaço social.

Ainda nesse contexto, é possível falar do duplo processo de “implosão-explosão” designado por Lefebvre (1999). Simultaneamente, a cidade cresce sobre si mesma e sobre sua *centralidade*, com a concentração de serviços, pessoas e riquezas nas suas áreas centrais e, por outro lado, há um

[20] De acordo com Lefebvre (1999), o termo virtual se refere ao presente enquanto potencialidade a se concretizar. A sociedade urbana é um objeto virtual, ou seja, possível, que se relaciona a um processo (mediato) e uma *práxis social*. Assim, a sociedade urbana resulta de uma urbanização completa, hoje virtual, amanhã real. Dessa forma, para se formar uma sociedade urbana é preciso romper os obstáculos do impossível.

transbordamento das cidades com a expansão do seu tecido urbano em direção ao campo, o que contribui para a formação de subúrbios e bairros-jardins, que consistem em espaços de transição entre campo e cidade.

A expansão do tecido urbano para além dos limites das cidades representa o deslocamento das classes de baixo poder aquisitivo, das áreas centrais, em direção à periferia, num processo de periferização, como também, em diferentes tempos e sociedades, o deslocamento para a periferia das populações ricas em busca de qualidade de vida e privacidade, optando por residir em loteamentos residências horizontais fechados (condomínios fechados).

Por fim, a "zona crítica" refere-se às transformações ocorridas na sociedade urbana, na passagem do período industrial ao “urbano”. Essa zona crítica pode ser comparada a um "campo cego" (LEFEBVRE, 1999). O campo refere-se ao espaço de forças e conflitos, e o adjetivo cego tem o sentido de obscuro, ou seja, do olhar que não consegue enxergar um novo espaço em construção (o urbano). A zona crítica é resultado dos problemas oriundos do próprio processo de industrialização e expansão urbana que embarca as cidades e reflete a instabilidade da sociedade urbano-industrial diante do urbano.

Percebe-se, portanto, que a passagem da *polis* para o *urbano*, foi marcada por uma série de transformações sociais, políticas, ideológicas e econômicas, que se refletiram diretamente nas relações sócio-espaciais.

### 1.2.2 - Montes Claros: da cidade agrária à cidade pólo de serviços

Tomando-se como ponto de partida o esquema apresentado por Lefebvre (1999) e fazendo uma reflexão das principais transformações estruturais e econômicas do município de Montes Claros, no contexto urbano-regional, foi possível desenvolver o esquema a seguir, que propõe também um eixo espaço-temporal, em que se destaca os principais momentos ou agentes (atores) sociais

responsáveis por engendrar essas transformações:

**(1) - Cidade Agrária – (2) - Cidade Mercantil – (3) - Cidade Industrial Incompleta – (4) - Cidade Pólo de Serviços**

(1) Expansão da agropecuária
(2) Expansão ferroviária
(3) Expansão da indústria (atuação da SUDENE) e a urbanização da cidade
(4) Expansão do *urbano* – terciarização (aumento do consumo e dos serviços avançados)

A periodização desenvolvida aqui, sob um viés lefebvriano, é apenas uma das diferentes formas de se analisar as principais transformações econômicas que ocorreram em Montes Claros e no Norte de Minas. Cabe ressaltar que há outras óticas de análise dessas transformações econômicas, ocorridas na cidade e região, como por exemplo, a desenvolvida por Cardoso (2000), que distingue três fases de desenvolvimento do Norte de Minas:

- 1ª fase – do povoamento à criação da SUDENE – ocorre o desenvolvimento das atividades da pecuária extensiva, agricultura de subsistência, abastecimento das regiões mineradoras, algodão (conicultura), borracha e a expansão ferroviária.
- 2ª fase – corresponde ao período da década de 60 – em que a região foi praticamente preparada para receber os novos capitais industriais e ser reincorporada a estrutura produtiva nacional, através de uma melhoria da infra-estrutura com os incentivos da SUDENE.
- 3ª fase – compreende as décadas de 70 a 80 – em que a região responde aos vários programas e políticas a que foi submetida, bem como às transformações intra-regionais, que repercutiram em importantes mudanças na sua realidade econômica. Essa fase foi marcada pelo êxodo rural, implantação de diferentes empreendimentos, carvoejamento, reflorestamento, projetos agroindustriais, fruticultura,

urbanização, formação de pólos, desconcentração da atividade terciária, etc.

Percebe-se que a visão histórica, atribuída por Cardoso, tem como principal agente/ator a SUDENE. A seqüência evolutiva, aqui proposta, decorre das principais transformações nos setores econômicos e produtivos que ocorreram no município, seja desencadeado por forças internas ou externas, de abrangência local ou regional. Os tópicos, a seguir, discorrem sobre as diferentes fases pelas quais Montes Claros passou.

### 1.2.3 - Do curral à cidade

A Região do Norte de Minas foi palco das primeiras incursões ao interior do país, incentivadas por Tomé de Souza, primeiro Governador–Geral do Brasil, em 1548. As terras do sertão eram adentradas através do Rio São Francisco, do Nordeste em direção ao Sul. Nessa época, a região do Norte de Minas era habitada por tribos indígenas, que mais tarde foram exterminadas, só restando hoje, a tribo dos Xakriabá. Posteriormente, a região foi também ocupada por europeus (portugueses) e africanos (escravos).

De acordo com Hermes de Paula (1979), no século XVII, o sertão do Norte de Minas passou a ser explorado e, conseqüentemente, ocupado pelas bandeiras dos baianos, através da expansão da pecuária e cultivo do algodão, e pelas bandeiras paulistas, que procuravam por ouro e pedras preciosas. A pecuária se consolidou rapidamente na região por apresentar condições favoráveis à criação de gado, como terrenos salinos, pastagens naturais e clima propício, que dificultavam a disseminação de doenças entre os animais (OLIVEIRA, 2000).

A ocupação de Montes Claros foi iniciada pela bandeira de Antônio Gonçalves Figueira, que fundou em 1707, a *Fazenda de Montes Claros.* Essa grande fazenda se consolidou, em 1831, como Vila das Formigas. A sua emancipação ocorreu em 3 de julho de 1857, quando foi elevada à categoria de

Cidade de Montes Claros[21] e já se constituía um importante centro político-administrativo.

De acordo com Oliveira (2000), a pecuária de corte do Norte de Minas foi destinada, primeiramente, para abastecer a atividade açucareira agro-exportadora, desenvolvida no litoral da região Nordeste e, posteriormente, para abastecer a zona de mineração da região do ciclo do ouro, no século XVIII. Apesar da crise de ambas, a pecuária não foi abalada, pois o capital empregado era reposto, devido ao tamanho do rebanho e pelo fato de ser uma economia de subsistência que não precisava de um mercado próprio.

O povoamento do Norte de Minas se deu de modo rarefeito, pois a agropecuária exigia grandes espaços e pouca mão-de-obra, o que explica, em grande parte, o fato dos seus municípios serem extensos e pouco populosos. Eles surgiam ao longo dos rios e das rotas comerciais e o excedente da produção se destinava aos viajantes e comerciantes que passavam pela região.

A localização geográfica de Montes Claros, que se encontra no entroncamento de cidades que estiveram ligadas ao ciclo do ouro, como Diamantina, Itacambira, Grão Mogol e outras, fez com que a cidade fosse ponto de passagem de boiadas, alimentos, escravos e produtos importados em direção à região das minas.

A maior parte da população do município de Montes Claros morava no campo. As fazendas eram cercadas de pequenas povoações, onde viviam os dependentes como vaqueiros, agregados, escravos e outros. A expansão dos povoados originou as vilas, que se consolidavam como pequenos centros de produção agrícola e de atividades artesanais (sobretudo os artefatos de couro e algodão).

É importante destacar o papel dos grandes fazendeiros, que acumulavam terras, gado, poder político e controlavam o capital e a produção, sendo os principais atores do processo de expansão da agropecuária. A ocupação do Norte

[21] Segundo Hermes de Paula (1976), o nome da cidade de Montes Claros foi uma referência aos morros de pouca vegetação que predominam na paisagem da cidade.

de Minas esteve atrelada à formação de *territórios de poder*. Segundo Duarte (2002), o conceito de território está relacionado à idéia de poder que é atributo de signos e valores que refletem a cultura de um grupo. Assim, a idéia de territorialidade é construída por fatores simbólicos, culturais, identitários, bélicos e tecnológicos.

A estrutura social da época refletia as relações paternalistas, e a falta de organização política se traduzia no autoritarismo e domínio da oligarquia rural (donos da terra), bem como, no imobilismo político das classes trabalhadoras e de pequenos produtores. A rigidez das relações sociais e o "poder" da oligarquia rural do Norte de Minas, estiveram associados à construção de uma "identidade rural" que influenciou a formação cultural da sociedade do Norte de Minas.

Fica evidente a importância da expansão da agropecuária no processo de povoamento e formação da cidade de Montes Claros. Era no campo que se concentrava a população, a produção e o poder. É por isso que no período que vai do século XVII ao início do século XX, Montes Claros foi considerada uma Cidade Agrária.

### 1.2.4 - Da estrada de ferro aos mercados

No final do século XIX, houve um desenvolvimento das atividades algodoeiras na região do Norte de Minas, que alimentavam a indústria têxtil. Nesse período, a cidade de Pirapora adquiriu uma importante posição na economia regional, com o desenvolvimento das fábricas têxteis e pela presença da ferrovia que chegava até Várzea da Palma, cidade próxima a ela. Pirapora, até o final do século XIX, era a principal porta de entrada para o sertão, via fluvial ou ferroviária (CARDOSO, 2000).

O ciclo da borracha também foi importante para a região, sendo que a cidade de Januária, no Norte de Minas, chegou a comercializar ¼ da produção

brasileira. No entanto, com o declínio dessa atividade e mudança do eixo econômico do país, foi descartada a idéia de se promover a interligação entre os Vales do Rio São Francisco e os mercados da região Norte do país, através da linha férrea que ligaria Pirapora à Belém, no Pará (LESSA, 1993).

Dentro da nova realidade econômica do país tornou-se prioridade a ligação férrea entre Minas Gerais e a Bahia, a partir da continuidade da construção da linha férrea da cidade de Corinto a Montes Claros e desta à cidade de Monte Azul, na divisa com a Bahia.

> A 1º de setembro de 1926, inaugurou-se a Estrada de Ferro Central do Brasil em Montes Claros. O neoclassicismo das luzes, a pompa, o cinema ao ar livre, preconizavam o horizonte técnico, a concepção de civilização, expressa pela elite sertaneja na organização das festividades. As novas relações sociais, pautadas pelo mundo-imagem do cinema e o mundo-cinemático da janela do veículo, colocavam o trem como o mensageiro do progresso (LESSA, 1993: 188).

A construção da Estrada de Ferro Central do Brasil em direção à região do Norte de Minas permitiu uma continuidade territorial entre o norte e o sul do país, pois foi a primeira via de ligação, por terra, entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, com o interior de Minas Gerais e Bahia. A ferrovia foi importante para integrar Montes Claros aos principais centros do país.

A cidade tornou-se *"boca de sertão",* isto é, coletora da produção extra-regional (de centros como Rio de Janeiro e São Paulo) e distribuidora desses produtos para sua região de abrangência. Os produtos e mercadorias que chegavam na estação ferroviária de Montes Claros eram distribuídos para as fazendas, vilas e cidades da região.

Inicialmente, a comercialização na cidade era praticada por tropeiros[22], que acampavam na Praça Dr. Chaves (Praça da Matriz, localizada em frente à Igreja Matriz, construída em 1769). Em 1831, foi construído um mercado coberto nessa

[22] Tropeiros ou bruaqueiros eram as pessoas que transportavam e distribuíam as mercadorias e produtos da época, para fazendas, vilas e cidades, utilizando-se burros ou cavalos, sendo este o principal meio de transporte. Eles colocavam as mercadorias em broacas, que eram uma espécie de mala de couro, que ficava acoplada aos animais.

praça, que vendia diversos produtos como hortifrutigranjeiros, mantimentos, aves vivas, tecidos e provisões diversas, destinados principalmente aos tropeiros (PAULA, 1979).

O primeiro mercado público de Montes Claros foi inaugurado em 1899 e implantado no centro da cidade, ao lado da praça Dr. Carlos. No seu entorno, surgiram lojas, casas atacadistas[23], bares, armazéns, e também os mascates e vendedores ambulantes. Montes Claros passou a configurar-se como Cidade Mercantil, reunindo, distribuindo e comercializando a produção do campo que lhe era circundante.

**FIGURA 8 - Praça da Matriz de Montes Claros no início do século XX.**
Fonte: Disponível em: <http://www.montesclaros.com/era/>

Montes Claros assumiu também a posição de “ponta de trilho”, por ter sido o ponto final da estrada férrea até 1942, o que contribuiu para atrair um grande fluxo de pessoas, tornando-se veículo de convergência de uma população migrante. De acordo com Lessa (1993), a ferrovia se constituiu também um dos principais corredores migratórios do Brasil, facilitando o êxodo dos fugitivos da seca e da pobreza do sertão para os grandes centros urbanos do país. Para a autora, a ferrovia foi vista, desde o início, como imagem de um instrumento da “civilização industrial” e urbana que levava o “progresso” das grandes cidades do Brasil, para o interior inóspito e atrasado do país.

[23] Montes Claros possuía um grande número de casas atacadistas, que ocupavam grandes áreas e vendiam os mais diversos produtos: vestuário, alimentícios, agrícolas e outros. Estes produtos eram consumidos tanto pela população da cidade, quanto das áreas rurais.

É importante ressaltar que a ferrovia propiciou significativas mudanças na cidade e sociedade montesclarense, devido ao maior acesso às informações (correio, revistas, jornais) que antes eram trazidas pelos tropeiros e pela dinamização do setor financeiro, com a chegada dos bancos.

Montes Claros, na década de 50, já contava com numerosas edificações comerciais e de serviços como bares, restaurantes, padarias, armazéns, cafés, açougues, casas de gêneros alimentícios, barbearias, institutos de beleza, hotéis, farmácias, cinema e importantes prédios públicos tais como: Hospital Santa Casa, Hospital Regional, Hospital Santa Teresinha, orfanato, Colégio Diocesano, Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, Banco Mineiro da Produção, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, Agência Ford, Correios, Telégrafos, e outros (PAULA, 1979).

A ferrovia foi um importante agente transformador da economia de Montes Claros, pois fomentou a expansão do setor comercial e produtivo e permitiu uma maior mobilidade da população intra-regional. Mesmo após a década de 40, quando a cidade perdeu a posição de “ponta de trilhos” devido à retomada da construção da ferrovia em direção ao município de Monte Azul, Montes Claros não perdeu seu dinamismo econômico e já era o maior centro regional do Norte de Minas. Montes Claros consolidava-se como importante entreposto comercial e centro administrativo e se configurava como uma Cidade Mercantil.

### 1.2.5 – O processo de industrialização e de urbanização de Montes Claros

O processo de industrialização de Montes Claros, desencadeado a partir de 1965, contou com o capital mobilizado através da SUDENE e se deu de forma tardia em relação a outras cidades mineiras. Nesse período, a cidade de Montes Claros ainda não dispunha de infra-estrutura suficiente para atender o setor industrial, visto que a aglomeração espacial das atividades industriais e o seu

volume de produção, além de matéria-prima e de um mercado consumidor, necessitavam de uma ampla infra-estrutura (incluindo os setores de transporte, energia, abastecimento, armazenamento, saneamento, comunicação e outros), como suporte.

Em 1965, a CEMIG e, posteriormente, a TELEMIG, implantadas em Montes Claros através de recursos da SUDENE, garantiram a distribuição de energia e desenvolvimento dos meios de comunicação, fatos importantes para apoiar as atividades do setor industrial. O sistema ferroviário, já existente na região, era o principal responsável pelos transportes de cargas e de passageiros. A melhoria do sistema de transporte rodoviário foi concretizada em 1972, com a pavimentação asfáltica da estrada que liga Montes Claros à Belo Horizonte (BR-135).

Apesar do processo de industrialização de Montes Claros ter se iniciado na década de 70, antes disso, no início do século XX, já havia algumas fábricas espalhadas na cidade, cujos principais ramos de atividades eram: produtos alimentares (manteiga, óleo vegetal), tecido de algodão, têxtil, vestuário, mobiliários e outros.

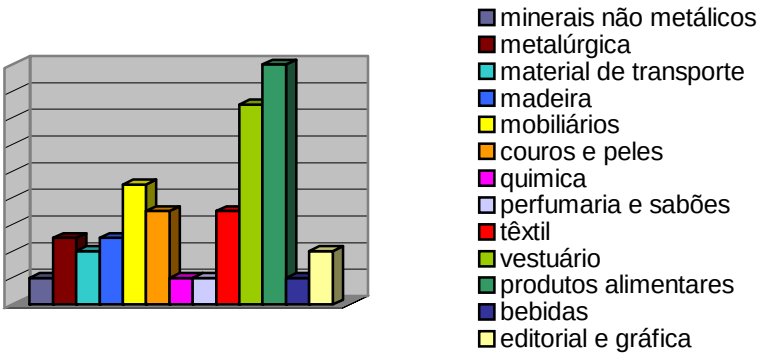


**GRÁFICO 6 - Estabelecimentos por gênero de indústrias de Montes Claros - 1960**
Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora com base em dados da FJP, 1982.

A maior parte das indústrias que se instalaram em Montes Claros, utilizando os investimentos da SUDENE, foram implantadas no Distrito Industrial de Montes Claros, criado no final da década de 1960 e localizado na região Norte da cidade, a 5 km do centro. O Distrito Industrial foi implantado, estrategicamente, entre eixos

rodoviários da cidade, na saída para Januária e Janaúba. À leste do Distrito Industrial, está localizado o eixo ferroviário da Estrada de Ferro Central do Brasil.

As indústrias, então implantadas, eram, em geral, de médio e grande porte, e se destinavam, principalmente, às seguintes atividades ou ramos: têxtil, farmacêutico, produtos veterinários, produtos alimentícios, bebidas, estrutura metálica, materiais de construção, óleos vegetais e produtos de origem pecuária. A maior parte delas utilizavam tecnologia avançada, aparelhagem moderna, destinavam-se a um mercado consumidor extra-regional e eram pouco absorvedoras de mão-de-obra.

São exemplos de indústrias que foram implantadas com o capital da SUDENE e que ainda estão em funcionamento na cidade[24]: a Biobrás (hoje Novo Nordisk), Valleé, COTEMINAS (Companhia de Tecidos Norte de Minas), a Matsulfur (Cia. Materiais Sulfurosos), a fábrica de cimento do Grupo Lafarge, Têxtil Paculdino, Metalúrgica Norte de Minas, Fiação e Tecelagem Santa Helena, Cebractex – Cia Central Brasileira de Acabamentos Têxteis, Minaspuma Nordeste, Nansen, e várias outras.

De acordo com Clélio Campolina Diniz (2000), Montes Claros faz parte de uma das 27 áreas industriais do Brasil, que empregam de 10 a 20 mil empregados e que tiveram crescimento positivo do emprego industrial. Para Diniz, a tentativa de localizar um conjunto de indústrias de alta tecnologia em Montes Claros não teve continuidade, mesmo estando na cidade a Novo Nordisk (antiga Biobrás) e a Valleé, duas indústrias de *fronteira tecnológica*.

Na década de 1960, estima-se que Montes Claros possuía 82 estabelecimentos industriais (e 778 pessoas ocupadas); na década de 1980, havia 170 estabelecimentos; e hoje, estima-se que esse número esteja em torno de 300 estabelecimentos. Verificou-se um aumento da população ocupada no setor industrial de 6%, em 1960, para 16%, em 1970, e ainda para 23%, em 2003. Além disso, a expansão do setor secundário em Montes Claros implicou o desenvolvimento de uma variedade de novos serviços privados e públicos nas

[24] Dados do escritório da SUDENE em Montes Claros.

áreas de saúde, educação, administração, finanças, contabilidade e outros.

Embora esses dados e informações apontem um incremento do setor industrial para a economia da cidade, que em 2003, contribuiu com 42% do PIB municipal, a discussão sobre a questão industrial de Montes Claros é delicada. Houve, sem dúvida, uma tentativa por parte do Governo Federal e de Minas Gerais de criar, a partir dos anos 70, um pólo industrial em Montes Claros, no entanto, não se sabe com clareza até que ponto essa iniciativa surtiu os efeitos almejados.

Apesar do setor industrial ter surgido sob uma concepção industrial fordista avançada e ter provocado a expansão e melhoria da infra-estrutura e dos serviços na cidade, ele não se desenvolveu como se esperava na época. Estima-se que 30% das indústrias implantadas em Montes Claros, com investimentos da SUDENE, faliram[25]. Por esses motivos, atribui-se aqui a configuração de Montes Claros como uma Cidade Industrial Incompleta.

O processo de industrialização na cidade foi acompanhado também de alterações no campo. Segundo Oliveira (2000), a partir do final da década de 70, com o desenvolvimento das relações capitalistas e a mecanização no campo, houve mudanças na sua estrutura produtiva: aumento de máquinas agrícolas (tratorização), avanço da agricultura irrigada, investimentos na agroindústria, uso de tecnologia e assistência técnica. Mas apesar dessa modernização, os pequenos agricultores não foram atingidos, gerando, de um lado, segmentos altamente tecnificados, e de outro, baixa capitalização[26].

Além disso, a introdução do trabalho assalariado contribuiu para quebrar a antiga relação paternalista, provocar o barateamento e a intensificação do trabalho, e criar novas necessidades de consumo (OLIVEIRA, 2000). A precária condição econômica e social no campo e o desemprego tecnológico intensificaram

---

[25] Dados do escritório da SUDENE em Montes Claros.

[26] A concentração de terras, as secas periódicas, a irrigação, a construção de barragens, garimpo, reflorestamento sem critérios para produção de carvão destinados a abastecer os pólos siderúrgicos, contribuíram para a miserabilidade no campo e expulsão de grande parte das famílias de sua terra.

o êxodo rural. A partir da década de 70, houve um crescimento negativo da população na região do Norte de Minas e no estado de Minas Gerais como um todo.

**QUADRO 4**

**Taxas anuais de crescimento da população rural do Norte de Minas e de Minas Gerais - 1960/70 e 1970/80**

| Período | Norte de Minas | Minas Gerais |
|---|---|---|
| **1960-1970** | 0,97% | -0,76% |
| **1970-1980** | -1,04% | -2,07% |

Fonte: IBGE / censos demográficos.

Verificou-se uma relação direta entre expansão industrial e o processo de urbanização, intensificado pelas relações econômicas e sociais nos principais centros urbanos da região. Os municípios do Norte de Minas com maior número populacional são: Montes Claros, Pirapora, Bocaiúva, Janaúba, Januária, São Francisco. Os três primeiros estão entre os mais industrializados da região.

Montes Claros foi o principal ponto de convergência do fluxo migratório da região, absorvendo camponeses e migrantes do Norte e Noroeste de Minas e de parte do Sul da Bahia. Com base em Pereira (2003), os fatores que contribuíram para isso foram: concentração fundiária; longos períodos de seca; transformações na estrutura produtiva; expansão industrial; e desenvolvimento de um complexo e diversificado setor de serviços, comércio e administração na cidade.

Esses fatores, em conjunto, motivaram um rápido crescimento populacional em Montes Claros, gerando um descompasso entre infra-estrutura e serviços disponíveis e a crescente demanda. Além disso, a indústria e os outros setores da economia não conseguiram absorver toda a mão-de-obra disponível, ocorrendo assim um aumento das atividades informais e do desemprego na cidade.

De acordo com o quadro 5, percebe-se que em 1960, 59,30% da população do município vivia na zona rural e em 1970, este número caiu para 27%. Em uma

década, a zona rural de Montes Claros perdeu quase metade da sua população. Esse dado reforça o êxodo rural registrado no município na década de 1970.

**QUADRO 5**

**Aspectos demográficos do município de Montes Claros entre 1960 a 2000**

| Ano | População Urbana | População Rural | População Total (hab.) | Grau de Urbanizaç. | Densidade Demográf. |
|---|---|---|---|---|---|
| **1960** | 43.097 | 62.855 | 105.982 | 40,66% | 29,59 |
| **1970*** | 85.154 | 31.332 | 116.486 | 73,10% | 32,52 |
| **1980** | 155.313 | 21.995 | 177.308 | 87,60% | 49,5 |
| **1991** | 227.295 | 22.270 | 249.565 | 91,08% | 69,67 |
| **2000** | 289.183 | 17.764 | 306.947 | 94,21% | 85,69 |

Dados: IBGE / censos demográficos.

O grau de urbanização[27] do município passou de 40,66%, em 1960, para 73,10%, em 1970, e em 2000, esse valor foi de 94,21%. O crescimento da população do município de Montes Claros entre 2000 e 2006 foi de 2,28% ao ano. Na década de 1990, tal crescimento foi de 2,30% ao ano. Houve, então, uma pequena queda da taxa de crescimento demográfico do município.

A população do município de Montes Claros tornou-se predominantemente urbana em meados da década de 1960. De acordo com Santos (1993), os anos 60 marcam um ponto de inflexão agrário-urbana no Brasil. Já para a região do Norte de Minas, como um todo, só a partir da década de 90 é que o grau de urbanização ultrapassa os 50,0 %. Nos últimos trinta anos, o grau de urbanização da região evoluiu de 27,6% em 1970 para 53,97% em 1991 e atingiu 65,37% em 2000 (IBGE, 2000).

O processo de urbanização do Norte de Minas não se deu de forma homogênea. Apesar do aumento da população urbana, em mais da metade dos

[27] O grau de urbanização de um município é definido pelo número da população urbana em relação a população total do município. Este dado se refere a questões estritamente demográficas e não ao grau de desenvolvimento urbano das cidades.

municípios da região, há uma maior parcela da população vivendo nas áreas rurais e ocupadas em atividades do setor primário, sobretudo na agropecuária.

De acordo com Pereira (2003), uma análise sobre a urbanização das cidades norte-mineiras não deve considerar apenas indicadores numéricos ou a diferenciação rural/urbana, mas também aspectos como a intensidade da concentração urbana, os tipos de relações que as cidades estabelecem entre si, as atividades econômicas da população, o estágio de desenvolvimento tecnológico e os hábitos de vida.

Pode-se apreender o rural na sua duplicidade, ou seja, enquanto espaço físico, considerando as formas de uso e ocupação do território, e também enquanto lugar de vida e de referência identitária. Nesse sentido, Pereira (2004) fala de uma *urbanização ideológica e cultural.* Para se entender a regionalização do Norte de Minas é preciso recorrer à questão cultural, que é muito marcante na região.

O Norte de Minas, enquanto fronteira, é um lócus de miscigenação de experiências culturais. A identidade mineira e norte-mineira se justapõem em um mesmo espaço social (LESSA, 2007). Embora haja uma proximidade física da cidade em relação ao estado da Bahia, a cultura norte-mineira é diferente da baiana. O norte-mineiro não se considera nem mineiro e nem baiano. Já se criou até uma expressão para se referir ao povo norte-mineiro - os *Baianeiros* - que seria uma mistura de Baianos com Mineiros.

Nesse estudo do processo de industrialização e de urbanização de Montes Claros, é preciso destacar o papel da SUDENE como agente transformador da estrutura econômica, produtiva e espacial de Montes Claros e do Norte de Minas. A consolidação de Montes Claros em Cidade Industrial, ainda que incompleta, gerou maior diversidade das suas atividades econômicas (expansão e diversificação dos serviços), decorrentes da entrada do capital industrial. A década de 70 foi, portanto, um período de transição entre a Cidade Agrário-Mercantil e a Cidade Urbano-Industrial.

### 1.2.6 - O urbano: a “terciarização” e novas formas de consumo

Na última década, Montes Claros passou por modificações estruturais, maior diversidade funcional, terciarização, maior especialização dos serviços (incluindo a terceirização) e a incorporação de novos hábitos e formas de consumo ao cotidiano da população montesclarense. A globalização impôs uma nova lógica econômica em Montes Claros, em que o grande motor da economia hoje é o setor terciário avançado. Os serviços modernos (ou avançados) se diferenciam dos serviços tradicionais pelo maior nível de especialização.

Em relação à expansão do setor terciário em Montes Claros, é preciso considerar o desenvolvimento do ensino superior na cidade. Em 1970, havia três unidades de ensino superior na cidade: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e Faculdade de Filosofia e Letras, pertencentes a FUNM – Fundação Universidade do Norte de Minas (atual Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes).

Até 1998, a Unimontes era a única faculdade existente na cidade. Entre o período de 1999 a 2005 foram implantadas mais dez faculdades em Montes Claros. Tal fato deve ser analisado no contexto nacional da época, em que o governo Fernando Henrique Cardoso implementou uma política de fomento à educação privada no ensino superior, resultando no surgimento de um grande número de faculdades particulares no país.

Das 11 escolas de ensino superior em Montes Claros, uma é estadual - a Unimontes, outra é federal - o Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, e as demais são particulares: Faculdades Santo Agostinho, Faculdades Integradas Pitágoras, Faculdade de Saúde Ibituruna, Instituto Superior de Educação Ibituruna (ISEIB), Faculdades Unidas do Norte de Minas (FUNORTE), Faculdade de Computação (FACOMP), Faculdade de Ciência e Tecnologia (FACIT), Universidade do Oeste do Paraná (UNOPAR) e Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). Algumas destas faculdades particulares atuam à distância,

como são os casos da UNOPAR e UNOPAC.

Segundo dados do IBGE, em 2003, estavam matriculados nas faculdades de Montes Claros, um total de 9.233 alunos. Em 2004, este número foi para 11.504 alunos, dos quais 183 são alunos da UFMG, 6.014 são alunos da Unimontes e 5.307 são alunos das faculdades privadas da cidade. Em relação ao aumento verificado de 2003 para 2004, 89% aconteceram nas faculdades privadas. Em 2004, registrou-se ainda um total de 1.174 docentes do ensino superior, dos quais 783 são professores das faculdades públicas e 391 das faculdades privadas.

Segundo dados do diagnóstico do Mesonorte[28], a Unimontes é a maior universidade do Norte de Minas. Ela oferece 25 cursos regulares de graduação e também cursos seqüenciais e de pós-graduação Lato e Strictu Senso[29]. A Unimontes possui campus nas cidades de Brasília de Minas, Espinosa, Januária, Janaúba, Pirapora, São Francisco e Salinas (no Norte de Minas), Paracatu e Unaí (na região Noroeste de Minas) e na cidade de Almenara (Vale do Jequitinhona/Mucuri).

A Unimontes possui mais 32 núcleos instalados em outras cidades dessas regiões mencionadas. A área total de atuação da Unimontes cobre, aproximadamente, 30% do território mineiro. Além da Unimontes, há mais duas instituições de ensino superior no Norte de Minas (excluindo Montes Claros): Instituto Superior de Educação Verde Norte, em Mato Verde e FAZAG – no Vale do Gorutuba, na Jaíba.

De acordo com dados das próprias faculdades de Montes Claros, estima-se que 50% dos seus alunos são de outras cidades, sobretudo das regiões do Norte de Minas, Noroeste de Minas, do Jequitinhonha e também há um grande número de alunos do estado da Bahia. Além disso, é preciso considerar que há um deslocamento diário de estudantes que residem em outras cidades (como

---

[28] Ver LESSA, 2007, p. 129-130.

[29] Mestrado na área de Desenvolvimento Social, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciência da Saúde.

Bocaiúva, Janaúba, Pirapora) para Montes Claros. As faculdades da cidade exercem um papel polarizador e contribuem para um maior intercâmbio intra-regional de pessoas, conhecimentos, pesquisas e tecnologias.

Como a expansão do ensino superior em Montes Claros é um fenômeno recente, ainda não há dados que possam verificar, de forma segura, se o crescimento em termos quantitativos (maior número de faculdades e maior oferta e variedade de cursos de graduação e de pós-graduação), está sendo acompanhado também por mudanças qualitativas que repercutam em melhorias sociais e econômicas para a cidade e região, como exemplo, maior qualificação e especialização da mão de obra local, absorção de tecnologias, expansão de pesquisas, implantação de incubadoras, e outras.

De acordo com informações de imobiliárias de Montes Claros, o surgimento de novas faculdades, foi um fator que provocou alterações substancias no mercado imobiliário da cidade. Estima-se que 50% das pessoas que procuraram tais imobiliárias, nos últimos cinco anos, para um contrato de aluguel, foram estudantes originados, principalmente, de cidades do Norte de Minas e do sul da Bahia, que vieram estudar nas escolas de segundo grau ou nas faculdades da cidade. A expansão do setor educacional de Montes Claros não impulsionou apenas o setor imobiliário, mas, de forma direta ou indireta, motivou também à expansão de outras atividades ou serviços na cidade, como restaurantes, hotéis, transportes e comércio em geral.

Em relação às atividades terciárias, há que se destacar também a importância do setor de saúde para o município, que tem passado por uma reestruturação com a ampliação do SUS (Sistema Único de Saúde). Em 1970, a rede hospitalar de Montes Claros possuía 11 unidades, sendo oito hospitais e três pronto-socorros[30]. O sistema de saúde se mostrava ineficiente para atender a população local e regional. Já em 2005, foram contabilizadas 142 unidades de saúde em Montes Claros, incluindo hospitais e pronto-socorros (IBGE, 2005).

---

[30] Dados do Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano (1974)

De acordo com informações do diagnóstico Mesonorte[31], apenas cinco municípios do Norte de Minas (Montes Claros, Itacambira, Salinas, Coração de Jesus e Januária) possuem a modalidade mais avançada de gestão do SUS – Gestão Plena do Sistema Municipal e se responsabilizam integralmente pela gestão e pelos serviços de saúde em seu território. Os demais municípios da região se aderiram à Gestão Plena da Atenção Básica, em que pactuam com outros municípios, com vistas a suprir uma demanda local. E grande parte dessa demanda regional se dirige à Montes Claros, visto que o atendimento médico e hospitalar, mais específico, são encontrados apenas nos hospitais e clínicas da cidade.

Além da melhoria e maior especialização do setor de saúde e de educação em Montes Claros, é preciso considerar também, o aumento da terceirização e dos serviços de apoio à indústria. Castells (1996) destaca o crescimento dos serviços pessoais e de produção na economia global. Segundo o autor, os serviços pessoais estão relacionados ao consumo individual e entretenimento (lazer e turismo) como shoppings, lojas de departamentos, restaurantes, clínicas de estética e similar. Já os serviços de produção são aqueles de apoio à indústria, sendo os insumos cruciais na economia, embora também incluam serviços empresariais que não têm necessidade de alta qualificação.

De acordo com Sassen (1998), a prestação de serviços de apoio ao setor industrial (serviços de produção) engloba: consultoria, marketing, contabilidade, finanças (bancos, seguros), publicidade, engenheira, secretariado executivo, administração, projetos arquitetônicos, pessoal, tecnologia da informação, distribuição de vendas por atacado, hospedagem e serviços de manutenção (limpeza, alimentação, segurança).

A compra da Biobrás pela Novo Nordisk[32], em 2002, e seus investimentos realizados no município, animou não apenas o setor industrial de Montes Claros

---

[31] Ver LESSA, 2007.

[32] A indústria Novo Nordisk, sediada na Dinamarca, é líder mundial na produção de medicamentos para o tratamento do diabetes e utiliza mão-de-obra especializada. Em 2003, a empresa anunciou um investimento de mais de US$ 200 milhões na construção de uma nova fábrica de insulina em Montes Claros.

como também o setor de serviços de produção, como: hotéis, transportes (rodoviário e aéreo[33]), turismo, empresas de arquitetura e engenharia, construtoras, escolas de inglês, profissionais liberais (consultores, marketing, advogados) e também a terceirização de serviços de limpeza, vigilância e alimentação.

Houve em Montes Claros um aumento também dos serviços pessoais (especialmente das atividades de lazer e entretenimento) que está associado à própria idéia do urbano, da globalização e da diversificação dos padrões de consumo requerida pela sociedade urbana. Esses fatores implicaram o surgimento de novas edificações na cidade, como shoppings, cinemas, supermercados, loja de departamento e outros. Percebe-se, então, que Montes Claros tem se consolidado nos últimos anos como uma Cidade Pólo-Regional de Serviços.

[33] Nos últimos anos verificou-se em Montes Claros, um aumento do número de passageiros no transporte aéreo. A cidade atualmente possui linhas de vôos diários diretos para Belo Horizonte e São Paulo, e também vôos diretos para Vitória da Conquista, Salvador e Ipatinga. Informações disponíveis em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/voos.htm

## 1.3 - MONTES CLAROS NA REDE URBANA DO NORTE DE MINAS

Nesse item busca-se entender a diferenciação funcional de Montes Claros e sua posição de pólo urbano-industrial na rede urbana do Norte de Minas. Para isso foi desenvolvido um breve estudo sobre rede urbana e sobre cidade-região, relacionando-os à articulação de Montes Claros com a rede urbana do Norte de Minas, ainda que de forma apenas referencial, já que este não é o objetivo central da pesquisa.

### 1.3.1 - Um estudo sobre rede urbana

O estudo da “rede urbana” no Brasil tem sido importante para entender a organização dos espaços urbano-regionais e investigar o papel assumido pelas cidades brasileiras numa economia global, levando-se em consideração as articulações funcionais estabelecidas entre elas. A temática sobre rede urbana no país está longe de ser esgotada, sobretudo por se tratar de um país com dimensões continentais, em que a desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, a intensa criação de centros e as transformações do espaço são ainda notáveis (CORRÊA, 2001).

O estudo de rede urbana tem sido abordado sob diferentes acepções, sendo que as mais importantes dizem respeito à diferenciação das cidades em termos de funções; às relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento; à hierarquia urbana; e às relações entre cidade e região (do qual derivou o estudo de cidade-região).

Os estudos dedicados à hierarquia urbana são os mais tradicionais e numerosos sobre rede urbana. Walter Christaller, para compreender a forma de organização das cidades e redes de cidades, formulou, em 1933, a Teoria dos Lugares Centrais. De acordo com Christaller (1966), a partir da distribuição de

bens e serviços das localidades centrais para as suas hinterlândias, verifica-se uma diferenciação hierárquica entre as cidades, envolvendo o número, o tamanho das localidades e de suas hinterlândias, e as distâncias entre elas.

Segundo Christaller, a função mais elementar da cidade é ser o centro ofertante de bens e serviços demandados por uma região (complementar). O lugar central seria definido como o centro de uma região em que a densidade de localização da população e, principalmente, das atividades econômicas é maior que na região complementar. Assim, quanto maior a centralidade, maior a importância do lugar e tanto maior é sua região complementar.

Os lugares centrais estariam organizados, espacialmente, segundo um critério hierárquico. Desse modo um lugar de nível hierárquico superior deve dispor de todos os bens e serviços dos lugares centrais de níveis inferiores, além daqueles que lhe são característicos. Os serviços mais especializados (ou avançados) concentram-se apenas no lugar central ou centro da rede urbana.

Christaller (1966) ressalta ainda que o consumo do bem central varia conforme a estrutura da população que o lugar central atende, levando-se em consideração as relações sociais determinadas pelas características profissionais (renda da população), especificidades culturais e a distância econômica das pessoas em relação ao centro. Essa distância pode ser minimizada através de melhorias das condições de tráfego e de transporte, capazes de reduzir o custo e o tempo do deslocamento, ampliando a área servida pelo lugar central. Tais fatores interferem na complexidade e diversificação dos bens e serviços centrais ofertados e, conseqüentemente, no grau de polarização do centro.

A formulação de Christaller contribuiu para o entendimento da manifestação das forças aglomerativas no espaço urbano. No entanto, atualmente, diante da intensa e crescente mobilidade dos bens e serviços, viabilizada pelos avanços tecnológicos, a questão da proximidade geográfica, como principal determinante da centralidade, deve ser relativizada. De fato, não se pode descartar as limitações impostas pelos custos de transporte, mas se deve considerar também questões como proximidade tecnológica, cultural ou institucional como

estimuladores ou determinantes da troca, além, principalmente, da capacidade de controle exercida pelo capital financeiro.

Adicionalmente, deve-se considerar que a globalização permite o alcance de mercados cada vez mais distantes, ampliando o fluxo de bens e serviços, como também, aumentando a concorrência com os outros centros de maior nível hierárquico. Ao invés de enfraquecer a centralidade, muitas cidades ampliam seu raio de ação, ampliando suas áreas de influência, recriando ou re-hierarquizando as centralidades.

Para Corrêa (1987), a rede urbana é um conjunto de centros urbanos, funcionalmente articulados entre si, resultado de complexos e mutáveis processos, engendrados por diversos agentes sociais. Nesse conjunto há um centro mais importante de nível nacional ou regional, que exerce um papel, maior ou menor, de controle econômico ou político sobre a sua hinterlândia, originando uma economia de aglomeração urbano-industrial.

Para o autor, a rede urbana é, simultaneamente, um reflexo da divisão territorial e social do trabalho, sendo que *vantagens locacionais diferenciadas* implicam uma especialização funcional e maior hierarquia na rede urbana. É através de funções articuladas entre as cidades como - bancos, comércio atacadista e varejista, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde, e outros - que a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho.

A tendência de concentração de serviços mais especializados e diversificados em Montes Claros, (como faculdades, equipamentos de saúde, atividades de entretenimento e outros), que não se encontram nas demais cidades da região, fez com que Montes Claros adquirisse *vantagens locacionais diferenciadas* em relação à região. Isso contribuiu para fortalecer ainda mais sua centralidade e posição hierárquica na rede urbana do Norte de Minas, tornando-se um lugar central de concentração econômica e do capital financeiro.

Um outro ponto a se considerar no estudo sobre rede urbana é o papel desempenhado pelas cidades médias brasileiras. Santos (1993) chama a atenção

para o crescimento das cidades intermediárias brasileiras, paralelamente ao processo de desmetropolização ou involução metropolitana. Segundo o autor, o número de cidades brasileiras com população entre 200 mil e 500 mil habitantes passou de 33, em 1970, para 85, em 1991.

A França foi um país pioneiro no estudo sobre as cidades médias com destaque para os estudos do geógrafo francês Michel Rochefort, na década de 1950, que chama a atenção ao fato de que as cidades médias, em geral, desempenham um papel fundamental no equilíbrio (desconcentração populacional dos grandes centros) e no funcionamento das redes urbanas nacionais e, sobretudo, regionais.

Os trabalhos teóricos sobre cidades médias esbarraram, desde o início, em duas dificuldades maiores: a definição qualitativa e quantitativa dessas cidades. Correa apresenta três elementos que, combinados, definem o *conceito de cidade média*[34]: tamanho demográfico, função urbana e organização interna. Então, uma cidade de porte médio, não é necessariamente uma cidade média, pois este último conceito não se relaciona apenas aos aspectos demográficos, mas também à diversidade funcional da cidade.

Por outro lado, algumas cidades assumem uma correspondência direta entre tamanho demográfico, função urbana e organização interna. Santos (1993), por exemplo, considera que, a partir da década de 1970, uma cidade no território brasileiro com população acima de 100 mil habitantes, pode ser considerada uma cidade média.

Para Amorim Filho (1984), aspectos ligados às funções de intermediação na rede urbana são tão ou mais importantes que o tamanho demográfico na caracterização das cidades médias. Para o autor, uma cidade média deve oferecer uma opção diversificada de bens e serviços ao espaço microrregional a ela ligado; manter interações constantes com sua região (complementar) e com as

[34] Este conceito foi explicitado por Roberto Lobato Corrêa em conferência apresentada no II CIMDEPE - Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, que se realizou na cidade de Uberlândia – MG, nos dias 6 a 10 de novembro de 2006.

aglomerações urbanas de hierarquia superior; ter capacidade de fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural; e funcionar como ponto de interrupção do movimento migratório em direção às grandes cidades.

Com o processo de metropolização, na década de 70, as cidades médias brasileiras foram consideradas “espaços de contenção” ao excessivo crescimento metropolitano. Sob uma perspectiva em âmbito nacional, as cidades médias teriam o papel de desconcentrar a economia e população dos grandes centros do país, funcionando como uma barreira à proliferação de favelas e ao crescimento da pobreza, intensificados pelos movimentos migratórios, em direção às grandes cidades e metrópoles brasileiras.

Diante disso, o Governo Federal e Estadual desenvolveu planos e programas que visavam a implementação de infra-estrutura urbana que beneficiaria o desenvolvimento das cidades médias brasileiras, a partir das demandas da industrialização. Montes Claros também foi contemplada por programas como o Plano de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI (1977) e pelo Projeto Especial Cidade de Porte Médio - PECPM (1980).

De acordo com Santos (1993), a expansão e diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de um centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades, como tem ocorrido, por exemplo, em Montes Claros.

Santos fala ainda das mudanças na divisão do trabalho devido ao desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, o que levou ao aumento de uma massa intelectual no Brasil e a novos empregos ligados à ciência e tecnologia. Para o autor, há uma tendência dos pobres se dirigirem para as grandes cidades e metrópoles brasileiras e da população de classe média se concentrar nas cidades intermediárias brasileiras:

> As cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma população material, industrial e agrícola, que se intelectualiza. Por isso assistimos no Brasil, a um

> fenômeno paralelo de metropolização e de desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e cidades médias, ostentando ambas as categorias incremento demográfico parecido, por causa em grande parte do jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território (SANTOS, 1993: 55)

Percebe-se que as cidades médias têm exercido um importante papel na rede urbana brasileira. A maior diversidade econômica tem as tornado locais privilegiados para atrair investimentos, pois, além de oferecer boa infra-estrutura de apoio a novos empreendimentos e um setor de comércio e serviços diversificado, e cada vez mais especializado, as cidades médias oferecem também qualidade de vida. Segundo Corrêa, a cidade média tem a vantagem da pequena cidade e não tem a desvantagem da grande cidade, sendo o “sonho” do planejador.

### 1.3.2 - Um conceito de cidade-região

As articulações urbano-regionais, causadas pelas transformações na economia mundial, que ocorreram, sobretudo a partir da década de 1990, suscitaram o debate sobre cidade-região. O estudo da cidade-região deriva ou mesmo complementa os tradicionais estudos sobre rede urbana. Para Scott (2001) a cidade-região se relaciona a um centro fortemente desenvolvido, que está conectado aos processos de transformação econômica e social em escala mundial e funcionam como nós espaciais da globalização, tanto para localização de indústria, como do setor terciário superior.

De acordo com Scott (2001), o protagonismo da cidade-região no processo de reestruturação produtiva e territorial é analisado em termos de um “novo regionalismo”. Para Harvey (1992), a materialização das transformações econômicas contemporâneas em espaços específicos, “regiões-chave”, tanto no mundo desenvolvido quanto no subdesenvolvido, são o retrato da acumulação “flexível” das transformações do sistema fordista de produção, com forte influência

dos sistemas de redes e incorporação da tecnologia e da informação como fator de produção.

A cidade-região emerge como plataforma privilegiada para disputar os mercados globais, aproveitando-se de *vantagens da aglomeração*. A respeito disso, Sassen (1998) diz que a globalização é acompanhada de uma aglomeração e desaglomeração das atividades econômicas, ou seja, apesar da economia da informação (imaterial) neutralizar as distâncias através da telemática, é preciso considerar que as atividades de infra-estrutura (material) são fundamentais na implantação dos pólos econômicos, pois favorecem a redução de custos de transação. Assim, capital e trabalho se tornam voláteis e mudam de uma cidade para a outra à procura da maximização de suas preferências, como lucros, salários e qualidade de vida urbana.

A escala de abrangência das regiões vai além do espaço da cidade, estando mais próximo de uma “rede regional”. Para Jacobs (1969), a formação de cidades-região não são definidas por fronteiras naturais. Essas fronteiras se movem de acordo com o vigor de suas economias, por meio dos efeitos aglomerativos, embora com alta dependência da cidade-núcleo.

A “cidade-região” relaciona-se à discussão política da governabilidade, implicando a adoção de novos *pactos territoriais*, na medida em que essas “cidades-região” escapam dos limites administrativos municipais, distritais ou estaduais, sendo uma categoria analítica construída. A importância da governabilidade das “cidades-região” determina não apenas o desenvolvimento de políticas “competitivas”, mas também, discussões sobre os problemas sociais e ambientais, onde soluções e desafios são compartilhados entre os agentes envolvidos no processo, tais como empresários, governos locais, associações de empregados, entre outros.

Percebe-se que a construção de cidades-região ou redes regionais de cidades se torna uma unidade analítica mais apropriada ao planejamento regional, do que a cidade enquanto unidade de organização social-espacial local. Nesse sentido, é possível pensar na construção de um conceito de cidade-região para

Montes Claros, já que a cidade estabelece uma relação intrínseca com sua região complementar - o Norte de Minas?

Esse assunto será retomado no item 3.2.

### 1.3.3 - As articulações de Montes Claros no Norte de Minas

Um estudo sobre rede urbana considera, entre outros fatores, a capacidade das cidades se *articularem* em rede, isto é, atrair investimentos e oferecer empregos, serviços públicos e privados, tecnologia, qualidade de vida para seus habitantes, entre outros; aumentando ou diminuindo sua área de abrangência e conseqüentemente, sua centralidade na rede urbana.

Acredita-se que a consolidação de Montes Claros como pólo regional, ao longo de sua história, esteve relacionada com sua capacidade *de articulação* com as demais cidades do Norte de Minas e com os principais centros urbanos do país, o que foi determinado pelos os agentes “transformadores”.

A posição geográfica favorável da cidade, que no século XVIII era estruturada com base em *caminhos* que interligavam a região do Norte de Minas, através do Vale do Rio São Francisco, à zona de mineração e às regiões de pecuária do Nordeste, fez da cidade uma *rota comercial* importante para a expansão do seu núcleo urbano. No início do século XX, a ferrovia implantada em Montes Claros foi o *veículo* que intermediou o acesso da população sertaneja às mercadorias, serviços e tecnologias originadas dos centros urbanos mais dinâmicos do Brasil.

Mas, sem dúvida, foi a partir da SUDENE, que Montes Claros deu o maior passo para estabelecer novas *articulações* e um maior intercâmbio de bens e serviços com a região do Norte de Minas e com outros centros urbanos. A ampliação da rede rodoviária, sobretudo, a partir da década de 1970, ligando Montes Claros a grandes centros do país, foi fundamental para intensificar a

*mobilidade intra e inter-regional* e intensificar as relações econômicas, ocorrendo expansão do mercado de produtos industrializados gerados em outras regiões.

Montes Claros é um importante entroncamento rodoviário do país. De acordo com dados do DNIT de Montes Claros, a cidade atualmente está ligada a quatro rodovias federais: BR-135 (liga Belo Horizonte à Montes Claros e da cidade continua até São Luiz do Maranhão, passando por Januária); BR-251 (liga Montes Claros à BR-116 - Rio-Bahia, passando por Salinas); BR-365 (liga Montes Claros à divisa com o Estado de Goiás, passando por Pirapora); e BR-122 (liga Montes Claros à Bahia, passando por Janaúba).

**FIGURA 9 - Ligações rodoviárias no Norte de Minas**
Fonte: DNIT, Montes Claros.

É preciso considerar que a ligação de Montes Claros à BR-116 - Rio-Bahia contribuiu para aumentar o fluxo migratório, sobretudo da população pobre, para a cidade. Esse eixo rodoviário, se por um lado, trouxe um incremento da economia do município, por outro lado, ampliou consideravelmente os problemas sociais e urbanos da cidade, tais como: aumento da pobreza e do número de desempregados, aumento da favelização e da periferização, ampliação da população itinerante e aumento da prostituição.

Percebe-se, então, que a rede urbana do Norte de Minas, após a década de 70, sofreu significativas modificações na sua estrutura. Para sintetizar as idéias abordadas no Capítulo 1, com base em Corrêa (2001), pode-se dizer que as principais modificações estruturais da cidade-região foram:

- *Industrialização:* formação de centros industriais nas cidades de Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma e Bocaiúva, alterando a divisão do trabalho pré-existente;

- *Urbanização:* aumento da população urbana, sobretudo nas cidades mais industrializadas da região, acompanhado de processos migratórios intra-regionais;

- *Estratificação social:* ampliação da classe média e a difusão gradativa de um modo de vida urbano (ainda que para um grande número de cidades do Norte de Minas este fato é questionável, visto que grande parte da população que vive na região adota um estilo de vida rural e está ocupada em atividades ligadas à agropecuária), implicando em mudanças no comportamento da sociedade e nas formas de consumo;

- *Melhoria da circulação dos meios de transporte e comunicação:* viabilização de interações espaciais mais eficientes de mercadorias, pessoas, informação e capital com a substituição do sistema ferroviário por uma densa rede rodoviária.

- *Industrialização do campo:* modernização da agricultura e reestruturação fundiária, que alteraram as relações sociais de produção e foram acompanhadas de um êxodo rural.

- *Diversificação da economia e reorganização do setor empresarial:* alterações dos padrões de compra e consumo da população regional com a entrada do capital financeiro e investimentos empresariais, envolvendo não apenas o setor industrial e comercial, mas também a expansão do setor de serviços.

# CAPÍTULO 2

# A REGIÃO NA CIDADE: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E DE REESTRUTURAÇÃO URBANA DE MONTES CLAROS

*"Que beleza, Montes Claros*
*como cresceu Montes Claros.*
*Quanta indústria em Montes Claros.*
*Montes Claros cresceu tanto,*
*ficou urbe tão notória,*
*prima-rica do Rio de Janeiro*
*que já tem cinco favelas*
*por enquanto, e mais promete"*

(Carlos Drumond de Andrade)

## 2.1 – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE MONTES CLAROS

Pretende-se aqui analisar o processo de urbanização de Montes Claros, a partir do reflexo das principais modificações econômicas na estruturação e expansão do seu espaço urbano. Focou-se, mais especificamente, duas fases: a fase anterior à década de 70, e a fase seguinte, do final da década de 1970 até meados da década de 1990. A atual dinâmica urbana ocorrida na última década, aqui entendida como a reestruturação urbana de Montes Claros, será analisada no item 2.2.

Alguns pontos foram enfatizados no estudo do processo de urbanização do município, tais como: a segregação sócio-espacial, as conseqüências do processo migratório associado ao processo de periferização e a questão habitacional de Montes Claros. Para investigar esses pontos foi necessário desenvolver as seguintes atividades: revisão bibliográfica em livros e artigos sobre Montes Claros; análise da legislação urbanística; estudo da evolução da mancha urbana da cidade, a partir da transposição de mapas urbanos e imagens de satélites; levantamento "in loco"; análise dos principais planos e programas de Montes Claros; e coleta de informações e conversas com profissionais da Prefeitura Municipal de Montes Claros, especialmente os da SEPLAN.

### 2.1.1 - A cidade monocêntrica

Como dito anteriormente, Montes Claros começou a se formar, a partir de uma grande fazenda - Fazenda dos Montes Claros - que se transformou em arraial, depois em vila, e em 1857, se consolidou como cidade. O processo de ocupação da cidade de Montes Claros iniciou-se à margem direita do Córrego Vieira em torno da Igreja Matriz (construída em 1769) e da Praça Dr. Chaves (Praça da Matriz), com a construção de casas domingueiras[35] pelos fazendeiros vizinhos.

**FIGURA 10 - Casa da sede da Fazenda dos Montes Claros**
Fonte – PMMC / Secretaria de Cultura de Montes Claros.

O arruamento que ia se abrindo era formado por ruas e passeios estreitos, tortuosos e ininterruptos em alguns pontos, seguindo um traçado irregular. A topografia de Montes Claros é plana, tendo, a oeste, a Serra do Mel (conhecida como Serra do Ibituruna). A malha urbana da cidade é cortada por alguns córregos como o Córrego Vieira, Córrego Pai João e Córrego Vargem Grande, na porção oeste; e os Córregos do Cintra, Melancias e Lages localizados na porção leste da cidade (ver FIG. 11).

No início do século XX, a área ocupada de Montes Claros se limitava ao entorno das atuais praças Dr. Chaves (Praça da Matriz), Praça de Esportes, Praça Dr. Carlos e Praça Pio XII (Praça da Catedral), como mostram as figuras 11 e 12.

[35] Naquela época, a maior parte da população de Montes Claros morava nas fazendas, sendo que alguns dos fazendeiros tinham também uma casa na cidade aonde iam periodicamente para comprar os produtos que não eram produzidos no campo. As casas domingueiras na cidade ficavam, a maior parte do tempo, fechadas.

**FIGURA 11 - A ocupação urbana de Montes Claros no início do século XX**
Fonte: mapa fornecido pela PMMC em meio digital.

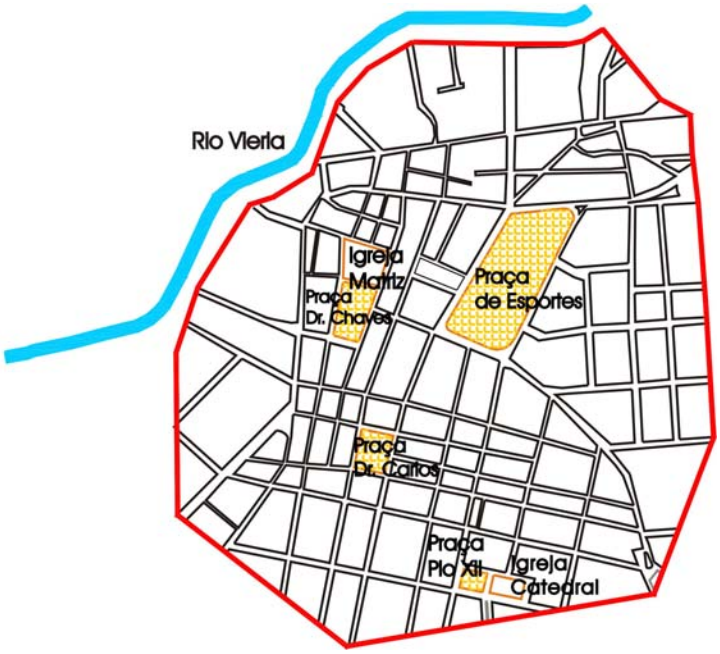


**FIGURA 12 - Detalhe da área central**
Fonte: mapa elaborado pela autora com base em mapas urbanos de Montes Claros.

O primeiro salto de crescimento demográfico de Montes Claros deu-se após a década de 30, como resultado da chegada da ferrovia em 1926. A estação de trem foi edificada na parte sul do centro da cidade, o que motivou a expansão urbana em direção a esta área. O município de Montes Claros apresentou em 1950 uma população total de aproximadamente 51.355 habitantes[36] o que corresponde a 14,7% da atual população total.

No início do século XX, o que hoje é o "hipercentro" da cidade, era uma região ocupada principalmente por residências de pessoas de melhor poder aquisitivo e pelo comércio, que se concentrava próximo ao mercado público, localizado ao lado da praça Dr. Carlos. Fora da área central, havia pequenos núcleos isolados, ou povoados, localizados, normalmente, junto às estradas que conduziam às fazendas e regiões próximas do município e eram, em geral, habitados por agregados ou descendentes dos titulares das áreas centrais (PAULA, 1979).

De acordo com Hermes de Paula (1979), a parte urbana de Montes Claros, na década de 1950, possuía 2.583 edificações, 10 praças, quase uma centena de ruas e havia apenas cinco prédios de três pavimentos. Montes Claros já nascia uma cidade horizontalizada. Segundo Paula, havia na cidade, nesse mesmo período, aproximadamente, 30 bairros (ver FIG. 13), que estavam em fase de implantação. Eles tinham entre 150 a 500 casas e se apresentavam em menor dimensão e número populacional em relação à situação atual.

"Infelizmente, ruas novas vão se abrindo, à vontade, sem orientação urbanística; futuros administradores terão problemas sérios a resolver" (PAULA, 1979: 49). Hermes de Paula estava certo, pois o traçado original do centro da cidade, formado por ruas e passeios estreitos, esquinas com pouca visibilidade, preservado ainda nos dias atuais, se tornou um problema para articulação urbana e para o tráfego de Montes Claros.

[36] Fonte de dados - Anuário Estatístico de Minas Gerais, do ano de 1950.

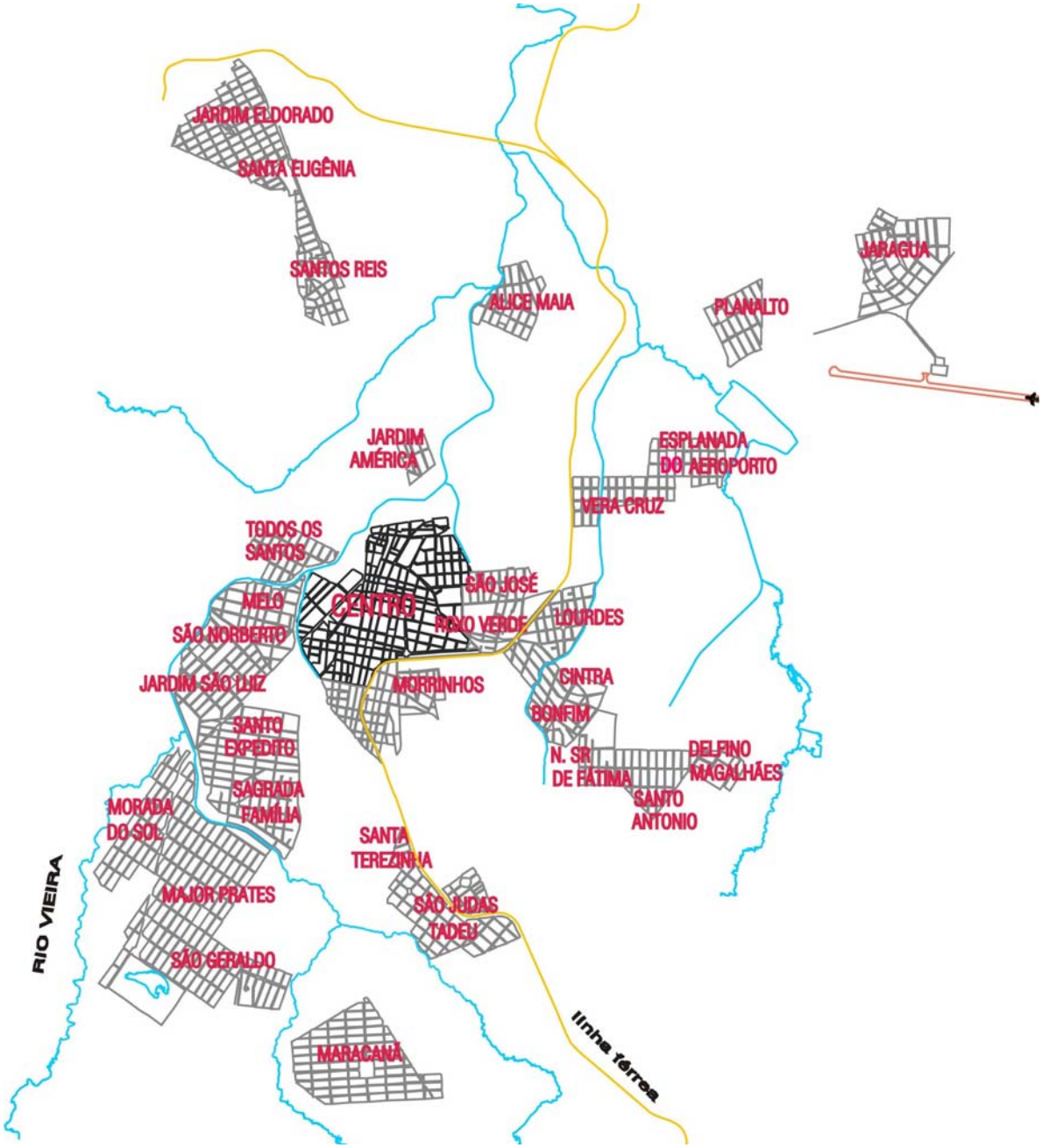


**FIGURA 13 - Bairros de Montes Claros da década de 1950**
Fonte: mapa elaborado pela autora com base em mapas urbanos de Montes Claros

Pode-se dizer que, até a década de 60, a mancha urbana de Montes Claros enquanto Cidade Agrária/Mercantil se restringia à área central e aos bairros apresentados por Paula (1979), que estavam em processo de ocupação. Ao redor desta mancha urbana, o espaço assumia características mais rurais, sendo

formado por fazendas, sítios e alguns povoados ou núcleos urbanos isolados. Apenas as ruas do centro e as principais vias de comunicação entre centro e bairros estavam pavimentadas.

O centro, nó da articulação viária da cidade, apresentava uma estrutura urbana complexa e monopolar ou mononuclear, pois nela se concentravam e coexistiam edificações de diferentes usos, tais como residências, comércio (varejista e atacadista), serviços e também algumas pequenas indústrias, refletindo em um desequilíbrio para a própria estrutura. Montes Claros configurava, nesse período, como uma *Cidade Monocêntrica*.

### 2.1.2 – A "cidade setorizada"

O processo de industrialização de Montes Claros, iniciado na década de 70, e conseqüentemente, a melhoria da infra-estrutura e expansão dos serviços repercutiram em modificações na estrutura urbana da cidade, que passou a assumir novas formas e usos.

Com a valorização imobiliária da área central para fins comerciais[37], as pessoas que residiam no centro, gradativamente, se mudavam para outros bairros da cidade e as antigas residências eram reformadas ou adaptadas, às vezes de modo precário, para a instalação de edifícios destinados ao comércio e prestação de serviços. A partir de então, a situação se inverteu: o centro perdeu o prestígio e "status" como local de moradia, convertendo-se em um espaço destinado às atividades de comércio e serviços, e os novos bairros ainda em fase de implantação, se tornaram locais adequados para moradia.

O *Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano de Montes Claros* (1974) fez um levantamento da infra-estrutura urbana da cidade, no início da

[37] De acordo com dados da Tabela de Valores de Terrenos do Cadastro Técnico Municipal da prefeitura, do ano de 1967, um terreno no centro chegava a custar 50 vezes mais que nos bairros subcentrais.

década de 1970, e contatou que esta se apresentava insuficiente, quantitativa e qualitativamente. A concessionária responsável pelos serviços de abastecimento de água e esgoto era a Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto de Montes Claros (CAEMC), criada em 1962 como autarquia municipal.

Contabilizavam-se 12.500 ligações de água para uma população urbana que, na década de 70, já correspondia a mais de 80.000 habitantes. A rede pluvial de drenagem urbana e a rede de esgoto atingiam apenas a área central da cidade e o escoamento era feito “in natura”, no Córrego Vieira. A CEMIG era responsável pelo fornecimento de energia, que tinha disponibilidade para suprir inclusive a nova demanda do setor industrial e havia um total de 8.745 ligações elétricas na cidade. O serviço telefônico de Montes Claros era controlado pela Companhia Telefônica de Montes Claros (CTMC) que possuía 3.700 aparelhos ligados.

A implantação do Distrito Industrial, no final da década de 60, na zona norte da cidade, contribuiu para a concentração de indústrias nesse local. A estrutura urbana da cidade continuou monopolar ou mononuclear, pois o centro ainda era o local de maior concentração de atividades de comércio e serviços da cidade.

Observa-se, que o período posterior ao processo de industrialização da cidade foi marcado por uma certa “setorização” dos usos no seu espaço urbano: no núcleo central – comércio e serviços; no anel pericentral e nas áreas de expansão urbana – residências; e no Distrito Industrial, à norte – as indústrias. Montes Claros se configurava, nesse período, como uma “Cidade Setorizada” (ver FIG. 14).

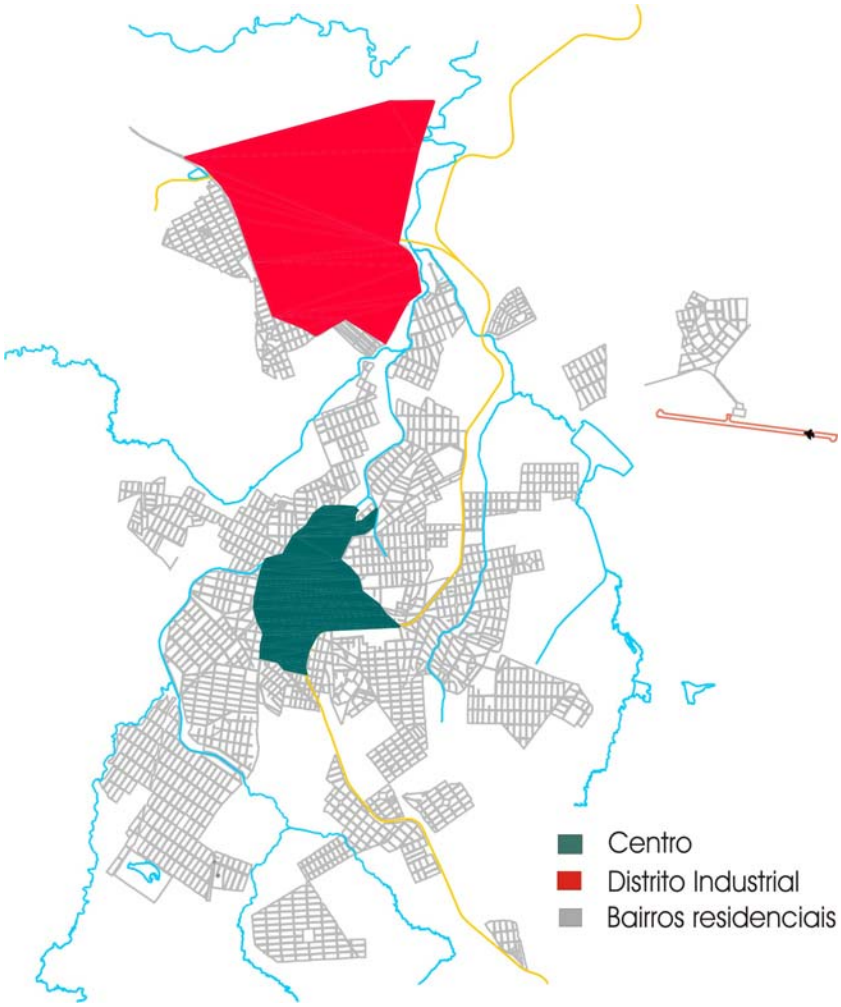


**FIGURA 14 - Mancha urbana de Montes Claros da década de 1970**
Fonte: Mapa desenvolvido pela autora com base em mapas urbanos de Montes Claros

### 2.1.3 - A expansão urbana de Montes Claros

Entre as décadas de 70 e 80, verificou-se o crescimento mais significativo da malha urbana da cidade com a implantação de novos loteamentos. Tal fato é claramente explicável como resultado dos processos migratórios e do acelerado processo de urbanização da cidade. A figura 15 apresenta a mancha de expansão urbana de Montes Claros, a partir da década de 70. Nesse período, o grau de urbanização da cidade era de 73,10%.

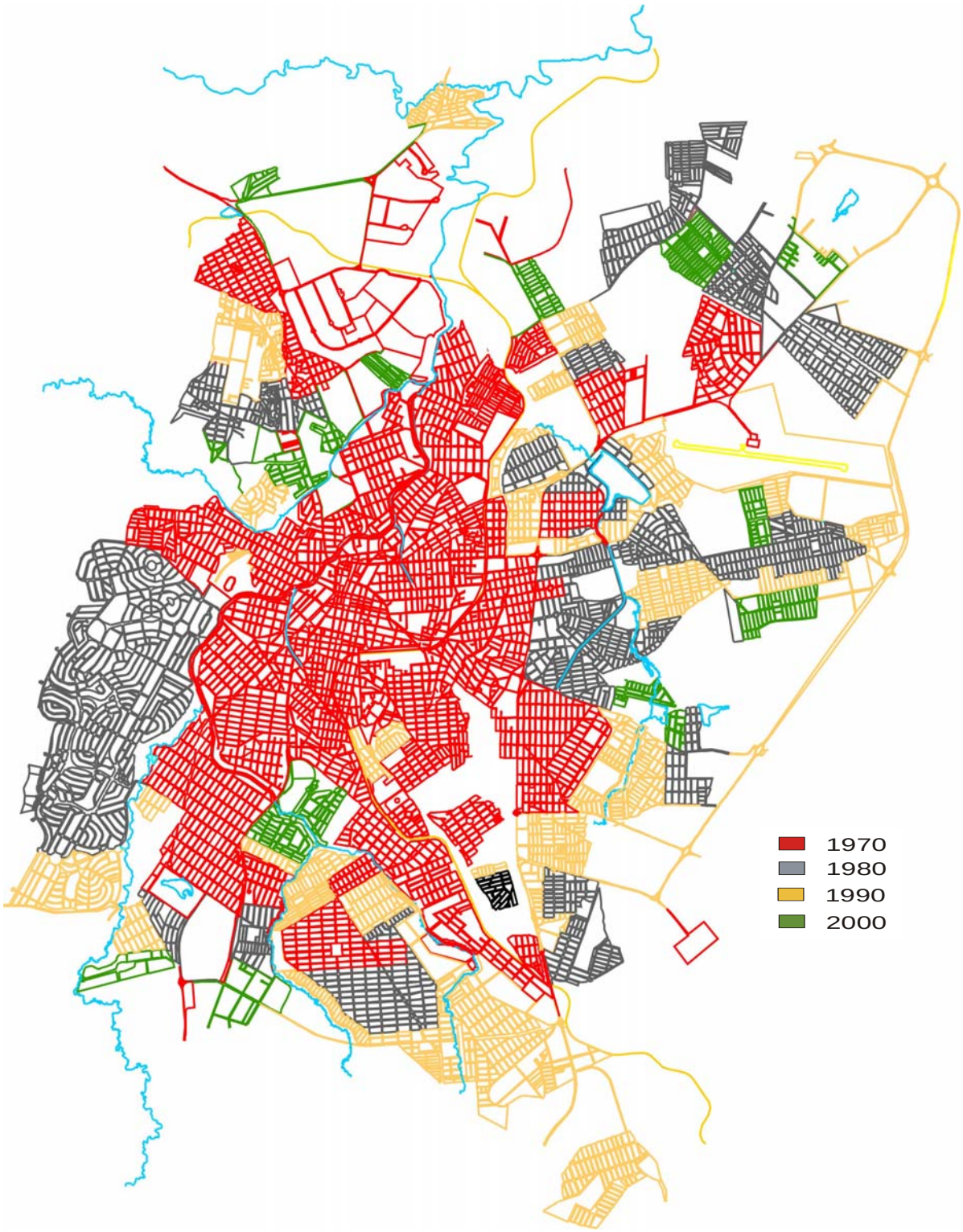


**FIGURA 15 - A expansão urbana de Montes Claros de 1970 a 2000**
Fonte: Mapa elaborado pela autora com base no mapa de expansão urbana de Montes Claros fornecido pela PMMC.

A topografia favorável, a ausência de grandes obstáculos físicos e a facilidade de implantação de novos loteamentos, devido a uma legislação mais flexível, foram fatores que contribuíram para a rápida expansão da malha urbana da cidade, que não foi ocupada ou adensada na mesma proporção. O resultado disso foi um grande número de vazios urbanos e lotes vagos em áreas inicialmente ocupadas. De acordo com informações do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), de 1977, Montes Claros se estruturou de uma maneira espontânea, sem atuação significativa do planejador.

A falta de uma política de planejamento urbano permitiu um crescimento induzido por interesses de várias forças que atuavam na cidade, sobretudo pelo loteador privado (donos das glebas que eram antigas fazendas). Os loteamentos, implantados sem um maior controle por parte da administração pública, contribuíram pra que a cidade se estruturasse de forma desordenada, com repercussões negativas para o sistema viário, o que não se justificaria em uma cidade de sítio urbano de topografia plana. A cidade crescia sem atender às necessidades atuais e futuras de um “centro de porte médio” e capital regional.

Apesar da rápida expansão da malha urbana, as áreas que necessitavam de maiores investimentos em obras de drenagem, como os terraços aluviais próximos ao Córrego Vieira e Córrego Vargem Grande, por exemplo, permaneceram vazias, como áreas residuais e não se integraram à malha viária. Só nos últimos anos é que essas áreas de vazios urbanos têm sido submetidas a projetos de infra-estrutura e abertura de novas vias, e conseqüentemente, valorizadas como eixos de articulação e de expansão urbana.

Em relação aos principais vetores de expansão de Montes Claros, pode-se considerar que a expansão em direção à *região Norte* da cidade, se deu de forma mais acentuada na década de 70, devido à implantação do Distrito Industrial. Essa região abriga bairros bem populosos, como Renascença e Santos Reis, e foi habitada por uma população, predominantemente, de classe baixa. Nela verificou-se o surgimento de favelas onde viviam aproximadamente 265 famílias (PEREIRA, 2004).

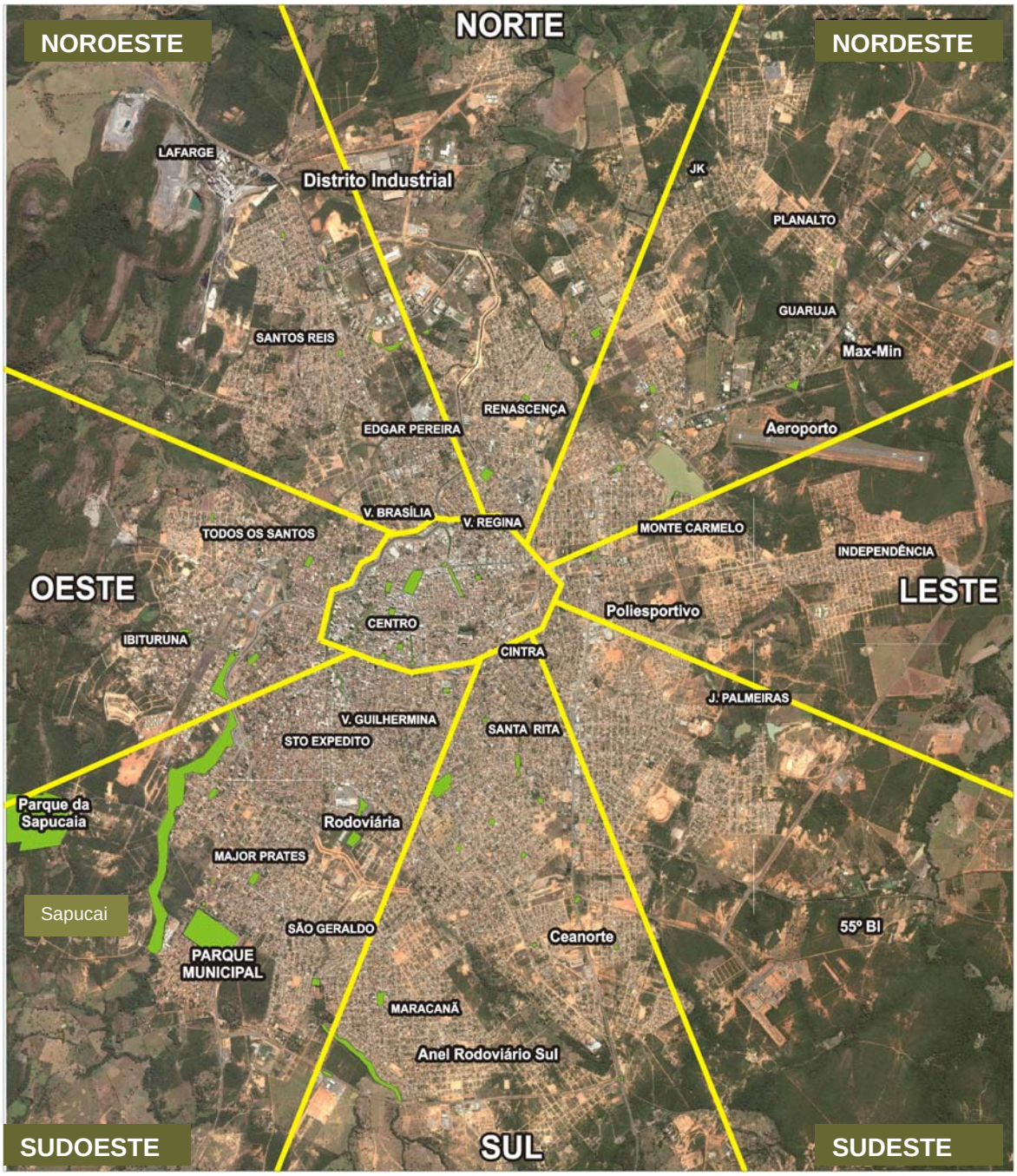


**FIGURA 16 - A mancha urbana atual de Montes Claros**
Fonte: mapa fornecido pela PMMC – Geoprocessamento em meio digital

A expansão em direção à *região Sul* da cidade que está localizada próximo às BR 135 e BR 365 (saída para Belo Horizonte e Pirapora, respectivamente), deu-se, sobretudo a partir da década de 80, sendo ocupada também por imigrantes vindo das cidades vizinhas. Essa região tem hoje uma boa infra-

estrutura e um comércio local bem diversificado, especialmente no bairro Major Prates, que funciona como a maior centralidade comercial da cidade, como se verá no item 2.2. A proximidade com os eixos rodoviários contribuíram para surgir algumas favelas nessa área também.

A expansão em direção à *região Oeste* foi mais acentuada na década de 1980, com a implantação de novos loteamentos como o do Bairro Ibituruna, que é o maior bairro da cidade e é onde também se concentra a população de alta renda. Já a expansão em direção à *região Leste* da cidade foi pouco expressiva, até a década de 80, mas após esse período, iniciou-se a ocupação de novos bairros, principalmente, o Independência, que é hoje um dos mais populosos da cidade. A população que ocupa esta área é, predominantemente, de baixa renda. A expansão em direção à região leste é considerada, atualmente, de acordo com a PMMC, o principal eixo de expansão urbana da cidade.

### 2.1.4 - A segregação sócio-espacial de Montes Claros

A segregação sócio-espacial e o processo de periferização, características das médias e grandes cidades brasileiras foram determinantes no processo de expansão urbana de Montes Claros. Segundo Pereira (2004), após a década de 70, verificou-se em Montes Claros um crescimento urbano, num padrão urbanístico disperso, mas com alto grau de concentração espacial dos equipamentos e da infra-estrutura nos bairros de alta renda.

Para Park e Burgess, da Escola de Chicago, mencionados por Villaça (1998), a segregação se relaciona à localização de grupos semelhantes em um mesmo espaço, pois gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem a segregar e, por conseguinte, a classificar as populações. Trata-se de uma *leitura ecológica* do espaço urbano, em que a cidade é fracionada em áreas socialmente homogêneas (em termos de renda, ocupação,

tipo de residência, etnia, ciclo de vida) em que a segregação espacial é resultante do diferencial da capacidade de cada grupo social pagar pela residência que ocupa.

Para Lago (2000), há uma tendência das famílias se deslocarem para áreas de status econômico similar. Assim, a mobilidade residencial produz o padrão de segregação, sendo interpretada como um fenômeno do mercado imobiliário em que a oferta de moradia é tratada como uma variável constante e a mudança de residência como uma forma adaptativa das famílias.

Houve uma nítida ocupação pelas classes mais altas de Montes Claros nas regiões oeste e sudoeste da cidade. Os bairros localizados nessas regiões possuem, em geral, boa infra-estrutura, ruas largas, sistema viário bem articulado, facilidade de acesso e são mais arborizados. O bairro Jardim São Luiz, por exemplo, localizado na zona oeste, teve sua ocupação iniciada na década de 1950, e desde o momento da sua implantação, parece ter sido *eleito* pela população de melhor renda da cidade (população fluente e formadora de opinião), como um dos melhores locais para se morar em Montes Claros.

Segundo Lefebvre (1969), com a expansão do mercado e das atividades industriais, houve uma maior mercantilização dos espaços da cidade. O “valor de uso” foi, gradativamente, cedendo lugar para o “valor de troca”. O mercado imobiliário, ao tratar o solo como um produto comercializável, agrega valor ao lote ou edificação, cujo preço varia em função da sua localização na cidade, podendo ser usufruído pelas classes sociais que podem pagar por ele, reafirmando-se como um mecanismo de segregação espacial.

Dessa forma, a população de alta renda tem condição de escolher (por iniciativa própria) onde quer viver (residir, trabalhar, circular, divertir). Isso é o que Lago (2000) chama de segregação voluntária. Já a segregação involuntária se refere às populações de baixa renda, que por forças diversas, se vêm obrigadas a morar em determinados espaços da cidade, não tendo, na maioria dos casos, opções de escolha.

A mercantilização do espaço urbano de Montes Claros conduz à formação

de uma cidade dividida em diferentes zonas homogêneas (em termos de renda, aspectos culturais, qualidade da residência e outros). Um exemplo de área homogênea é o Bairro Ibituruna, localizado na zona oeste, que é ocupado por uma população de classe alta, sendo formado por edificações de um padrão alto ou luxuoso, além de possuir cinco parcelamentos residenciais horizontais fechados (condomínios fechados) no seu interior, formando uma espécie de um “enclave” dentro de outro “enclave”.

É fato que o processo de urbanização das cidades, bem como as várias formas de segregação, estão sujeitos aos diversos fatores do desenvolvimento urbano, econômico e social da cidade e à participação dos diferentes agentes que conduzem esse processo. Esses agentes, tais como, o mercado imobiliário, os investidores, o Estado (sob seus três níveis de governo), a população excluída, a elite, entre outros, possuem, na maioria das vezes, interesses divergentes.

As cidades se constroem sujeitas às várias forças que moldam os interesses de ocupação e, muitas vezes, a população de baixa renda é direcionada por “forças maiores”, não tendo real acesso aos direitos urbanos e de habitar dignamente.

### 2.1.5 - O processo de periferização de Montes Claros

Segundo Milton Santos (1993), a expansão urbana das cidades e a especulação imobiliária são processos intrínsecos. Com a especulação imobiliária (altos ganhos imobiliários com o controle e manipulação da valorização incorporada ao preço da terra urbana) cria-se uma mercantilização do espaço urbano da cidade.

A valorização do preço das terras, sobretudo das áreas mais centrais, associada ao aumento dos impostos como o IPTU, dificulta o acesso das famílias de baixa renda à propriedade, ou mesmo ao uso da terra urbanizada, que é

forçada a se deslocar para áreas periféricas e desprovidas de infra-estrutura, intensificando o processo de periferização.

Isso implica uma acelerada expansão da malha urbana da cidade e uma maior demanda por investimentos públicos em infra-estrutura e serviços urbanos, sobretudo transporte e habitação. A prefeitura do município se vê, então, diante de uma série de novos problemas urbanos e ambientais, os quais deve administrar e solucionar.

Além disso, verifica-se uma maior estratificação sócio-econômica dos espaços urbanos da cidade e, conseqüentemente, a segregação espacial. Dessa forma, o preço do lote ou dos imóveis é um fator que interfere na mobilidade da população, determinando as formas de crescimento e de transformação das cidades. A “expulsão” das classes de baixa renda para uma periferia “desurbanizada” e, no entanto, dependente da “cidade” pressupõe a politização da questão urbana que se traduz na luta pela cidade ou no “direito à cidade” como o direito de estar inserido nela (LEFEBVRE, 1969).

Segundo Luciana Lago (2000), o processo de favelização é uma das expressões do padrão de urbanização excludente e desigual que se desenvolveu no país, especialmente a partir dos anos 50. No caso de Montes Claros, um fator específico contribuiu para acentuar o processo de favelização e de periferização da cidade: os movimentos migratórios e o êxodo rural, mais notáveis na década de 1970.

A migração é um fenômeno social que se torna um problema urbano a partir do momento em que os imigrantes não se inserem na economia local e também nos espaços urbanos, através do mercado imobiliário “formal” da cidade, formando uma população marginal. Para Singer (1973: 57), a marginalidade é “a não integração à economia capitalista e não participação em organizações sociais e no usufruto de serviços urbanos”.

Dessa forma, a população marginal (ou excluída), acaba exercendo atividades informais (como lavador de carro, vendedor ambulante), que pouco contribuem para a geração de um produto urbano, visto que não se constituem

uma população de consumo, para ter acesso aos bens mínimos da vida (urbana) contemporânea.

Os movimentos migratórios em direção a Montes Claros, intensificados pelo processo de industrialização e maior articulação rodoviária de Montes Claros com outros centros urbanos do país, provocaram modificações na estrutura urbana da cidade e contribuíram para acentuar os problemas urbanos, tais como: aumento do favelamento e da pobreza urbana, maior periferização, rápida expansão do tecido urbano, aumento do déficit habitacional, proliferação de assentamentos subnormais, insuficiência dos serviços que não suprem a demanda, marginalização da população do processo econômico (grande número de pessoas desocupadas e sub-ocupadas), entre outros.

De acordo com o *Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano de Montes Claros* (1974), a cidade, enquanto capital regional, atraia além da população do Norte de Minas, a população flutuante (móvel) da região Nordeste do país, sendo que na década de 1970, muitos imigrantes já estavam na cidade pela quarta vez. De acordo com esse programa, o aumento da pobreza urbana em Montes Claros esteve diretamente relacionado com o intenso fluxo de pessoas que se dirigiram à cidade.

### 2.1.6 - A Questão Habitacional de Montes Claros

Montes Claros é um município que tem uma função de polarização regional e, como tal, não foge à regra das cidades brasileiras de grande e médio porte, que apresentam os sintomas típicos, relacionados aos problemas de moradia, decorrentes do processo excludente de crescimento urbano e das grandes desigualdades de distribuição de renda.

Através de um diagnóstico da questão habitacional de Montes Claros, desenvolvido no ano de 2001, pelo PEMAS[38], foi possível obter dados e informações que contribuíram para entender alguns dos atuais problemas de cunho urbanístico, habitacional e ambiental que a cidade tem enfrentado. O diagnóstico identificou em Montes Claros, naquele ano, 39 assentamentos subnormais, dos quais 11 eram favelas, 22 eram loteamentos irregulares e 6 eram ocupações clandestinas, totalizando 4.780 domicílios em que se viviam 25.950 moradores.

**QUADRO 6**

**Os assentamentos subnormais de Montes Claros em 2001**

| Subnormalidades | Nº de Assent. Subnormais | Nº de Domicílios | População |
|---|---|---|---|
| **Favelas** | 11 | 1025 | 7.175 |
| **Loteamentos irregulares** | 22 | 3155 | 15.775 |
| **Ocupações clandestinas** | 6 | 600 | 3.000 |
| **Total** | 39 | 4.780 | 25.950 |

Fonte: PEMAS, 2001.

Os assentamentos subnormais (loteamentos irregulares, ocupações clandestinas e favelas) são as áreas ou loteamentos da cidade que estão ocupadas de forma inadequada pela população. Os loteamentos irregulares, de um modo geral, possuem arruamento e são servidos por redes de água, esgoto, energia e não constituem terras invadidas. Trata-se de uma ilegalidade em relação à documentação da propriedade ou em relação às exigências da legislação urbanística vigentes.

Já as ocupações clandestinas se formam, geralmente, a partir da invasão de terras pela população. A ocupação se dá de forma desordenada e em áreas impróprias à moradia: áreas de risco (à inundação ou desabamento), áreas

[38] O PEMAS - Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais – foi desenvolvido através do Programa Habitar Brasil BID - Programa de Desenvolvimento Institucional dos Municípios para a Gestão Urbana - em parceria com a Prefeitura Municipal de Montes Claros.

insalubres, ou em áreas "não edificáveis"[39]. Já as favelas reúnem as duas coisas, sendo invasões de terras (públicas ou privadas), o que implica a não-propriedade da terra, marginalidade da população e deficiência das condições urbanísticas mínimas para habitação.

**QUADRO 7**

**Características dos assentamentos subnormais de Montes Claros em 2001**

| Áreas | Quantidade De Assentam. | Nº de Domicílios | População |
|---|---|---|---|
| **Inundações** | 7 | 530 | 3.710 |
| **Linhas de transmissão (Cemig)** | 4 | 445 | 3.115 |
| **Área de preservação permanente** | 5 | 360 | 1.800 |
| **Total** | 16 | 1.335 | 8.625 |

Fonte: PEMAS, 2001.

Os loteamentos instalados em áreas impróprias acentuam os problemas ambientais urbanos causando insuficiência de drenagem pluvial, poluição de rios, impermeabilização do solo, enchentes, despejo inadequado do lixo urbano (lixões) e outros. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas - ONU (2007), 24% das doenças do mundo, como malária, diarréias e infecção pulmonar são causadas por vetores ou epidemias, propiciadas pelas más condições de infra-estrutura do ambiente em que se vive, tais como: falta de água e esgoto encanado, entulhos, falta de coleta de lixo, poluição de rios e córregos, vias não pavimentadas e outras características de poluição do meio ambiente urbano.

Embora não existam dados precisos sobre o déficit habitacional de Montes Claros, a Secretaria Municipal de Ação Social da Prefeitura do município estimou, no ano de 2000, um número de 15.000 moradias, incluído famílias com renda de até 3 salários mínimos. O déficit habitacional no Brasil, que no mesmo ano foi de

[39] São consideradas áreas "não edificáveis" (ou "non-aedificandi"), conforme determina a Lei Federal 6766, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, as áreas de preservação ambiental, margens de cursos d'água ou demais recursos hídricos, as faixas marginais às rodovias, ferrovias, dutos e linhas de transmissão em geral, entre outras.

6.656.526 moradias (FJP, 2000), está associado principalmente à questão da coabitação (mais de uma família vivendo em uma mesma unidade habitacional), ao ônus com aluguel e às famílias que possuem renda inferior a três salários mínimos.

Esse fato é também comum em Montes Claros, onde se verifica a situação de co-habitação, na maior parte dos domicílios localizados em assentamentos subnormais. De acordo com o PEMAS, na década de 80, o número de moradores por domicílio era de 3,93, já no final da década de 90, esse número passou para 4,74 habitantes/domicílio. Nas áreas de assentamentos subnormais esta relação é ainda maior, ficando em torno de 7 habitantes/domicílio. Isso quer dizer que, quanto piores as condições urbanísticas e ambientais, mais pessoas pobres vivem em um mesmo domicílio. A renda média familiar nos assentamentos subnormais não ultrapassa três salários mínimos.

Para solucionar os problemas relativos ao déficit habitacional de Montes Claros, a prefeitura criou recentemente a Política Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS - que prevê duas linhas de atuação, sendo uma referente aos assentamentos já existentes no município e a outra referente aos novos assentamentos[40]. Os programas habitacionais referentes a novos assentamentos são previstos para serem implantados, preferencialmente, em áreas inseridas na malha urbana, já dotadas de infra-estrutura básica e de equipamentos comunitários no seu entorno, e que estejam próximas à origem da demanda.

O discurso acerca dos assentamentos urbanos de formação espontânea é pertinente aos dias atuais, por se tratar de aglomerações que têm proliferado rapidamente na paisagem urbana das cidades brasileiras, nas últimas décadas,

---

[40] Na linha de atuação em assentamentos existentes estão compreendidos os seguintes programas: Melhorias Domiciliares, Programa de Regularização Fundiária, Humanização de Áreas de Interesse Social, Urbanização de Favelas, Bolsa Moradia e PEAR – Programa Estrutural em Áreas de Risco. Na linha de atuação referente a novos assentamentos estão compreendidos os seguintes programas: Programa de produção de lotes urbanizados, Programa de produção de unidades e conjuntos habitacionais, Programa de aquisição de unidades habitacionais e PROAS – Programa de Reassentemento de famílias removidas em decorrência de Obras Públicas e Assentamentos Subnormais.

fazendo surgir uma periferia clandestina sem condição de urbanidade ou legalização. Isso gera problemas urbanos e ambientais, tais como: expansão descontrolada da malha urbana da cidade, vazios urbanos, insuficiência dos meios de transporte, degradação do meio ambiente, ocupação de áreas inadequadas, entre outros.

A questão habitacional de Montes Claros não deve ser analisada apenas na escala local (da cidade), mas é importante considerar o papel da cidade como pólo regional, visto que a expansão, não planejada, da malha urbana e o aumento da periferização foram intensificados pelo êxodo rural (escala do município) e pelos fluxos migratórios (escala regional).

## 2.2 – O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA DE MONTES CLAROS

A partir da segunda metade da década de 90, no contexto da globalização e reestruturação econômica, verificou-se uma maior terciarização e especialização dos serviços em Montes Claros e, conseqüentemente, sua consolidação no cenário urbano-regional como cidade pólo de serviços, o que implicou a sua reestruturação sócio-espacial. O objetivo aqui é analisar o processo de reestruturação urbana de Montes Claros, destacando o surgimento ou consolidação de centralidades (ou subcentros), sobretudo, aqueles que exercem atividades de abrangência regional. Este estudo está centrado em dois elementos marcantes da atual configuração da estrutura urbana da cidade: o centro principal e os subcentros secundários.

O desenvolvimento deste item está baseado no estudo dos planos e programas de Montes Claros que, de certa forma, traçaram o perfil econômico, social e espacial da cidade, da década de 1970 à década atual. Além disso, foram analisados dados fornecidos pela prefeitura de Montes Claros e realizados levantamentos nas imobiliárias da cidade, visitas de campo e observações “in loco”, tomando como base a Legislação Urbanística em vigor na cidade e os mapas urbanos.

### 2.2.1 - Um conceito de centro, subcentro e centralidade

Para compreender o atual processo de reestruturação urbana de Montes Claros foi preciso refletir sobre a idéia de centro, subcentros e centralidades. Existe uma diversidade em relação à abordagem desses conceitos, faz-se necessário, então, tecer aqui algumas considerações.

De acordo com o Plano Diretor que está em vigor em Montes Claros, aprovado em 2001, os centros são definidos como “locais de concentrações de

atividades comerciais e de serviços dotados de ampla rede de acesso e grande raio de atendimento". Já as centralidades se referem aos "espaços de convivência para a comunidade local ou regional, como praças, largos e similares, bem como os monumentos e as demais referências urbanas". Dessa forma, as centralidades se diferenciam do centro, por abrigar atividades ou equipamentos que permitem o encontro e a sociabilização da população.

Estas acepções são diferentes da abordagem de Villaça (1998), que usa os conceitos de centro principal e de subcentros. Para Villaça, o centro surge como um ponto que otimiza os deslocamentos socialmente condicionados pela comunidade, sendo locais estratégicos para disputa e exercício da dominação. Para o autor, no centro tradicional da maioria das médias e grandes cidades brasileiras há uma concentração de comércio, escritórios, serviços e lojas, e apesar de, em alguns casos, observar uma notória "decadência", os centros tradicionais das cidades continuam sendo focos irradiadores da organização espacial urbana, sendo dotados de um valor material e simbólico.

Já o subcentro é entendido por Villaça (1998: 293) como uma "réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte, sem, entretanto, a ele se igualar". Os requisitos de otimização de acesso são os mesmos para o centro principal, a única diferença é que a abrangência dos subcentros atinge uma parte da cidade e não a cidade como um todo, como é o caso do centro principal.

Já para Campos Filho (2003), a idéia de centralidade se relaciona aos locais de concentração de comércio e serviços cuja diversidade desses implica a hierarquia das centralidades. Segundo o autor, interessa que, quanto maior for a freqüência de demanda dos moradores, no seu cotidiano, por um serviço ou comércio, mais fácil deve ser o acesso a eles.

Assim, o serviço local (padaria, mercearia, farmácia, quitanda) deve estar perto da sua casa; o diversificado pode estar um pouco mais longe; e o sofisticado, mais longe ainda. O comércio de bairro (ou comércio local) é o de menor centralidade da cidade, pois atinge basicamente a população dos bairros

adjacentes a ele. Já os serviços mais especializados são hierarquicamente superiores aos demais.

Segundo Sposito (2001), a centralidade deve ser entendida enquanto processo e o centro e os subcentros, como sua expressão territorial. Nessa perspectiva, a autora fala em *multicentralidade* quando ocorre uma multiplicação de centros e, no caso de haver uma diferenciação dos níveis de especialização funcional dos diversos centros, pode-se falar numa p*olicentralidade*.

A partir dos conceitos e idéias apresentados procurou-se construir aqui algumas considerações sobre centro, subcentros e centralidades, não com o principal propósito de uma contribuição teórico-conceitual, mas como meio necessário para identificar de forma empírica, as áreas de concentração de atividades econômicas (comércio e serviços) e sócio-culturais no espaço urbano de Montes Claros.

Nessa pesquisa, o centro de Montes Claros se aproxima da idéia de centro principal de Villaça, e se refere exclusivamente à área central da cidade delimitada como bairro Centro, de acordo com a atual Lei de Uso e de Ocupação do Solo Urbano de Montes Claros, de 2002 (ver FIG. 17). Essa área inclui o centro histórico tradicional, o “coração” da cidade, que é um espaço dotado de referencial simbólico para a população em geral e de marcos e edificações de valor histórico, arquitetônico e cultural. É no centro também que se concentram as principais atividades comerciais de Monte Claros, e que por isso, é um espaço que estabelece numerosas trocas com outros setores da cidade, com o município (como um todo) e com a região.

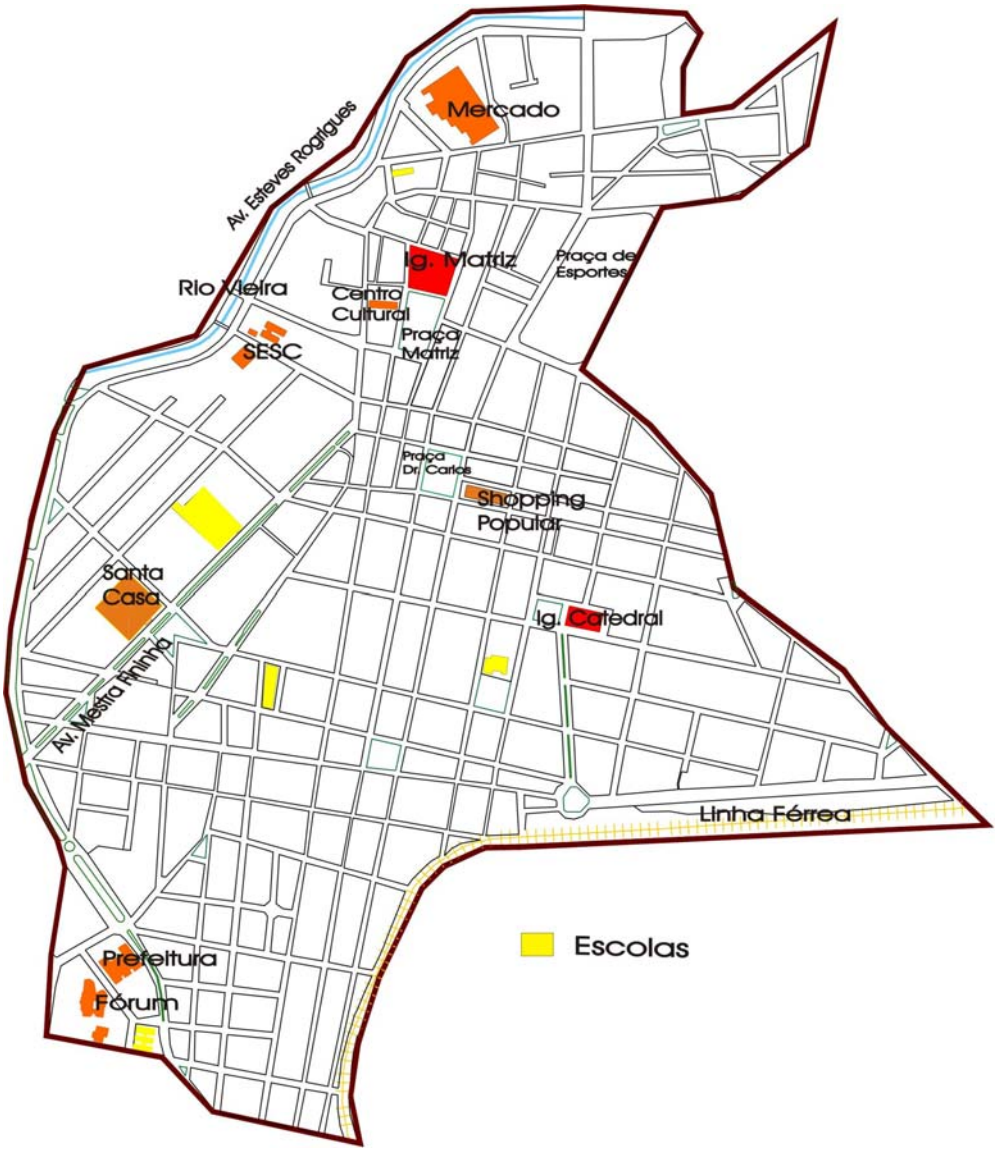


**FIGURA 17 - Centro de Montes Claros segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo**
Fonte: mapa elaborado pela autora com base no mapa urbano de Montes Claros, 2006.

Tomando como base as idéias de Villaça e Campos Filho, os subcentros se referem aqui aos espaços ou vias urbanas da cidade que funcionam como pólos ou aglomerações no tecido urbano de atividades, sejam elas, administrativas, econômicas, culturais, sócio-educativas ou de lazer. Morfologicamente, os subcentros podem se estruturar em grandes áreas (centralidade polar) ou ao longo de eixos viários comerciais ou vias arteriais (centralidade linear).

Já as centralidades, tomando como base às idéias de Sposito, também serão aqui entendidas enquanto processo e o centro e os subcentros como expressão territorial desse processo. Assim tanto o centro principal de Montes Claros, como os subcentros da cidade (que são hierarquicamente inferiores ao centro principal), são expressões físico-territoriais do processo de centralidade.

A zona de abrangência de um subcentro, bem como o fluxo de pessoas e veículos que gera, depende do dinamismo das atividades que engloba, no entanto, a abrangência desse subcentro sempre será menor do que a do centro principal da cidade, que atinge a população da cidade como um todo. Isso não impede que um subcentro, por ser mais especializado ou diversificado, tenha abrangência de um mercado regional, atendendo também a população que reside na área rural do município ou em outras cidades da região.

A seguir, desenvolve-se a análise da atual dinâmica urbana de Montes Claros, destacando o papel dos centros e dos subcentros de Montes Claros e dos fatores que têm contribuído para a descentralização comercial do centro da cidade e formação ou consolidação de novas centralidades na mancha urbana da cidade.

### 2.2.2 - O centro de Montes Claros e sua descentralização comercial

A estrutura urbana de Montes Claros, na década de 1970, era basicamente mononuclear ou monopolar. O PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) constatou que, nessa década, concentravam-se, no centro, cerca de 90% dos equipamentos de comércio e serviços da cidade, incluindo comércio atacadista, pequenas indústrias, serviços de reparo de veículos e feira livre semanal, o que provocou grande densidade de fluxo no seu interior, gerando problemas de circulação.

Além disso, a área central não atendia, e continua não atendendo, apenas a população local, mas também a população regional. De acordo com dados do

DETRAN de Montes Claros, apresentados no PDLI (1977), 20% dos veículos que circulavam no centro da cidade eram provenientes de cidades vizinhas, o que reforça seu caráter polarizador ou duplamente centralizador – “um centro dentro de um centro”.

O PDLI previa que o centro de Montes Claros iria se adensar em um processo de substituição do uso residencial pelo comercial, acompanhado pela ocupação de vazios periféricos na área central. Esta crescente densidade prevista não era vista como um ponto positivo, pois a área central era o único nó da articulação entre as várias zonas da cidade e não possuía um sistema viário condizente com as necessidades de circulação de um centro comercial de abrangência regional. A maioria das vias de penetração, definidoras da estrutura urbana de Montes Claros, formavam uma estrutura radial, tendo a área central como ponto de convergência.

Segundo o PDLI, caso fosse mantida a política de investimentos nesta área, haveria uma excessiva concentração ou congestionamento do centro, chegando a índices de saturação prejudiciais à estrutura urbana da cidade, o que repercutiria em um desgaste gradativo do centro. Isto foi, em parte, o que aconteceu. Após o processo de industrialização de Montes Claros, o centro da cidade parece ter sido eleito o local apropriado pelos investidores, empresários e comerciantes para implantar as atividades terciárias, sobretudo o comércio.

Era no centro que se concentravam lojas, escritórios, bancos, consultórios e outros. A renovação das edificações da área central tornou-se um processo contínuo, tanto em relação à substituição do uso (residencial pelo comercial), quanto em relação às reformas das edificações (sobretudo das fachadas) com vista à adaptação às necessidades do mercado.

Até meados da década de 1990, o centro continuou sendo o local da cidade de maior concentração comercial. Houve um crescimento da cidade sobre si mesma e sobre sua centralidade (centro tradicional), como uma *implosão* (LEFEBVRE, 1999). No entanto, o congestionamento do centro de Montes Claros não foi acompanhado de um desgaste físico como previa o PDLI (1977), pois

continua sendo um espaço vivo e dinâmico e a principal área comercial da cidade.

A dinamização econômica de Montes Claros, verificada principalmente a partir da metade da década de 1990, motivada pelo surgimento de serviços mais especializados (faculdades, melhoria do setor de saúde), retomada do setor industrial e introdução de novas necessidades de consumo ao cotidiano da população montesclarense, são fatores que exigiram locais específicos ou adequados para a implantação de novas atividades e empreendimentos na cidade.

O centro tradicional de Montes Claros, com ruas e passeios estreitos, com concentração de comércio e serviços e sobrecarga de trânsito de pessoas e veículos, não comportaria a implantação destes novos empreendimentos. Onde então as novas faculdades seriam implantadas? E os supermercados? E os serviços mais elitizados? Não seria a hora de formar uma cidade policêntrica?

Não se sabe se esse foi um questionamento levantado pelos técnicos e planejadores urbanos de Montes Claros na década de 1990, mas parece de fato, ter havido um consenso entre eles, de que era hora de ver Montes Claros como uma cidade policêntrica. O Plano Diretor de 1995, que não chegou a ser aprovado, e o Plano Diretor de 2001, em vigor na cidade, estabelecem como importantes ações de cunho urbanístico a descentralização das atividades terciárias da zona central da cidade mediante o incentivo à criação de novas centralidades (aqui designados como subcentros), fora do perímetro da área central, estruturadas em centros de bairros ou ao longo das vias coletoras.

Essa não é uma visão apenas dos Planos Diretores de 1995 e 2001, visto que o próprio PDLI, em 1977, já previa a criação ou consolidação de áreas específicas, fora do perímetro central, para instalarem atividades terciárias e equipamentos de grande porte e geradores de tráfego (como comércio atacadista, centro administrativo, faculdade, sede de grandes empresas e outros).

O PDLI, para desenvolver uma proposta de zoneamento para Montes Claros, identificou as tendências de segregação espacial de determinadas funções da cidade e propôs uma setorização para evitar usos conflitantes, incluindo:

1 - *áreas de predominância de comércio e serviço* – inclui a área central e os subcentros, que seriam implantados em áreas, criteriosamente definidas, com o objetivo de induzir a despolarização do centro atual e a formação de corredores comerciais ao longo de vias de penetração;

2 - *áreas industriais* – as indústrias deveriam se localizar no Distrito Industrial;

3 - *áreas especiais* – refere-se às áreas previstas para implantar o campus universitário (Unimontes), o centro administrativo (Prefeitura Municipal), a área militar, as áreas de reserva para expansão urbana, o pátio ferroviário, a rodoviária e os grandes equipamentos;

4 - *áreas de uso múltiplo*: nestas áreas, dever-se-iam instalar os grandes equipamentos de comércio e serviços de apoio a indústria (como depósitos, comércio atacadista, central de abastecimentos, silos, indústrias inócuas e outros), que deveriam se localizar junto aos eixos de articulação inter-regional que eram as vias de penetração à leste (BR-135) e ao norte (av. Magalhães Pinto e av. Osmane Barbosa);

5 – *as áreas verdes* – previu-se a urbanização das áreas destinadas à praças e área verde nos loteamentos já implantados e também a delimitação de áreas destinadas ao uso agrícola e à reserva ambiental (faixas marginais de proteção aos cursos d'água, sobretudo ao longo do Córrego Vieira). Além do Parque Municipal, já existente, previu-se a implantação de mais quatro parques urbanos em pontos diferentes da cidade: no centro, a leste, norte e sul.

O PDLI (1977) propôs ainda um projeto de intervenção urbana para a área central, através de normas e medidas específicas de uso e de ocupação do solo, que visavam:

- controlar a densidade das edificações e criar condições de renovação do seu uso;
- disciplinar o tráfego da área e proibir o estacionamento nas vias públicas de maior fluxo;

- desestimular o uso do automóvel como meio de locomoção interna e incentivar o uso de ônibus minicoletivos para circular no interior da área central;
- alargar os passeios com criação de vias de pedestres;
- estimular a construção de edifícios garagens em pontos estratégicos da área central e exigir a presença de garagens nas novas edificações;
- fechar ruas ao tráfego de veículo, permitindo a criação de áreas de permanência e de animação urbana.

Algumas destas medidas ou ações de intervenção urbana na área central estão previstas também no atual Plano Diretor (2001) como:

- buscar um tratamento diferenciado para a área central, nela sendo vedados investimentos públicos na construção e na ampliação de sede de concessionárias de serviços públicos (água, esgoto, energia, telecomunicações, correios e telégrafos), quartéis, presídios, fóruns, tribunais, campus universitário, centros de convenções, e outros;
- recuperar as edificações históricas, especialmente a área do entorno da Praça da Matriz;
- racionalizar a circulação do transporte coletivo e reduzir o tráfego de passagem do transporte individual;
- controlar a verticalização e densidade das edificações, evitando a sobrecarga do sistema viário;
- padronizar as fachadas das edificações e engenhos publicitários para evitar uma poluição visual;
- resgatar sua condição de lugar de permanência e ponto de encontro;
- promover a recuperação de áreas públicas e verdes.

O “Projeto Viva o Centro” é uma proposta da atual gestão de Montes Claros e tem como objetivo materializar parte dessas questões, através de um projeto de

requalificação da área central, assentada em três eixos: sócio–econômico, infra-estrutura e histórico-cultural. As obras de intervenção incluem a padronização dos equipamentos urbanos e mudanças no sistema viário e trânsito da área central.

De acordo com dados da Prefeitura de Montes Claros e da Câmara de Dirigentes Lojistas da cidade, residem atualmente no centro, 6.932 pessoas. Do total de edificações, 72,82% se destinam ao uso comercial e prestação de serviços (o que corresponde a mais de 5 mil unidades), 22,9% ao uso residencial e 4,28% ao restante. Deve-se ainda considerar que passam pelo centro, em média, 250 mil consumidores por mês. Estes dados mostram a vitalidade ainda presente na área central de Montes Claros, como espaço de concentração de atividades terciárias e como espaço de abrangência regional.

A área do entorno da Praça da Matriz corresponde ao centro histórico de Montes Claros e é onde se concentram os casarios antigos, de estilo neocolonial e art-decor, com destaque especial para a FAFIL (Faculdade de Filosofia), Solar dos Oliveira e Palácio Episcopal, que são edificações tombadas pelo IEPHA-MG e fazem parte do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da cidade. Algumas das edificações estão passando por obras de restauração (ver FIG. 18 – A e B).

No centro de Montes Claros verifica-se, em determinados espaços, uma concentração de um tipo específico de comércio ou serviço, que abrange a população do município e da região. Um exemplo disso é a área hospitalar nas imediações do hospital da Santa Casa (ver FIG. 17) onde se concentram um grande número de clínicas, laboratórios e consultórios médicos. Nessa área é comum ver ambulâncias de diferentes cidades do Norte de Minas trazendo pacientes para se tratar na cidade.

Outro exemplo, é o entorno da praça “Dr. Carlos”, onde se concentra um comércio mais popular, que se consolidou com a implantação do Shopping Popular, construído para abrigar os camelôs que ficavam localizados nessa área (FIG. 18 C). O Mercado Municipal (ver FIG 17) é também um local utilizado pela população da zona rural e de município vizinhos.

A - Edificações históricas em volta da Praça da Matriz.

B - FAFIL e Solar dos Maurício.

C - Praça Dr. Claros e ao fundo, o Shopping Popular

D - Rua Padre Augusto.

E e F – ruas fechadas para pedestre

**FIGURA 18 - Fotos do Centro de Montes Claros (A, B, C, D, E, F)**
Fonte: arquivo particular da autora

Os subcentros especializados não se concentram apenas no centro tradicional da cidade, mas como já dito, vêm surgindo novas centralidades em áreas pericentrais ou periféricas de Montes Claros, definindo novos subcentros, como se verá a seguir.

### 2.2.3 - Os subcentros de Montes Claros

Na última década, tem-se verificado uma mudança na estrutura urbana de Montes Claros, de monopolar ou mononuclear (com um único centro de concentração de comércio e serviços) para uma estrutura urbana polinuclear, isto é, com outros centros (núcleos ou pólos) de concentração de serviços, comércio ou de atividades sociais, educacionais, administrativas e culturais.

Os principais fatores que têm contribuído para isso são: a expansão do comércio de bairro (ou comércio local); o desenvolvimento de atividades comerciais nas principais avenidas arteriais da cidade; novas necessidades de consumo demandadas pela sociedade; oferta de serviços mais especializados por empresas ou por profissionais liberais (consultores, marketing, arquitetos, construtores), exigindo espaços específicos para tais; entre outros. Assim, o incremento das atividades econômicas de Montes Claros tem permitido uma maior dinâmica na estrutura espacial da cidade, renovação das formas de uso e ocupação do solo e uma maior atuação do mercado imobiliário (construtoras e imobiliárias).

A seguir serão apresentados alguns exemplos de subcentros de Montes Claros que estão delimitados na figura 19.

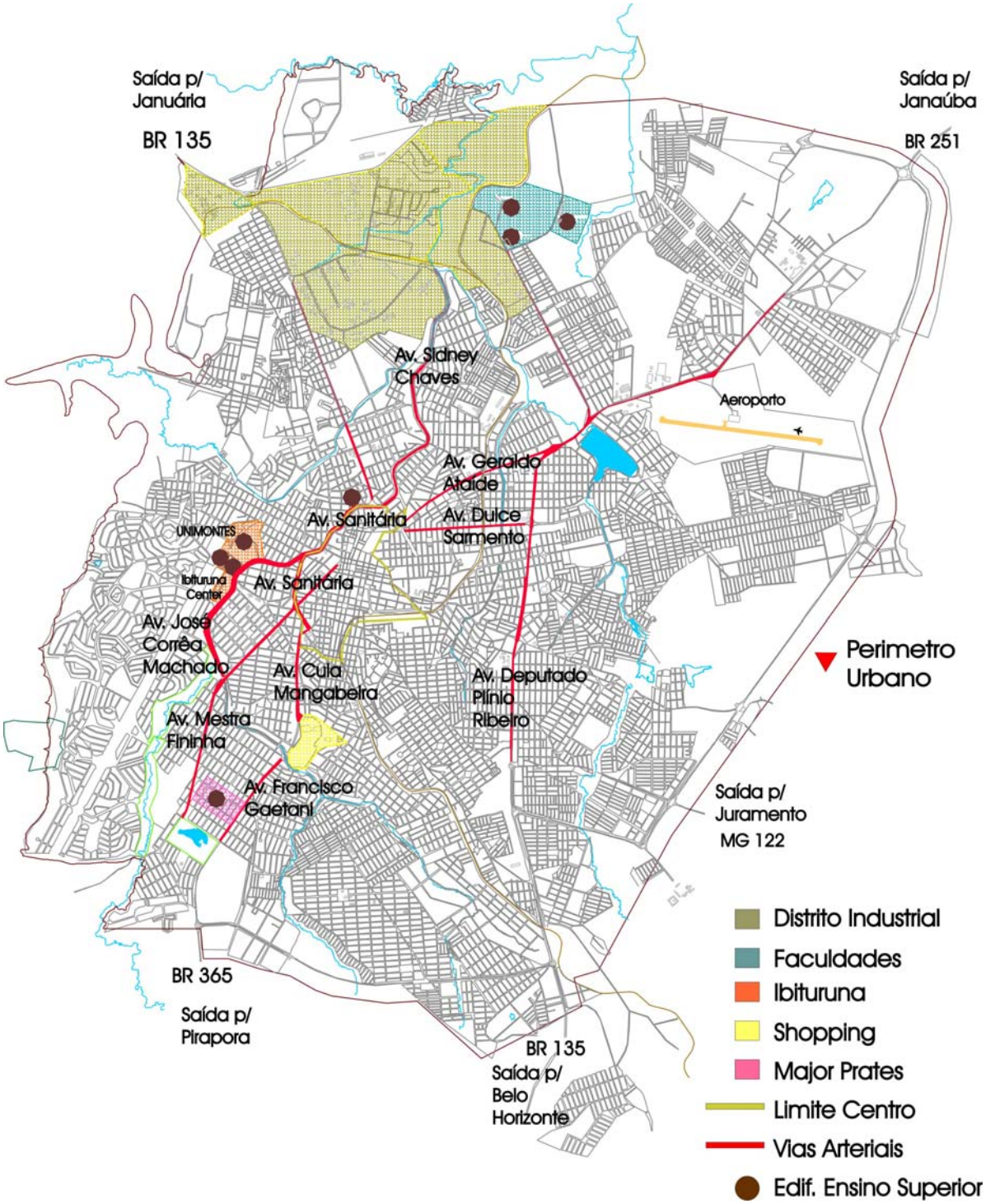


**FIGURA 19 - Subcentros de Montes Claros**
Fonte: Mapa elaborado pela autora com base no mapa urbano de Montes Claros de 2006

### 2.2.4 – A expansão do “comércio de bairro” e o caso do bairro Major Prates

Na década de 70, sob o contexto nacional de desenvolvimento das cidades médias brasileiras, Montes Claros foi contemplada por programas como o PECPM (Programa Especial Cidade de Porte Médio) que promoveu significativas melhorias na infra-estrutura urbana (água, luz, esgoto, calçamento) e habitacional (construção de conjuntos habitacionais) da cidade. O PECPM contribuiu também para descentralizar as atividades comerciais do centro de Montes Claros, estimulando a formação de subcentros em bairros da periferia, para facilitar o acesso da população de baixa renda ao comércio local e aos equipamentos públicos coletivos, evitando deslocamentos excessivos da população em direção à área central da cidade.

Através desse projeto, bairros de Montes Claros, como Major Prates, Santos Reis, Esplanada, Maracanã, Renascença (ver FIG. 16), e outros, desenvolveram um amplo comércio local e implementaram equipamentos e serviços públicos como centro comunitário, escola, praça, quadra poliesportiva, lavanderia comunitária, associação de moradores, posto de saúde, posto policial, e outros. Dentre esses bairros é preciso destacar o caso do Major Prates, que fora da área central, é o bairro de maior concentração comercial e de serviços da cidade e que, ao contrário dos outros, não atua apenas na escala do bairro, mas atende pessoas do município e da região. Os investimentos feitos pelo PECPM levaram ao adensamento demográfico e maior desenvolvimento social do bairro Major Prates, que é hoje um dos mais populosos e povoados da cidade.

O bairro Major Prates está localizado na região sudoeste da cidade, próximo ao terminal rodoviário e a um dos nós da rede rodoviária - BR 135 e BR 365, saída para Bocaiúva e Pirapora, respectivamente (ver FIG. 19). Esta localização geográfica favorável contribuiu para que fosse desenvolvido no bairro um amplo comércio varejista. As pessoas que vinham de outras cidades ou da zona rural do município preferiam fazer suas compras em um local mais próximo do seu acesso de chegada, sem ter que se deslocar até o centro.

A e B - Ponto de ônibus intermunicipal na rua Francisco Gaetani

C - Posto de saúde

D - Faculdade UNOPAR

E e F - Comércio do Bairro Major Prates

**FIGURA 20 – Fotos de edificações de comércio e serviços do bairro Major Prates (A, B, C, D, E, F)**
Fonte: arquivo particular da autora

O Major Prates possui um comércio diversificado (vestuário, farmácias, eletrodomésticos, supermercado) e edificações de serviços como o escritório da faculdade UNOPAR (FIG. 20 D). Trata-se de um comércio mais popular, atingindo um público, predominantemente, de classe baixa. O elevado grau de atratividade comercial do Major Prates torna a população do bairro e das áreas adjacentes “independentes” do centro comercial da cidade, mas, é importante ressaltar que o bairro tem um papel complementar ao centro, sem a ele se igualar.

### 2.2.5 - Novos padrões de consumo e o “Montes Claros Shopping Center”

O *Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano de Montes Claros* (1974) chama a atenção para o fato de que até a década de 1970, Montes Claros não possuía nenhum supermercado. Este tipo de compra era feito em armazéns, quitandas e no Mercado Municipal, que nessa época se localizava próximo à Praça de Esportes, e atendia não apenas a população local, mas também a população da zona rural do município. Na década de 1990, houve a transferência desse mercado municipal para uma outra área do centro da cidade, localizada na Avenida Esteves Rodrigues (avenida Sanitária) o que motivou as atividades comerciais nesta área.

O surgimento de novos padrões de consumo em Montes Claros conduziu à implantação de novos empreendimentos. Foi construído, em 1996, o “Montes Claros Shopping Center” junto ao Supermercado Bretas, em uma antiga área de várzea desocupada, ao lado do terminal rodoviário (FIG. 21). A implantação do Shopping representou um dos passos iniciais para o processo de descentralização comercial do centro de Montes Claros, sendo o primeiro empreendimento comercial de grande porte, localizado fora do perímetro da área central da cidade.

No Shopping estão localizadas as filiais das principais redes comerciais de Montes Claros (supermercado, papelaria, farmácia, sapataria, lojas de roupas,

eletrodomésticos). Nele há também uma praça de alimentação, salas de cinema, academia e recentemente foi implantada uma unidade de ensino da faculdade Santo Agostinho em um espaço do Shopping. Já está em andamento também um projeto de duplicação da área do Shopping, em direção aos fundos da construção.

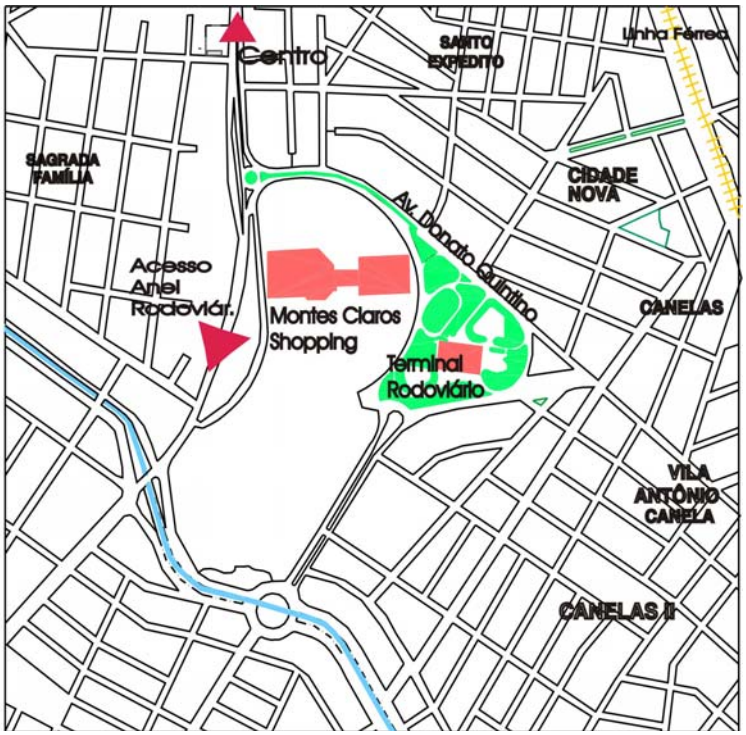


**FIGURA 21 - Montes Claros Shopping e entorno**
Fonte: mapa elaborado pela autora com base no mapa urbano de Montes Claros de 2006.

O resultado da implantação do Montes Claros Shopping foi a valorização comercial da área do seu entorno, surgindo novos empreendimentos comerciais como supermercados e mercearias. Essa área representa hoje um importante subcentro comercial, pois fora da área central de Montes Claros, o shopping e seu entorno é o local de maior concentração e diversidade comercial da cidade.

Há uma polarização micro-regional do shopping, por estar localizado perto do terminal rodoviário. Essa área estabelece uma relação com a região, sendo freqüentada também por pessoas de outras cidades para passear ou fazer compras no Shopping.

A - Montes Claros Shopping Center – vista externa

B - Vista de uma das fachadas do Shopping - academia

C - Vista interna do Shopping – ao fundo, Supermercado Bretas

D - Vista interna do Shopping – ao fundo, acesso à praça de alimentação e cinema

E e F - Av. Donato Quintino – vista para o Supermercado Opção e outros comércios

**FIGURA 22 – Foto do Montes Claros Shopping e edificações do entorno (A, B, C, D, E, F)**
Fonte: arquivo particular da autora

### 2.2.6 - A refuncionalização da área do Distrito Industrial e da zona norte da cidade

A concentração de estabelecimentos industriais ao norte da cidade, estimulados pela implantação do Distrito Industrial, consolidou essa área como um pólo de atividades secundárias. O Distrito Industrial foi implantado à direita da BR-135 – saída para Januária e à esquerda da Linha Férrea e do Córrego Vieira. Sua principal via de acesso é a Avenida João XXIII. À direita do Rio Vieira, embora não seja uma área definida como Distrito Industrial, há também um grande número de edificações industriais, concentradas ao longo da avenida Magalhães Pinto (acesso ao aeroporto e à BR – 251, saída para Janaúba) e da avenida Osmane Barbosa que dá acesso ao Bairro Universitário.

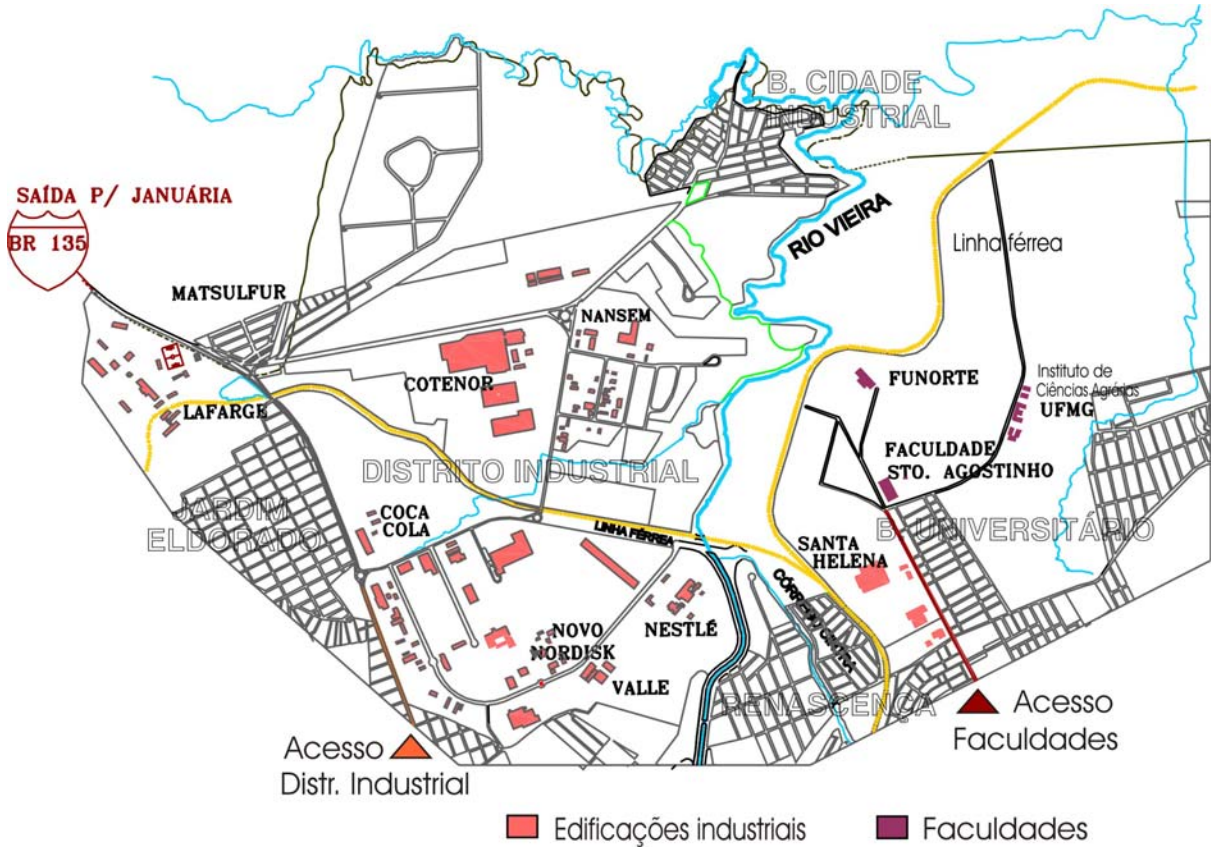


**FIGURA 23 - Distrito Industrial de Montes Claros e o Bairro Universitário**
Fonte: mapa elaborado pela autora com base no mapa urbano de Montes Claros de 2006

Embora grande parte das edificações industriais de Montes Claros estejam localizadas no Distrito Industrial, ele ainda é um espaço subtilizado. O projeto inicial do Distrito Industrial, desenvolvido pela Companhia de Distrito Industrial (CDI), previa tanto áreas para a instalação de indústrias (pesada, média ou leve), como também, áreas destinadas aos serviços de apoio ao setor industrial como bancos, transportadoras, comércio, órgãos públicos, ambulatórios e outros. Mas, essa fase do projeto não foi implementada.

Em vista à tendência de que a zona norte da cidade atrairia equipamentos e comércio de suporte à indústria, o PDLI (1977) propôs a ligação entre as duas áreas industriais separadas pelo Córrego Vieira, que permitiria um intercâmbio maior da zona industrial com outros setores econômicos e com os eixos rodoviários da cidade. No entanto, essas edificações de apoio às indústrias não foram implementadas, como se previa, e só recentemente a Prefeitura Municipal de Montes Claros está desenvolvendo a obra de continuidade à avenida Sidney Chaves, ao longo do Córrego Vieira, ligando de um lado a outro do córrego.

Como se viu no item 1.2, algumas das indústrias implantadas em Montes Claros, com os investimentos da SUDENE, faliram. De acordo com Saskia Sassen (1998), a crise que ocorreu nas cidades industrializadas dos países desenvolvidos, nos anos 1970, levou ao fechamento de fábricas e surgimento dos chamados *“brownfields”*. Esse conceito nasceu nos Estados Unidos e se refere às áreas e propriedades industriais que foram desativadas, tornando-se espaços ociosos, degradados ou subutilizados. Isso foi, de certa forma, o que aconteceu em Montes Claros, quando algumas fábricas instaladas no Distrito Industrial fecharam as suas portas, deixando suas instalações físicas ociosas e grande número de pessoas desempregadas.

A - Indústria Novo Nordisk

B - Indústria Nestlé

C - Indústria do Grupo Lafarge

D - Acesso ao Distrito Industrial

**FIGURA 24 – Fotos do Distrito Industrial de Montes Claros (A, B, C, D)**
Fonte: arquivo particular da autora

Em 1998, foi implantado o Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, nas instalações do antigo Colégio Agrícola de Montes Claros, localizado na zona Norte da cidade, no atual Bairro Universitário, localizado ao lado do Distrito Industrial. Posteriormente, as faculdades FUNORTE e Santo Agostinho, ambas particulares, ocuparam as instalações de algumas fábricas que não estavam mais em funcionamento, o que implicou a refuncionalização desses galpões e edifícios vazios para o uso educacional, induzindo uma nova dinâmica ao local, com aumento do fluxo de pessoas, veículos e demanda por transporte público.

A - Campus universitário da faculdade FUNORTE

B - Campus universitário da faculdade Santo Agostinho

C - Campus universitário do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG

D - Antiga fábrica adaptada pela faculdade Santo Agostinho

**FIGURA 25 – Fotos das faculdades localizadas na Zona Norte da Cidade (A, B, C, D)**
Fonte: arquivo particular da autora

Embora a Lei de Uso e de Ocupação do Solo em vigor em Montes Claros não preveja que esta área seja destinada ao uso institucional enquadrando-a como Zona Industrial, houve um acordo com a Prefeitura para que estas faculdades se instalassem aí, devido à falta de espaços adequados na cidade para estas instituições, que requerem grandes áreas. Caso esse local seja efetivado como área universitária, a tendência é que a avenida Osmane Barbosa,

que dá acesso ao local, e também as áreas do entorno, sejam ocupadas por atividades de apoio ao setor educacional como residências para estudantes, alojamentos, restaurantes, bares, hotéis, papelaria etc.

O atual Plano Diretor (2001) propõe interligar a zona industrial com outros setores econômicos e com os eixos rodoviários da cidade. Isso permitiria um melhor acesso da população regional a essa área, seja de estudantes, no caso das faculdades, ou de empresários, mercadorias, insumos e mão-de-obra, no caso das indústrias. É possível que a zona Norte da cidade seja no futuro um local adequado para a instalação de incubadoras ou centros de pesquisa (parque tecnológico), que também estão previstos no atual Plano Diretor, devido à presença das indústrias e faculdades.

### 2.2.7 - A renovação urbana de centralidades lineares de Montes Claros

É importante destacar o papel das principais vias arteriais de Montes Claros (centralidades lineares) que concentram atividades comerciais ou de serviços como são os casos das avenidas João XXIII, Cula Mangabeira, Mestra Fininha, Esteves Rodrigues (avenida Sanitária), Deputado Plínio Ribeiro, Dulce Sarmento, entre outras. Nessas duas últimas avenidas há uma concentração de comércio ou serviços relacionados a veículos (oficinas mecânicas, lojas de autopeças e concessionárias de automóveis) e máquinas agrícolas (tratores, arados etc), que são também utilizados pela população regional.

A região de confluência da Avenida Sanitária com a Avenida Cula Mangabeira, por exemplo, tem passado por um rápido processo de renovação urbana, desde a implantação da Prefeitura Municipal de Montes Claros nessa área, na década de 1980. Isso motivou novos usos para o entorno, com a implantação do Fórum, Apart-hotel e de prédios comerciais ou de uso misto destinados à consultórios médicos e odontológicos, escolas de idiomas, escritórios

de profissionais liberais (arquitetos, advogados, contabilistas, engenheiros) e outros.

A - Prédios voltados para a avenida Cula Mangabeira

B - prédios recentemente construídos na avenida sanitária no cruzamento com a avenida Cula Mangabeira.

**FIGURA 26 – Fotos de edifícios próximo à Prefeitura Municipal (A, B)**
Fonte: arquivo particular da autora

A canalização do Córrego Vieira, com a abertura da Avenida Sanitária - Deputado Esteves Rodrigues - se deu na década de 1980, com os investimentos do PECPM (Projeto Especial Cidade de Porte Médio). Essa avenida é conhecida pela predominância de restaurantes, bares e boates, com grande movimento social noturno. Recentemente, ela é alvo da atuação do mercado imobiliário, onde foram implantados novos usos ao seu espaço, com destaque para os bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Itaú), o que contribuiu para a descentralização das agências bancárias localizadas, predominantemente, na área central da cidade (FIG. 27).

A - Banco do Brasil

B - Caixa Econômica Federal

C - Vista da avenida Sanitária com destaque para os bares e restaurantes

D - Avenida Sanitária

**FIGURA 27 – Fotos de edificações voltadas para a Avenida *Sanitária* (A, B, C, D)**
Fonte: arquivo particular da autora

O trecho da avenida Mestra Fininha, após o cruzamento com a Avenida Sanitária, no sentido Parque Municipal (ver FIG. 19), tem sido um importante local de valorização comercial da cidade e de expansão no sentido sudeste da cidade. É nítida a tendência de sua verticalização com a construção de prédios residenciais multifamiliares, voltados principalmente para uma população de classe alta (ver FIG. 28).

A - Prédios ao longo da avenida Mestra Fininha.

B - Tendência de verticalização da avenida Mestra Fininha.

**FIGURA 28 – Fotos de prédios voltados para a Avenida Mestra Fininha (A, B)**
Fonte: arquivo particular da autora

A recente abertura da Avenida José Correa Machado ao longo do Córrego Vieira, em 2001, ligando a avenida Deputado Esteves Rodrigues à avenida Mestra Fininha (ver FIG. 29), na zona oeste da cidade, de certa forma, tornou exeqüível a proposta do PDLI, de criar um conjunto de vias arteriais para dar maior continuidade ao sistema viário da cidade e permitir fluxos mais diretos entre as várias áreas urbanas. A implantação da avenida provocou uma nova dinâmica urbana para a região do Ibituruna que é alvo dos investimentos do mercado imobiliário.

Parte dessa avenida é margeada pelo Parque Guimarães Rosa, localizado às margens do Rio Vieira, criado em 1989 com o intuito de aumentar as áreas verdes na cidade e proteger os recursos naturais. O Parque ainda não foi aberto ao público, pois está em fase de implantação. Nele está sendo construída uma parte da sede administrativa da Prefeitura Municipal de Montes Claros - a Secretaria do Meio Ambiente.

Com a abertura do Parque, a tendência é que essa área se torne um espaço de socialização, reunindo atividades administrativas, sócio-culturais, educativas e de lazer para a população, principalmente pelo fato de se inserir em uma zona de expansão do mercado imobiliário da cidade.

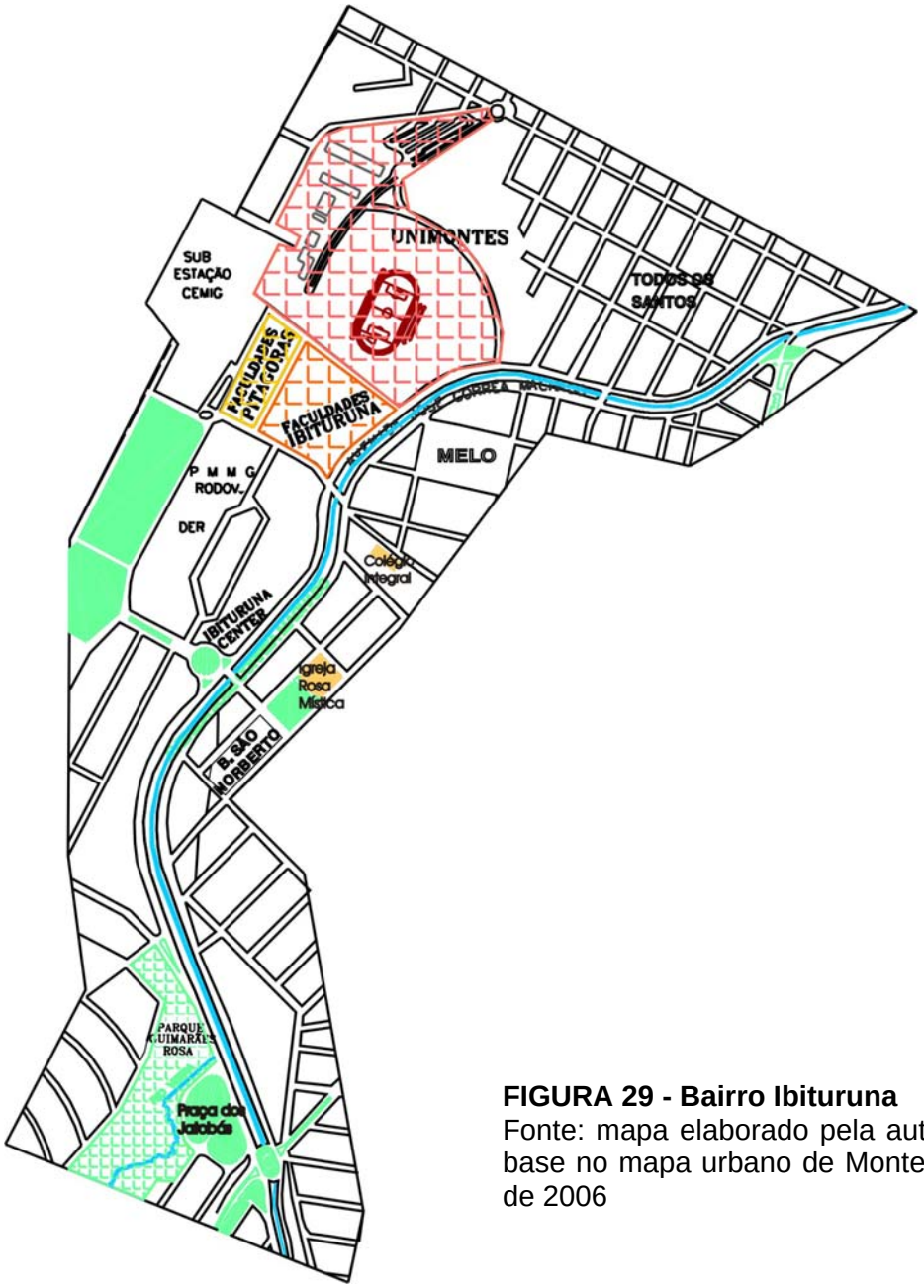


**FIGURA 29 - Bairro Ibituruna**
Fonte: mapa elaborado pela autora com base no mapa urbano de Montes Claros de 2006

Já foi implementado no local, o Ibituruna Center, um complexo constituído por galeria comercial, prédios de apartamentos e apart-hotel. Foram implantadas, também, nessa área, três faculdades particulares: Faculdades Integradas Pitágoras, Faculdade de Saúde Ibituruna e Instituto Superior de Educação Ibituruna (ISEIB). Com a abertura da Avenida José Correa Machado, a Faculdade Unimontes, já existente no local, abriu uma portaria para esta via também, o que facilitou o acesso dos moradores de bairros adjacentes.

A – Faculdade UNIMONTES

B – Faculdades Integradas Ibituruna

C – Vista para Faculdade Ibituruna

D – Avenida José Correa Machado

E – Vista externa do Ibituruna Center

F – Vista das galerias de lojas do Ibituruna Center

**FIGURA 30 – Fotos das edificações voltadas para a Avenida José Correa Machado (A, B, C, D, E, F)**
Fonte: arquivo particular da autora

A tendência é que a centralidade do Bairro Ibituruna, articulada a partir da avenida José Correa Machado, funcione como um setor educacional de ensino médio e superior e também como um subcentro comercial.

Para Sassen (1998), os locais onde se concentra uma população de alta renda tendem a atrair serviços refinados. Por estar localizada entre bairros de classe alta da cidade, é possível que se concentrem aí também empreendimentos ou atividades comerciais e serviços mais especializados e requintados, ligados ao consumo de luxo. O público alvo dessa área é a “elite” de Montes Claros, que reside nos bairros da zona oeste e sudoeste, em especial, no próprio Bairro Ibituruna.

Segundo Abramo (1998), o mercado imobiliário investe onde há possibilidades de transformação, readaptação ou retorno, ou seja, o movimento do capital imobiliário é balizado por uma estrutura espacial pré-existente (estoque de terrenos ou edificações) e pela projeção sobre o ambiente construído futuro.

Dessa forma, tem-se verificado em Montes Claros uma renovação das formas de uso e de ocupação do solo urbano e das edificações, sendo visível a verticalização, seja para fins comerciais ou residenciais, de algumas áreas ou eixos viários localizados, principalmente, nas regiões oeste e sudoeste da cidade, com destaque, para as avenidas *Sanitária*, Mestra Fininha e José Corrêa Machado. Essas são também regiões onde se concentra a população de classe alta da cidade, sendo, portanto, locais preferidos para investimentos por parte do setor imobiliário.

A rápida verticalização da cidade tem sido favorecida pela maior atuação das construtoras. Assim, a paisagem urbana de Montes Claros, antes predominantemente horizontalizada, vai se refazendo a cada dia, sendo desenhada pelos prédios que são marcos das grandes cidades.

O estudo sobre a atual reestruturação urbana da cidade serviu como referência para se desenvolver os discursos sobre a tendência de configuração urbano-regional de Montes Claros, como se verá no item 3.2.

# CAPÍTULO 3

# A CIDADE-REGIÃO: MONTES CLAROS NO CENÁRIO URBANO-REGIONAL

## 3.1 - ALGUNS PLANOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PARA MONTES CLAROS

Apresenta-se, neste item, uma breve reflexão crítica sobre os principais Planos e Programas desenvolvidos para Montes Claros, a saber: o Plano Diretor de 1970; o Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano de 1974; o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de 1977; o Projeto Especial Cidade de Porte Médio (PECPM) de 1980; o Plano de Desenvolvimento de Montes Claros (PDMC) de 1991; o Plano Diretor elaborado em 1995, que não chegou a ser aprovado; o Plano Diretor em vigor, aprovado em 2001; e os Programas em curso na atual gestão.

O objetivo central é verificar em que medida os planos e programas contemplaram o papel regional de Montes Claros e reunir elementos do planejamento local para analisar o papel desempenhado por Montes Claros no cenário urbano-regional. Procurou-se ainda relacioná-los ao contexto econômico, social e político (em âmbito local, regional e nacional) em que foram elaborados, visto que as principais idéias e propostas contidas neles refletem o discurso teórico (seja do meio técnico, político ou acadêmico) predominante em cada período.

### 3.1.1 - Os Planos e Programas de Montes Claros da década de 1970

O primeiro *Plano Diretor de Montes Claros,* elaborado em 1970, foi acompanhado das Leis de “Urbanismo e Zoneamento”, “Classificação de Uso do Solo” e “Código de Obras”. Ele traçou normas para orientar o uso do solo e a ocupação das edificações existentes com as seguintes finalidades: garantir um melhor padrão de higiene, segurança e conforto às habitações; controlar a densidade das edificações e da população; orientar os locais próprios para as

atividades de modo a evitar conflitos entre setores econômicos e sociais; possibilitar o planejamento racional do tráfego; e garantir o valor da propriedade imobiliária para atrair novos investimentos para o município.

De acordo com Maricato (2000), na década de 70, houve uma produção significativa de Planos Diretores no Brasil, não se podendo atribuir o caos das cidades brasileiras à falta de planejamento urbano. O Plano Diretor de Montes Claros de 1970 tinha um caráter mais normativo (regulamentação das formas de uso e ocupação do solo), não apresentando propostas de desenvolvimento para a cidade, nem mesmo fazendo qualquer consideração em relação a sua posição de cidade pólo regional.

O *Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano de Montes Claros* foi desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, em 1974. Trata-se de um diagnóstico do município de Montes Claros, levando-se em consideração um fenômeno novo na cidade: Montes Claros em vias de industrialização. Um dos principais itens discutidos nesse programa foi o papel assumido por Montes Claros no contexto regional e sua importância econômica, reforçada com o contínuo aparecimento de indústrias atraídas pelos benefícios da SUDENE, favorecido pela recente implantação do Distrito Industrial.

Esse programa apresentava como ações, visando o desenvolvimento de Montes Claros como pólo regional, a necessidade de investimentos na cidade para uma melhoria qualitativa e quantitativa da sua infra-estrutura (rede de abastecimento de água e de esgoto, drenagem urbana, rede viária, pavimentação de vias e limpeza pública) e dos equipamentos e serviços urbanos (setor hoteleiro, saúde, educação e outros).

A partir dessas melhorias, a cidade poderia adquirir potencial para crescer e oferecer condições à instalação de novos serviços e à atração de novas indústrias e investimentos. Alguns dos objetivos desse programa são ainda metas da atual gestão de Montes Claros, como se verá mais a frente. Nele fica clara a preocupação de fortalecer o papel de Montes Claros como pólo regional do Norte de Minas.

*O PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado* foi desenvolvido pela PRODAX, empresa de Belo Horizonte, no ano de 1977. Esse plano foi um importante instrumento de estudo, pois apresentou um perfil sócio-econômico e urbano da cidade, mais familiarizada com a chegada das indústrias. Seu objetivo era preconizar o desenvolvimento integrado de Montes Claros, sob a "visão idealizadora" da cidade do futuro.

O PDLI propôs, na década de 1970, diretrizes e ações inovadoras e que ainda são atuais para a cidade, como: maior articulação do sistema viário; desconcentração das atividades terciárias do centro comercial; criação de parques e de áreas verdes; criação de locais específicos para comércio atacadista, equipamentos de grande porte e para os serviços mais especializados da cidade; entre outras.

O PDLI foi acompanhado de um *Plano de Diretrizes de Desenvolvimento* que visava orientar o planejamento da Administração Pública de Montes Claros para os anos seguintes e estabelecia as principais linhas de ações para o desenvolvimento sócio-econômico do município centradas no grau de urbanização da cidade, que se aproximava de 80%, e no seu papel de centro regional do Norte de Minas. Segundo dados do PDLI, a população do município de Montes Claros, em 1974, era superior a 120.000 habitantes e crescia em um índice de 5% ao ano.

De acordo com esse plano, uma proposta de política de desenvolvimento para o município de Montes Claros deveria ser elaborada em âmbito local e regional, já que, o desenvolvimento de Montes Claros se apoiava numa dinâmica "de fora para dentro", em função dos diversos programas desenvolvidos para a cidade e região nos níveis federal e estadual (como a atuação da SUDENE), além de outras linhas de ações, como a implantação do Distrito Industrial e localização da sede do escritório regional da SUDENE e da CODEVALE na cidade. Os investimentos com os quais o município foi contemplado repercutiram diretamente na configuração da estrutura urbana e na organização do seu território.

Dessa forma, o *Plano de Diretrizes de Desenvolvimento* do PDLI focava, simultaneamente, duas dimensões para o planejamento da cidade - a intraurbana

e a interurbana - ou seja, buscava compatibilizar o desenvolvimento requerido pela aglomeração urbana de Montes Claros com o desempenho de um papel, a essa altura, *irreversível* na estruturação da rede urbana norte-mineira, de modo a integrar esta área ao desenvolvimento estadual.

É preciso abrir aqui um parêntese para destacar que durante o período militar, o planejamento urbano se desenvolveu significativamente no Brasil, em que se definiam duas correntes com interesses divergentes. De um lado havia o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU, criado juntamente com o BNH na década de 1960, que pouco avançou no sentido de formular diretrizes para uma política espacial nacional, restringindo-se ao planejamento intra-urbano local de cidades médias e pequenas. O PDLI de Montes Claros foi concebido no bojo do planejamento municipal integrado.

Por outro lado, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, criada juntamente com a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas - CNPU, em 1973, representavam a corrente centralizadora que caracterizou o “milagre brasileiro” cujos investimentos eram cada vez mais concentrados nas grandes cidades e metrópoles brasileiras (que era para onde se dirigiam os movimentos migratórios do país).

Sob essa corrente, o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) tenta uma redefinição macro-espacial da política urbana nacional, onde não mais se pretende montar um sistema a partir da ótica municipal, de baixo para cima, como era o SERFHAU, mas onde as grandes decisões de investimento e de planejamento seriam tomadas autoritariamente, de cima para baixo, como em todo o sistema econômico e político montado no país. Se por um lado, o enfoque macro-espacial visava sistematizar os problemas urbanos do país, por outro, abandonava os problemas intra-urbanos e sociais.

O II PND se voltava, basicamente, para o processo interno de industrialização brasileira e preconizava também a busca pela integração do espaço econômico brasileiro a partir de um equilíbrio econômico-político entre as regiões do país. As linhas de ação que sustentavam tais objetivos buscavam a

descentralização industrial do centro-sul do país e um maior equilíbrio no triângulo Rio de Janeiro - São Paulo - Belo Horizonte.

Essa linha de ação incidia diretamente em Minas Gerais, devido ao grau de desenvolvimento urbano-industrial do eixo Rio – São Paulo e seu natural transbordamento: Minas Gerais se coloca entre o Nordeste e o Centro-Oeste como caminho natural à integração e desenvolvimento pretendidos. Dentro dessa estratégica nacional, para o Governo de Minas, as regiões Norte e Noroeste de Minas eram vistas como espaço de integração com as macro-regiões Nordeste e Centro-Oeste do país.

Diante disso, o II PMDES (Plano Mineiro de Desenvolvimento) apresentava como interesse estadual, o fortalecimento econômico da região do Norte de Minas através das seguintes ações: implementação de programas e projetos federais e estaduais (como o Provale, Codevasf, Projeto Jaíba) para promover a utilização do grande potencial agropecuário da região, integrando-a aos mercados estaduais e nacionais; incentivo à agroindústria; formulação do Plano Integrado de Desenvolvimento da área da SUDENE para integrar o incremento agrícola e industrial ao desenvolvimento urbano dos municípios da região; incentivo à indústria de bens intermediários e ao aproveitamento da matéria-prima da região (cimento, fertilizante, algodão, mamona, cana de açúcar); reforço da rede urbana do Norte de Minas, desenvolvendo o pólo de Montes Claros e os centros de apoio como Pirapora, Janaúba e Januária.

De acordo com o PDLI, no enfoque da política urbana, a CNPU incluía Montes Claros dentro da Região Sudeste, na categoria de centro sub-regional, enfatizando a importância de consolidá-la como cidade de médio porte, em vista da necessidade de reduzir as taxas de crescimento da região metropolitana de Belo Horizonte, já formada e reconhecida na Lei Complementar Federal de 1974. Nesse contexto foi elaborado o PECPM, em 1980.

O *Projeto Especial Cidade de Porte Médio* – PECPM, foi um programa desenvolvido em Minas Gerais, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, pela Fundação João Pinheiro, em resposta ao programa de Cidades Médias

de 1976, idealizado em âmbito nacional pelo governo federal. Esse programa tinha como intuito materializar as propostas de fortalecimento e desenvolvimento das cidades médias do Brasil em diversos setores (indústria, habitação, serviços e comércio) e diminuir os entraves burocráticos, gerindo os recursos de forma mais eficiente.

O programa PECPM de Montes Claros visava atender à demanda da industrialização, subordinando a lógica urbana local à lógica industrial. Esse programa contou com recursos do BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. A implementação das diretrizes e obras propostas pelo PECPM de Montes Claros foi de responsabilidade da SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Coordenação da Prefeitura Municipal de Montes Claros, sendo que 70% do capital investido foi proveniente do BIRD, 20% do cofre do Estado de Minas Gerais e 10% da Prefeitura Municipal da cidade.

Uma das principais preocupações do PECPM foi possibilitar à população de baixa renda de Montes Claros, especialmente a que residia em áreas invadidas ou favelas, o acesso à casa própria, à legalização fundiária e à infra-estrutura urbana. Dessa forma, o PECPM priorizou investimentos na construção de conjuntos habitacionais (principalmente na região norte da cidade onde surgiu um maior número de favelas devido à implantação do Distrito Industrial), em saneamento básico e infra-estrutura urbana (pavimentação e abertura de novas vias como a avenida Deputado Esteves Rodrigues).

Os investimentos do PECPM contribuíram também para uma descentralização comercial do centro de Montes Claros, desenvolvendo centros de bairro (como dito no item 2.2). Esse programa foi um dos poucos elaborados para a cidade que foi implementado, visto que já dispunha, desde a sua elaboração, de recursos necessários a sua implantação.

### 3.1.2 - O PDMC (1991) e os Planos Diretores de 1995 e 2001

Como se viu, a partir da década de 60, a intervenção de vários órgãos federais e estaduais na região, a exemplo da SUDENE, CODEVASF e DENOCS, a maioria deles com sede em Montes Claros, acelerou o processo de penetração das formas de produção capitalista, provocando modificações na estrutura socioeconômica regional. O dinamismo do capital que se instalou em Montes Claros levou ao crescimento explosivo da população urbana e houve um descompasso entre desenvolvimento e infra-estrutura.

A Prefeitura Municipal de Montes Claros se mostrava insuficiente para gerir as transformações do município, intensificadas pela questão regional que geraram internamente problemas de ordem estrutural e conjuntural. Diante dessa situação foi elaborado o Plano de Desenvolvimento de Montes Claros (PDMC) pela SEPLAN da Prefeitura de Montes Claros, em 1991, durante a gestão do prefeito Mário Ribeiro da Silveira.

De acordo com esse plano, nos anos antecedentes, a gestão local buscava *"atacar os males mais próximos e urgentes",* adotando ações improvisadas e casuísticas. Na prática, tais ações retratam posturas clientelistas e paternalistas que impediam o governo local de tratar a problemática do município de um modo global e desenvolver um planejamento a médio e longo prazo.

Esse Plano esclarece também que as experiências anteriores de planejamento de Montes Claros, como o Plano Diretor (1970), o PDLI (1977) e o PECPM (1980), acompanharam o processo de planejamento desencadeado a nível nacional e suas propostas não correspondiam efetivamente a planos de governo, pois eram concebidos a partir das regras definidas pelos órgãos de planejamento federais e não pela constatação local das reais necessidades do município, que pudessem resultar em um plano efetivo de ação governamental de planejamento local, conduzindo ao desenvolvimento do Município. Além disso, não havia um compromisso dos governos subseqüentes com as diretrizes traçadas.

Contudo, o processo de redemocratização do Brasil, nos anos 1990, e o desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos foram uma resposta à crise do planejamento urbano que havia se instaurado no país devido à característica centralizadora das administrações públicas, das décadas anteriores, que alijou a participação dos municípios nas decisões sobre seu próprio desenvolvimento. Isso contribuiu para surgir formas de planejamento democrático no nível municipal, fundamentados na "consulta popular", pressupondo a organização da comunidade e a descentralização do poder decisório.

Dessa forma, o Plano de Desenvolvimento de Montes Claros (PDMC) foi concebido diante do planejamento fundamentado no Orçamento Participativo[41], que foi implantado a partir das administrações do PT, na virada dos anos oitenta para os anos noventa, como busca de uma nova matriz teórica comprometida com a democracia do país. A proposta do orçamento participativo é vista como uma tentativa de romper com a cultura política elitista, autoritária e clientelista vigente no país.

A elaboração do PDMC contou com a participação popular através das associações de moradores da cidade. No entanto, de acordo com o próprio plano, o Orçamento Participativo foi desvirtuado do seu propósito básico em função das práticas clientelista e paternalista, adotadas pela administração local de Montes Claros que dificultou a organização da comunidade para as decisões sobre o município.

A idéia do Plano de Desenvolvimento de Montes Claros (PDMC) era criar uma estratégia de intervenção flexível, levando-se em conta a inserção do município no contexto regional para vencer os obstáculos ou entraves (nos setores de educação, saúde, cultura, abastecimento e lazer) que se fundamentou em quatro questões:

---

[41] O Orçamento Participativo, preconizado pelo Estatuto da Cidade, busca o envolvimento da população no processo de planejamento das cidades e na tomada de decisões a cerca da prioridade dos investimentos públicos.

1. questão *econômica* - incentivo às atividades produtivas de emprego e renda para englobar a população marginalizada do processo produtivo e integração do desenvolvimento da economia urbana, rural e regional;
2. ampliação da *infra-estrutura* urbana e rural (sistema viário, transporte, energia, saneamento, habitação), dos equipamentos sócio-culturais básicos e das atividades de apoio à comercialização;
3. vencer as dificuldade *institucionais* através da descentralização do poder, estimulando um processo de planejamento efetivamente participativo e democrático;
4. questão *regional* - busca sanar os déficits críticos de pobreza da população carente (especialmente dos imigrantes), visto que a cidade cristaliza a problemática de sua grande e pobre área de influência, através da elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento para o Norte de Minas, que impulsione o desenvolvimento dos municípios da região e, ao mesmo tempo, consolide a posição de Montes Claros como metrópole regional.

O diagnóstico desenvolvido pelo PDMC serviu como base para a elaboração do Plano Diretor de Montes Claros, em 1995, durante a gestão do prefeito Luiz Tadeu Leite, que não chegou a ser aprovado na Câmara Municipal de Montes Claros, por questões políticas. O Plano Diretor foi desenvolvido por técnicos da SEPLAN, que vivenciavam a aplicação da legislação urbanística da cidade, e contou com a participação popular na sua elaboração. O Plano Diretor se assemelha a outros elaborados no mesmo período, para cidades de mesmo porte de Montes Claros.

As idéias contidas nesse Plano Diretor são baseadas no discurso predominante da época – o Planejamento Estratégico. Faz-se aqui um parêntese para discutir o Planejamento Estratégico, que surgiu a partir do processo de transformação da economia global, sobretudo nos anos 90, determinando novas formas de se pensar as cidades.

A emergência dos governos locais, como potenciais promotores do desenvolvimento econômico, apresentou-se como alternativa à crise de legitimidade dos estados nacionais, face á perda de sua capacidade regulatória sobre a economia globalizada e à proliferação de movimentos sociais que contestavam sua representatividade pública. As gestões municipais passaram a adotar estratégias de planejamento, direcionadas à inserção dos municípios numa economia globalizada.

Para Arantes (2000), o Planejamento Estratégico é o meio pelo qual as cidades geram respostas competitivas ao desafio da globalização, configurando-se como um empreendimento de comunicação e promoção da chamada "idade da informação". Para Vainer (2000), a competitividade urbana[42] surge como uma nova problemática da questão urbana em que se intensifica a "guerra fiscal", a busca de investimentos externos através de subsídios e a flexibilização da legislação urbanística, fazendo com que a cidade dita "legal" se contraponha à cidade "ilegal".

Dessa forma, nos últimos anos, verificou-se no país a crise do *Welfare State.* Embora os municípios locais ganhem maior autonomia para decidir sobre sua política de desenvolvimento econômico, eles perdem de vista a questão social, deixando de ser um Estado autofinanciador da assistência social. Nesse contexto, o Planejamento Regional parece ter perdido força com a disseminação do Planejamento Estratégico.

Voltando ao Plano Diretor de Montes Claros, este buscou tirar partido das peculiaridades da cidade para obter um desenvolvimento local *auto-sustentado*, apoiando-se nos elementos que, *independente da conjuntura externa*, assegurassem o crescimento da cidade e integrassem o governo municipal, o setor produtivo e a sociedade, num ideal de competitividade e equalização de decisões e ações.

---

[42] A idéia de competitividade urbana pode ser comparada a evolução darwiniana (evolução biológica), com destaque para os trabalhos de Park (Escola de Chicago), que diz que as cidades, enquanto "indivíduos", para sobreviverem na economia global, competem umas com as outras, por investimentos, tecnologias, novas indústrias, trabalho qualificado etc.

O Plano Diretor levantou as seguintes questões: Como tirar partido da condição geo-política de Montes Claros em relação à região do Norte de Minas? Qual é a verdadeira vocação da cidade? Até que ponto os fatores macro-econômicos e as políticas públicas maiores, como a SUDENE, foram as molas da afirmação de Montes Claros?

A idéia explícita do Plano Diretor de Montes Claros é a de criar estratégias que possam preparar a cidade para competir com outros centros. Implicitamente, o que se percebe é que para alcançar tal objetivo, Montes Claros precisaria romper com o fetichismo da região (tão abordada nos demais planos), com a qual estabelece uma relação patriarcal, e pensar em uma cidade mais autônoma, capaz de se armar estrategicamente para atrair o capital regional.

Foram poucas as diretrizes do Plano Diretor que contemplaram a posição de Montes Claros como pólo regional. As mais significativas foram: 1 - apoiar a transformação da Unimontes em universidade regional, para subsidiar o processo de desenvolvimento do Norte de Minas; 2 - efetivar a implantação do SUS na região e integrar os municípios nas ações de saúde demandadas pela população regional; 3 - encaminhar os trabalhadores migrantes desempregos aos núcleos de emprego; e 4 - dividir o ônus do acúmulo das carências regionais com outras cidades da região.

Em relação aos aspectos de desenvolvimento econômico, as principais diretrizes do plano foram:

1. incentivar investimentos industriais e comerciais articulados com a economia local, em termos de uso de matéria-prima e mão-de-obra;
2. desenvolver uma ação conjunta da SUDENE e da SUDENOR (Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas), visando atrair novos empreendimentos empresariais e gerar empregos;
3. fortalecer o setor informal de trabalho, dada a sua relevância na economia do município e elevada capacidade de absorção de mão-de-obra local;

4. incentivar a efetiva ocupação do Distrito Industrial, buscando reduzir seu índice de ociosidade;
5. incentivar as empresas implantadas via benefícios da SUDENE, que estavam paralisadas ou em dificuldades;
6. adequar a legislação de incentivos fiscais e financeiros às necessidades do município;
7. incentivar o comércio local (de bairro), facilitando o acesso da população dos bairros aos produtos básicos e descongestionando o comércio do centro da cidade.

O que se conclui é que esse Plano Diretor, de 1995, limitou-se a desenvolver um planejamento do município na escala intra-urbana. Essa é uma visão limitada da realidade da cidade e incoerente com aquilo que se espera de um planejamento urbano para Montes Claros, pois é inconcebível pensar o município de Montes Claros, excluído do seu contexto regional, como se fosse um organismo “isolado”.

O Plano Diretor, ora em vigor no município, aprovado em agosto de 2001, foi baseado no Plano Diretor do município de Belo Horizonte. Segundo informações da SEPLAN da Prefeitura de Montes Claros, o Plano Diretor foi elaborado apenas para cumprir as exigências da Legislação Federal e não foi acompanhado de um diagnóstico atual sobre a cidade e nem mesmo houve consulta e participação da população na sua elaboração. Esse Plano Diretor, portanto, não é um instrumento confiável de análise, já que não responde às reais necessidades da população do município, como deveria ser o Plano Diretor Participativo exigido pelo Estatuto da Cidade[43].

Para elaborar as estratégias de desenvolvimento de Montes Claros, o Plano Diretor partiu das seguintes características (problemas e potenciais) do município:

---

[43] O Plano Diretor, preconizado pelo Estatuto da Cidade, é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano sustentável dos Municípios (sob os aspectos físicos, sociais, econômicos e administrativos), tendo em vista as aspirações da coletividade e o cumprimento das funções sociais da propriedade urbana, assegurando o bem-estar dos munícipes.

- papel de Montes Claros como centro político-administrativo regional e núcleo de comércio e de serviços modernos;
- base econômica industrial expressiva;
- sistema viário e de transporte coletivo radioconcêntrico, que compromete a fluidez do trânsito;
- alta concentração demográfica em favelas, áreas de risco ou em assentamentos não regularizados e desprovidos de infra-estrutura e de saneamento básico;
- redução dos padrões de qualidade ambiental e ocupação inadequada de áreas verdes;
- valor cultural do centro histórico, constituído pela área próxima da Igreja Matriz;
- inexistência de centralidades (ou subcentros) na cidade.

Foi com base nessas características que o Plano Diretor propôs diretrizes que dizem respeito aos objetivos estratégicos e à política de desenvolvimento econômico do município de Montes Claros[44]. Algumas das questões de que tratam tais diretrizes são:

1. consolidar o município como pólo regional de aglomeração de serviços, mediante o estabelecimento de condições para o estreitamento das relações entre as fontes de conhecimento científico, as de informação e as de capacitação tecnológica; e entre as empresas de serviços especializados e os clientes, fornecedores e segmentos do mercado de mão-de-obra qualificada;
2. criar condições para instalação de indústrias leves de alta tecnologia na cidade;

[44] Estas diretrizes estão previstas no artigo 7º do capítulo II e artigo 9º do capítulo III da Lei do Plano Diretor de Montes Claros, aprovada em 2001, e que ainda está em vigor. Essa Lei está disponível no site *www.montesclaros.mg.gov.br.*

3. promover o agro-negócio na região, visando a especialização industrial dos setores tradicionais,
4. integrar o setor industrial de Montes Claros às áreas industriais dos municípios vizinhos;
5. promover a expansão e melhoria das ligações viárias, de modo a estruturar o desenvolvimento econômico do município e integrá-lo aos municípios vizinhos;
6. promover a instalação de centros de convenções, feiras e incubadoras de empresas, próximo aos centros de pesquisa e universidades;
7. incentivar as atividades de turismo e integrar os municípios que fazem parte do circuito das águas, circuito espeleológico e turismo ecológico;
8. promover o desenvolvimento de serviços de tecnologia de ponta na região;
9. definir áreas na região com potencial para aglomerar atividades econômicas que visem à exportação;
10. estudar a viabilidade de implantação de pólos tecnológicos e serviços em áreas estratégicas quanto à articulação com rodovias estaduais e federais;
11. estimular a criação e consolidação de centralidades na cidade que funcionem como pólos de atividades econômicas e sócio-educativas;

Como se percebe, as diretrizes do atual Plano Diretor, ao contrário do Plano Diretor de 1995, reforçam a importância do papel de Montes Claros como pólo regional e como impulsionador do desenvolvimento regional.

### 3.1.3 - Os planos da atual gestão

Recentemente, foram criados pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, na atual gestão do prefeito Athos Avelino, o Instituto Municipal de Desenvolvimento, órgão destinado ao planejamento urbano do município e o

COMPUR (Conselho Municipal de Planejamento Urbano) de Montes Claros, formado por uma comissão responsável por estudar e reformular a legislação urbanística do município, especialmente o Plano Diretor, para que haja um maior rigor na aplicabilidade da lei, enquanto instrumento de política urbana.

De acordo com dados da prefeitura, as metas do Instituto Municipal de Desenvolvimento foram concentradas em três programas: 1 - o *Programa Montes Saneados* – que visa dotar a cidade com 100% dos serviços de saneamento, incluindo, esgoto sanitário coletado e tratado, captação de águas pluviais, coleta e disposição adequada do lixo urbano e implantação de ETEs (Estação de Tratamento de Esgoto) em parceria com a COPASA; 2 - o *Programa Tapete Preto* – que tem como objetivo promover o revestimento asfáltico das principais vias dos bairros periféricos de Montes Claros (visto que há 250 km de vias urbanas na cidade sem nenhum tipo de pavimento) e refazer nos moldes do sistema parque-linear, a urbanização das margens do córrego do Cintra e das avenidas lindeiras aos córregos Vieira, Vargem Grande e Pai João; 3 - o *Projeto Viva o Centro* – que visa a requalificação da área central, compreendendo ações de melhoria urbanística, como foi apresentado no item 2.2.

A Prefeitura Municipal de Montes Claros ainda não desenvolveu qualquer programa ou projeto em comum com as demais cidades da região visando um planejamento regional para o Norte de Minas. O projeto *Viva o Centro*, apesar de ter sido pensado na escala intra-urbana, ele tem um impacto em âmbito regional, por propor uma intervenção na área central, que é onde se concentram a maioria das atividades comerciais e de serviços da cidade. As propostas de integração regional do Norte de Minas, previstas no Plano Diretor em vigor, ainda não foram amadurecidas pela atual gestão e não se efetivaram em projetos ou planos.

Finalizando, esse estudo dos principais Planos, Programas e Projetos desenvolvidos para o Município de Montes Claros foi uma ferramenta importante para a discussão do atual papel da cidade no cenário urbano-regional, como se verá no próximo item.

## 3.2 - OS DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE MONTES CLAROS

Muitas foram as questões ou dúvidas suscitadas ao longo dessa pesquisa acerca do futuro de Montes Claros. E agora, diante de uma nova realidade urbano-industrial, como Montes Claros se projetará no cenário urbano-regional? Ela tornar-se-á uma grande cidade ou irá se estagnar como cidade média? Continuará sendo uma cidade pólo regional? Como se configurará seu espaço urbano? O que se espera de Montes Claros?

O que se pretende aqui não é construir um modelo urbano de cidade para Montes Claros, mas instigar o discurso sobre a tendência de configuração da estrutura urbana da cidade no cenário urbano-regional. Esse discurso foi desenvolvido sob a forma de um prognóstico (pensamento orientado para o futuro) e foi baseado no estudo dos Planos e Programas apresentados no item 3.1 e nas reflexões sobre as atuais transformações econômicas, sociais, espaciais, políticas e culturais de Montes Claros (apresentadas nos Capítulos 1 e 2).

A análise de dados e informações, teóricas e empíricas, apresentadas ao longo da pesquisa, foi importante para a construção do conhecimento acerca de Montes Claros, visto que para se desenvolver o planejamento urbano de uma cidade é preciso conhecer o contexto no qual ela se inscreve, ou seja, seus pontos fracos, fortes e suas contradições.

Essa é a chave para a interpretação sócio-espacial. De acordo com Souza (2002), o planejamento urbano de uma cidade precisa ser referenciado por uma reflexão prévia sobre os desdobramentos urbanos do seu quadro atual. Dessa forma, o estudo sobre a reestruturação urbana de Montes Claros, apresentado no item 2.2, foi importante para se analisar as tendências de configurações urbano-regionais da cidade.

Ainda para Souza (2002), a busca do desenvolvimento sócio-espacial das cidades deve focar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e o aumento

da justiça social, priorizando as necessidades dos grupos sociais menos favorecidos (no caso de Montes Claros é preciso considerar também a população imigrante). Se o planejamento urbano não alcançar tais objetivos é preciso criar novas alternativas e como sugere o autor: *mudar a cidade*.

Não se preocupou aqui em contemplar todas as supostas variáveis que incidirão na configuração e articulação da estrutura urbana de Montes Claros, dado a complexidade de um prognóstico sobre o desenvolvimento sócio-espacial de um município, considerando todo seu contexto regional. “A tarefa do cientista não é, em última análise, propriamente simplificar o real, mas sim torná-lo inteligível” (SOUZA, 2002: 11).

Sendo assim, os discursos sobre as tendências de configuração urbana de Montes Claros apresentam alguns pontos, questões, dúvidas ou reflexões, considerados relevantes para apoiar a elaboração da sua Legislação Urbanística (visto que algumas leis estão desatualizadas), ou demais Planos ou Programas que resultem em uma proposta de planejamento urbano-regional para o município e região.

O estudo apresentado no item 3.1 deixa claro que uma proposta de planejamento urbano para Montes Claros deve ser elaborada em âmbito local e regional, visto que o desenvolvimento de Montes Claros se apoiou numa dinâmica “de fora para dentro”, em função das transformações macro-econômicas da cidade (PDLI, 1977).

É reconhecido aqui, o papel de Montes Claros como cidade pólo regional e o reflexo disso nas articulações urbano-regionais e na configuração da sua estrutura urbana, bem como nas formas de uso e ocupação do solo urbano. Como se viu, os fluxos migratórios, por exemplo, intensificaram a periferização da cidade e o aumento da pobreza, assim como o papel de centro regional de Montes Claros resultou na maior concentração de serviços especializados na cidade, que exigiram espaços adequados para serem implantados.

O discurso contemporâneo sobre Montes Claros deve, antes de mais nada, apoiar-se no fato de que Montes Claros é uma cidade média (tanto em termos

populacionais, quanto funcionais), sendo a maior aglomeração urbana do Norte de Minas e constituindo-se no principal pólo industrial e de serviços de uma região vasta e pobre, pois está entre as regiões do estado de Minas Gerias que apresentam os piores indicadores sócio-econômicos (como IDH e PIB).

É preciso considerar ainda que a maioria dos municípios da região do Norte de Minas possui uma população inferior a 20 mil habitantes e que, nenhum outro, além de Montes Claros, possui uma população acima de 100 mil habitantes. Além disso, mais da metade dos municípios da região têm uma maior parcela da população vivendo no campo, embora o grau de urbanização da região tenha sido de 65,37%, em 2000.

Apesar das atividades terciárias (comércio e serviços) representarem o maior PIB entre os setores econômicos da região, e nela estar incluído a maior parte da população ocupada do Norte de Minas; é preciso considerar que ainda existe uma grande parcela da população da região, ocupada em atividades do setor primário (com destaque para a agropecuária), demonstrando a ligação da população regional com o meio rural.

Por fim, é importante considerar que, ao longo do processo de formação de Montes Claros, houve fatores ou agentes que colaboraram para que o município se transformasse na maior centralidade regional, como exemplo: sua posição geográfica (que era rota comercial entre as regiões das minas e dos currais da Bahia); a implantação da ferrovia; os investimentos da SUDENE; as ligações rodoviárias; a implantação das faculdades; entre outros. Tais fatores foram responsáveis pelo desenvolvimento sócio-econômico do município e pelas transformações do seu espaço urbano.

Os discursos que se seguem foram organizados em tópicos, nos quais se procurou considerar as duas dimensões (local e regional) do processo de desenvolvimento urbano-regional de Montes Claros.

### 3.2.1 - Montes Claros como “Lugar Central”

Começa-se este discurso, retomando o estudo sobre rede urbana apresentado no item 1.3, considerado importante para entender a relação que Montes Claros estabelece com as demais cidades da região em termos de trocas (ou intercâmbio) de pessoas, mercadorias, tecnologias e serviços. Recorrendo à “Teoria dos Lugares Centrais”, de Walter Christaller, percebe-se que a região do Norte de Minas possui poucos centros urbanos, que são dominados por uma única cidade pólo - Montes Claros.

Como propõe a teoria de Christaller, Montes Claros, por ser o principal lugar central da região, tende a concentrar no seu espaço urbano os bens e serviços mais especializados que não se encontram nas demais cidades da região. Assim, a partir do momento em que Montes Claros começa a *inovar*[45] e a abrigar serviços mais especializados, ela adquire *vantagens locacionais diferenciadas* em relação às demais cidades da região, o que contribui para fortalecer a sua centralidade hierárquica na rede urbana do Norte de Minas, tornando-se um local específico de concentração econômica e do capital financeiro.

Essa vantagem locacional diferenciada pode ser atribuída a uma série de fatores, tais como: localização geográfica da cidade; dinâmica econômica (capacidade de atrair o capital financeiro); e incentivos fiscais formais e não-formais, desde os incentivos federais através da SUDENE, até os estaduais ou municipais, como a redução do ICMS, doações de terrenos, construção de infra-estrutura, além de outras concessões feitas na “guerra fiscal”.

Montes Claros, lugar central de uma região pobre, deve estar atenta ao fato de que seus serviços avançados, ou hierarquicamente superiores, como diz Campos Filho (2003), não serão utilizados apenas pela população da cidade ou do

---

[45] Entende-se aqui por inovação, a abertura da cidade para o “novo”, ou “novidade”, ou ainda, como preferem os *modernos*, para a “modernidade”. Essa inovação diz respeito à diversidade econômica, ao desenvolvimento tecnológico e às mudanças de paradigmas da sociedade, que se traduzem em novos hábitos, consumo de marcas e produtos, demandados pela nova “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1999).

município, mas também, pela população regional. O espaço urbano da cidade continuará sendo alvo de uma população migratória e/ou flutuante (móvel) que passará a morar na cidade ou para ela se deslocará regularmente, (como no caso dos estudantes que moram nas cidades vizinhas e estudam nas faculdades de Montes Claros) ou periodicamente (como no caso das pessoas que vão à cidade, seja para fazer um exame médico ou para fazer compras).

Essa população flutuante constitui uma importante massa consumidora, que contribui para incrementar a economia da cidade, movimentando o comércio e os setores imobiliário, hoteleiro, alimentício e de transporte rodoviário e aéreo da cidade. Dessa forma, a posição de Montes Claros como pólo regional, ou lugar central, tem implicações diretas na configuração do seu tecido urbano. Esse ponto suscita um questionamento: onde os serviços mais especializados e demandados pela população regional serão implantados no espaço urbano de Montes Claros? Essa análise será feita no sub-item 3.2.4.

### 3.2.2 - Montes Claros como cidade média na rede urbana

Ainda com base no estudo da rede urbana do Norte de Minas, um outro ponto considerado importante, em relação às transformações urbanas contemporâneas no país, é reconhecer o papel de Montes Claros como cidade média na rede urbana brasileira.

As cidades médias têm sido locais privilegiados para atrair investimentos devido à sua diversidade funcional e organização interna. Elas oferecem boa infra-estrutura, um comércio diversificado, serviços modernos (incluindo os serviços de produção e os pessoais), incentivos fiscais e financeiros e qualidade de vida aos seus habitantes.

A presença de boas escolas, faculdades, shoppings, hipermercados, lojas de departamento, parques urbanos, opções de lazer e de serviços requintados,

associados à possibilidade de uma vida mais tranqüila, segura e confortável, longe da “correria” e da violência urbana das grandes cidades, têm sido fatores decisivos na escolha de um empresário para investir em uma cidade média, por exemplo.

O questionamento que cerca o futuro das cidades médias brasileiras reforça sua posição de centralidade junto às regiões circundantes, onde serviços especializados criam um ambiente técnico-científico-informacional propício à atração de novos investimentos. Um questionamento que se faz em relação à rede urbana do Norte de Minas é: a dinâmica social e econômica de Montes Claros tem sido também capaz de reestruturar a região do Norte de Minas?

Como se viu no item 3.1, os incentivos governamentais para o desenvolvimento das cidades médias brasileiras fez parte de uma estratégia de planejamento do governo federal, principalmente no período militar, que visavam amenizar as grandes desigualdades regionais, desconcentrar a economia e conter o crescimento excessivo das grandes cidades e metrópoles brasileiras (que eram alvos dos fluxos migratórios que contribuíam para a proliferação de favelas e crescimento da pobreza urbana).

Mas, será que estimular o crescimento das cidades médias, não significa transferir para elas os problemas urbanos de uma grande cidade, tornando-as seleiros de uma população marginalizada? O que se percebe é que muitas das cidades médias brasileiras, como é o caso de Montes Claros, já crescem com os mesmos problemas de uma cidade grande (apesar de em menor proporção) como aumento da periferização, maior segregação sócio-espacial e proliferação de assentamentos irregulares.

Assim, as recentes transformações urbanas verificadas em Montes Claros tendem a seguir o curso das atuais mudanças ocorridas na sociedade e nos espaços urbanos das grandes cidades ou metrópoles brasileiras. São exemplos disso: a saturação das áreas centrais; o surgimento de novas centralidades; a refuncionalização de edificações; a construção de novos empreendimentos em vazios urbanos com potencial mercadológico (especulação imobiliária); a maior verticalização; a intensificação do tráfego; a valorização comercial de eixos viários,

localizados próximos aos anéis rodoviários para a implantação de grandes equipamentos; o aumento de condomínios fechados destinados a uma população de alta renda; entre outros.

Se por um lado, as cidades médias têm sido privilegiadas para atrair o capital financeiro (em função de sua diversidade econômica e da formação de uma sociedade de consumo), por outro lado, é preciso considerar o impacto do crescimento das cidades médias na configuração do seu espaço intra-urbano e na articulação da rede urbana brasileira. Assim, o planejador urbano precisa se atentar ao fato de que, como aponta Santos (1993), as médias cidades de hoje podem se tornar, no futuro, grandes cidades.

Amorim Filho (1984), no seu estudo sobre a classificação funcional das cidades médias mineiras[46], definia Montes Claros como uma "cidade média de nível superior" devido ao seu papel de centro polarizador regional. Montes Claros ainda não era considerada pelo autor, um "grande centro regional" como já eram os casos de Uberlândia e Juiz de Fora, pois não possuía a diversidade de serviços que estas cidades apresentavam.

Percebe-se, atualmente, que Montes Claros, mesmo exercendo a função de um centro tradicional de uma vasta região pobre, ainda não apresenta uma organização interna e diversidade de serviços[47] que lhe permitem caracterizá-la como um "grande centro regional", como continuou sendo o caso de Uberlândia, que possui uma maior projeção no cenário nacional. Montes Claros ainda se enquadra em uma escala de abrangência regional, isto é, sua rede de relações e de polarização se restringe, de certa forma, apenas à região do Norte de Minas, Noroeste de Minas, Jequitinhonha e Sul da Bahia.

---

[46] Nesse estudo, Amorin define quatro níveis hierárquicos para cerca de 100 cidades médias de Minas Gerais: grandes centros regionais, cidades médias de nível superior, cidades médias propriamente ditas e centro urbanos emergentes.

[47] Diniz (2000) apresenta algumas atividades ou serviços que caracterizam os grandes centros urbanos: atividades comerciais, centralização financeira (bancos, corretoras, títulos e bolsas de ações), serviços educacionais e de pesquisa (universidades e instituto de pesquisa), serviços de consultoria e apoio (marketing, advocacia, auditoria), sedes empresarias, escritórios de representação comercial, transporte de cargas e passageiros, serviços de hotelaria e restaurantes, medicina avançada, atividades culturais e de lazer etc.

Talvez, em uma visão a médio ou longo prazo, esse quadro mude e Montes Claros se torne um “grande centro regional”, mediante a expansão da sua hinterlândia e alcance de novos mercados nacionais. É difícil imaginar um processo retroativo ou de estagnação econômica para Montes Claros, isto porque, a cidade já construiu uma sólida rede de articulações com a região e com outros centros do país. Apenas com o propósito de uma reflexão, são apresentadas algumas evidências dessa transformação em Montes Claros que sustentam a afirmação acima:

- *setor educacional* - significativo número de unidades de ensino superior e oferta crescente de cursos de pós-graduação;
- *setor de saúde* - modernização dos hospitais e clínicas da cidade e avanços no tratamento médico (desenvolvimento de exames, consultas e cirurgias mais específicas);
- *setor industrial* – expansão das atividades industriais e presença de *indústrias de fronteira tecnológica* na cidade como a Novo Nordisk e a Vallé;
- *entreposto comercial* – diversificação das atividades comerciais e diferentes opções de locais para compras (centro da cidade, shopping center, galerias comerciais, supermercados) e maior diversidade de produtos, incluindo marcas e grifes ou mercadorias ligadas ao consumo de luxo;
- *lazer e entretenimento* – opções de restaurantes, bares, cinema, shopping, parques, clubes, locais de festas, eventos, feiras, exposições, shows musicais;
- *ligações rodoviárias* – a cidade é um importante entroncamento rodoviário do país;
- *mão-de-obra qualificada* - prestação de serviços por profissionais liberais mais especializados (médicos, arquitetos, publicitários,

engenheiros, advogados, consultores e outros), incluindo também a prestação de serviços de tecnologia avançada;

- *sede de empresas* – possui importantes empresas, instituições financeiras, e escritórios de órgãos públicos; entre outros.

### 3.2.3 – O Urbano em Montes Claros e a questão cultural do Norte de Minas

Para se entender a formação da região do Norte de Minas é preciso recorrer à questão cultural (apresentada no item 1.2), que é outro ponto considerado importante nesses discursos. O Norte de Minas, enquanto uma região de "fronteira", possui uma cultura bem peculiar. A formação da cultura norte-mineira esteve associada à expansão da agropecuária e à ligação da população regional com o meio rural[48], traduzindo em uma forte identidade "rural" na região.

Nós últimos anos, a inserção de Montes Claros numa economia global, a expansão dos serviços, o desenvolvimento dos meios de transporte, comunicação e do meio técnico-científico-informacional provocaram mudanças nos padrões de consumo da sociedade. Os costumes, atividades e hábitos comuns às grandes cidades, aos poucos, passaram a ser incorporados ao cotidiano do monteslarense, como exemplo: freqüentar um shopping, ir ao cinema, consumir determinadas marcas e produtos, entre outros.

Percebe-se, portanto uma mudança de paradigmas da sociedade montesclarense associada a uma perda gradativa dos costumes rurais, fortemente enraizados na cultura nortemineira, que se dá com a abertura para novos padrões de consumo e incorporação do "urbano" como estilo de vida (WIRTH, 1962) e

[48] No Norte de Minas é preciso considerar suas populações tradicionais: indígenas, quilombolas, negros, populações brancas rurais. A figura do homem "sertanejo" foi retratada em obras literárias como "Os Sertões" de Euclides da Cunha e "Grande Sertão Veredas" de Guimarães Rosa.

agora revistos para a sociedade globalizada. A globalização traduz a idéia de inserção, ou seja, a sociedade está articulada em rede (CASTELLS, 1996).

Os traços de uma sociedade patriarcal, rígida e conservadora se refletiram na cultura e sociedade norte-mineira. A respeito disso, Oliveira (2000) diz que o empresário montesclarense é cauteloso ao investir em novos empreendimentos na cidade. Se existe uma correlação entre a postura cultural da sociedade montesclarense e a dinâmica do setor imobiliário da cidade, pode-se perceber que a mudança de paradigmas da sociedade e o próprio despertar de Montes Claros como cidade "grande" têm permitido uma nova postura dos empresários montesclarenses, que se sentem mais encorajados para investir em "inovações" na cidade.

Esses investimentos se refletem em uma nova dinâmica urbana para Montes Claros como a refuncionalização dos usos do seu espaço urbano e mudanças, inclusive, no "estilo" de morar. Hoje em dia, por exemplo, é considerado "status" morar em um apartamento ou em um condomínio fechado, rompendo com a tradição de morar em uma casa grande com quintal.

Nesse sentido, verifica-se uma tendência de verticalização de algumas áreas da cidade, com destaque para a avenida Mestra Fininha, como dito no item 2.2, com a construção de "apartamentos de luxo" destinados a uma população de alta renda. Uma outra tendência verificada em Montes Claros é a auto-segregação da elite nos condomínios fechados da cidade, que estão concentrados no bairro Ibituruna, que é o bairro mais "elitizado" de Montes Claros.

Nesse caso percebe-se, em tempos atuais, uma periferização das populações ricas em busca de qualidade de vida, privacidade, segurança e contato com a natureza, como tem ocorrido nas grandes cidades brasileiras. Assim, os condomínios fechados, instalados em locais de beleza natural, se configuram como simulacros da vida no campo.

É preciso considerar também a *urbanização ideológica e cultural* (PEREIRA, 2004) do Norte de Minas, enquanto espaço vivido e de referência identitária. Montes Claros é pólo de uma região, onde mais da metade dos

municípios têm uma população predominantemente rural, e mesmo nos municípios que possuem uma população urbana superior à rural, é preciso considerar que algumas pessoas ainda adotam hábitos e costumes ligados à vida no campo, expressos na figura do homem “sertanejo”. Assim, é comum ver em algumas cidades do Norte de Minas, carroças e cavalos nas ruas e pessoas andando de chapéus.

Enquanto Montes Claros tenta acompanhar o ritmo das grandes cidades, tendo como referência a capital mineira (introduzindo hábitos e costumes da vida urbana contemporânea), grande parte da população regional ainda vive na zona rural do seu município, desconhecendo lugares, costumes ou “detalhes simples” de uma vida “moderna”.

Além disso, enquanto Montes Claros se enquadra no “Urbano”, no eixo espaço-temporal de Lefebvre (1999), muitas cidades do Norte de Minas continuam sendo *Cidades Agrárias*, ou seja, têm como principal base econômica à agropecuária tradicional, que utiliza baixa mecanização. O que se percebe é que essa mudança de paradigma como tem acontecido com a sociedade montesclarense não atingiu a população nortemineira como um todo, o que se reflete na contínua dependência da população regional por serviços ou equipamentos públicos de Montes Claros, reforçando sua posição como lugar central.

### 3.2.4 - Montes Claros como cidade policêntrica

A ampliação dos serviços especializados em Montes Claros tem exigido espaços adequados para a implantação dos mesmos. O centro da cidade, embora continue sendo um espaço “vivo” e dinâmico e onde se concentra um comércio diversificado, não é considerado o espaço ideal para implantação de novos empreendimentos ou serviços (como é o caso das faculdades), que precisam de

grandes áreas e são geradores de fluxo, visto ainda que o sistema viário do centro é formado por ruas estreitas e irregulares que não comportam uma sobrecarga do trânsito.

Dessa forma, nos últimos anos, em resposta à diversificação econômica, ao desenvolvimento tecnológico e às mudanças de paradigmas da sociedade montesclarense, surgiram novas centralidades lineares e polares na cidade, formando subcentros. A estrutura urbana da cidade passou de monocêntrica para policêntrica, embora ainda exista uma concentração das atividades comerciais no centro tradicional da cidade.

No atual processo de reestruturação urbana de Montes Claros, mais que a expansão física da malha urbana da cidade, é notório a renovação dos usos no espaço urbano, isto é, há uma diversificação funcional devido à presença de novos núcleos (ou pólos) de atividades comerciais, de serviços e institucionais (sócio-educacionais) na estrutura urbana da cidade.

Os subcentros de Montes Claros, estudados nessa pesquisa, apresentam-se inseridos na malha urbana. Alguns surgiram ao longo de avenidas arteriais, como é o caso das áreas ao longo da avenida José Correa Machado; outros se desenvolveram próximo aos entroncamentos rodoviários, como é o caso do Bairro Major Prates; ou ainda, em antigas áreas vazias com potencial mercadológico, como foi o caso do Montes Claros Shopping. A consolidação desses subcentros permitiu a expansão ou renovação urbana das áreas do seu entorno.

Além disso, esses subcentros não são espaços autônomos, pois mantêm uma relação de dependência com o centro da cidade, que exerce uma hierarquia em relação às demais centralidades. Além disso, os subcentros não possuem uma abrangência apenas local, mas se definem também no nível regional, como são os casos do *Distrito Industrial* (onde há fluxos de matéria-prima, mercadorias, serviços de apoio e mão-de-obra com outros centros); das *áreas universitárias* (que recebem diariamente alunos de outras cidades da região); do *bairro Major Prates* (cujo comércio é utilizado por pessoas da zona rural e de cidades vizinhas); e do *Shopping Center* (que é utilizado pela população da região para compras ou

como opção de lazer).

O discurso aqui apresentado sobre Montes Claros como cidade policêntrica procura relacionar o impacto que sua função de pólo regional de serviços atribui à configuração do seu tecido urbano, como exemplo, a tendência de descentralização dos equipamentos de abrangência regional no tecido urbano de Montes Claros e reconcentração das atividades econômicas e sócio-educativas nas áreas pericentrais ou periféricas. Isso é o que Sassen (1998) chama de refuncionalização ou recentralização das áreas periféricas.

Dessa forma, no zoneamento de Montes Claros, é possível pensar em áreas específicas para a instalação de novos empreendimentos de grande porte, geradores de fluxo ou que abriguem serviços de abrangência regional, como exemplo, faculdades, hospitais públicos, parque tecnológico, incubadoras de empresas, indústrias, cooperativas, comércio atacadista, shoppings center, supermercados (e hipermercados), parques urbanos, espaço multiuso, entre outros.

Além disso, como dito no sub-ítem 3.2.1, deve se prever o acesso da população regional a esses locais (ou zonas), que devem se localizar, preferencialmente, próximo às principais vias de articulação da cidade e aos anéis rodoviários. Em função do seu papel polarizador, Montes Claros deve ter um sistema viário bem articulado e possuir um conjunto de vias arteriais que interliguem as regiões periféricas da cidade aos nós rodoviários, bem como aos terminais aéreo e rodoviário, para facilitar o fluxo e deslocamentos da população local e regional. De acordo com Campos Filho (2003), os anéis viários são uma tentativa de resolver os estrangulamentos centrais em relação ao crescimento urbano, uma forma de escapar da lógica radiocêntrica.

Sassen (1998) fala do crescimento de densos eixos comerciais e de negócios (cibervias) em cidades limítrofes (exópolis) das aglomerações urbanas de países desenvolvidos. É possível transpor e aplicar parte dessas idéias de Sassen para Montes Claros, levando-se em consideração sua função de lugar central e como propõe o próprio Plano Diretor de 2001, incentivar a implantação

de edificações destinadas às atividades de serviços ou comércio regional (depósitos, empresas, comércio atacadista, hipermercados, entre outros) nas vias localizadas próximo aos nós rodoviários.

O próprio zoneamento proposto pelo PDLI, no final da década de 1970, para Montes Claros (apresentado no item 2.2) já previa algumas dessas medidas, definindo usos em áreas específicas na cidade como: *áreas de predominância de comércio e serviço* (inclui os subcentros e corredores comerciais ao longo de vias de penetração); *áreas especiais* (voltadas para os grandes equipamentos institucionais e administrativos); e *áreas de uso múltiplo* (destinadas à implantação dos grandes empreendimentos comerciais e de serviços, inclusive os de apoio à indústria, que deveriam se localizar junto aos eixos de articulação inter-regional da cidade).

Apesar do incentivo à descentralização econômica do centro de Montes Claros, não se pode deixar de lado o papel histórico desempenhado pela área central na conformação da estrutura urbana da cidade, que deverá ser reforçado e valorizado, não apenas como área comercial, mas também como espaço da história, da memória, do encontro e da sociabilização da população montesclarense.

### 3.2.5 - Montes Claros como cidade-região: um “Projeto Regional” para o Norte de Minas

A relação intrínseca entre a cidade de Montes Claros e a região do Norte de Minas motivou o estudo sobre *cidade-região* dentre os discursos sobre a tendência de configuração da estrutura urbano-regional da cidade. Como se percebe, a cidade de Montes Claros não está voltada para si, ao contrário, mesmo que de forma intuitiva, ela estabelece uma relação intrínseca com sua região de abrangência, por abrigar serviços, equipamentos ou atividades que não se encontram em outras cidades da região.

Com base em Soja (2000), as cidades que exercem a função de pólos regionais tendem a se comportar como *exópolis*, ou seja, têm seu tecido urbano voltado para “fora” ou para sua região (complementar). Isso pode ser interpretado como a expansão do tecido urbano de Montes Claros para além do campo, alcançando virtualmente o espaço regional e formando uma nova entidade urbano-regional, um espaço urbano globalizado - uma “cidade-região”.

O conceito de cidade-região (ainda que tenha surgido se referindo às regiões mais dinâmicas e desenvolvidas do mundo), serviu como base para entender a dinâmica urbana de Montes Claros, devido à relação que a cidade estabelece com sua região de influência e, potencialmente, com o sistema totalizado. Montes Claros é uma cidade que articula toda uma região e a partir da qual pode se construir outras escalas de articulação – nacional e global.

Os planos e desafios de intervenção em Montes Claros e na região do Norte de Minas, por parte do poder público municipal, estadual e federal, como apresentados no item 1.3, evidenciaram a necessidade de se criar um modelo de gestão regional para o Norte de Minas que se concretize em um projeto regional. O PDMC (1999) sugeriu a elaboração de um *Plano Regional de Desenvolvimento*, que tivesse efetiva participação dos municípios do Norte de Minas e que reconhecesse o papel de Montes Claros como o condutor do processo de desenvolvimento regional, impulsionando de forma integrada, o desenvolvimento dos municípios da região, de acordo com sua vocação estratégica.

A visão de Montes Claros como cidade-região busca antecipar o discurso da governabilidade e a necessidade de se construir um projeto em comum com a região que tenha como objetivo fortalecer a economia regional e inserí-la na economia global, tornando-a atraente ao capital financeiro. Um projeto de desenvolvimento econômico para a região deve estar atrelado à questão social, visando combater a pobreza regional e as grandes desigualdades sociais e econômicas entre as cidades da região.

Nesse contexto, surgem alguns questionamentos ou desafios: como pensar uma gestão que permita a ação conjugada e compartilhada pelas administrações

municipais desse território? Como inserir, na economia global, regiões pobres, pouco articuladas e diversificadas economicamente?

A articulação de Montes Claros ao espaço globalizado passa pela exploração da diversidade do seu espaço regional, pela valorização de sua cultura identitária, pela exploração de seus recursos naturais específicos, pela valorização do seu potencial agropecuário e pelo fortalecimento de suas populações tradicionais (cerrado).

Com base nas propostas dos planos e programas apresentadas, no item 3.1, é possível pensar um plano de integração e desenvolvimento regional para o Norte de Minas, que valorize seu potencial econômico e social, através das seguintes ações:

- implementar programas e projetos federais e estaduais para promover a utilização do potencial agrícola da região, incentivando os projetos de irrigação e fruticultura (como o Projeto Jaíba e o Projeto Gorutuba);
- promover o potencial pecuário da região e desenvolvimento de técnicas de melhoramento genético da pecuária;
- criar plataformas de exportação ou um *porto seco* para facilitar o escoamento da produção regional, sobretudo da fruticultura, visando integrar à região aos mercados nacional e internacional;
- incentivar a agroindústria e o agro-negócio na região (através da instalação de incubadoras de empresas, incentivo à pesquisa e realizações de eventos como feiras, exposições, simpósio, de forma a disseminar entre o meio técnico e acadêmico as novas tecnologias na agropecuária);
- incentivar a integração do setor industrial de Montes Claros com as áreas industriais das cidades vizinhas e com outros centros urbanos da região;
- incentivar o aproveitamento da matéria-prima da região e a formação de pólos de comércio atacadista que comercializem os produtos regionais;

- promover a expansão do sistema viário da região, de modo a melhorar as ligações viárias entre os municípios, viabilizando a estruturação do desenvolvimento econômico regional;
- incentivar o turismo regional (grutas, cachoeiras, circuito das águas);
- fortalecer as instituições que atuam no Norte de Minas, como o IDENE (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais), SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), SUDENOR, (Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas), AMAMS (Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE), CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba), CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha), entre outras, com vistas a desenvolver programas e projetos que estimulem o desenvolvimento regional e também das áreas rurais dos municípios.
- desenvolver programas de modernização no campo, em termos de *produção* (como mecanização agrícola, criação de unidades de beneficiamento, apicultura, oficina de confecções, entre outras); de *desenvolvimento social* (como construção de creches e lavanderias comunitárias, centros sociais e melhorias habitacionais); e em termos de *infra-estrutura* (como construção de barragens, poços tubulares, cisternas, eletrificação rural, construção e recuperação de estradas, construção de pequenas pontes e armazéns comunitários);
- efetivar a implantação do SUS integrando todos os municípios da região e implementar melhorias na saúde, equipando os hospitais e clínicas das demais cidades do Norte de Minas, de forma a tornar sua população menos dependente dos hospitais, exames e médicos de Montes Claros;
- incentivar o surgimento de faculdades em outras cidades do Norte de Minas, bem como fortalecer os núcleos da Unimontes nas mesmas, de forma a levar o ensino superior à população regional.

A elaboração de programas e projetos na região que visam modernizar o campo e amenizar a pobreza da população rural, tal como o PCPR – Projeto de Combate à Pobreza Rural[49] - beneficia os pequenos produtores e possibilita ao homem do campo condições dignas de viver e trabalhar nas áreas rurais. Essas ações visam reduzir o êxodo rural na região e os fluxos migratórios de camponeses pobres em direção às áreas urbanas das cidades, evitando a formação de uma população desempregada e marginalizada, vivendo sob condições indignas de habitabilidade nas áreas urbanas das maiores cidades da região.

Além disso, o estímulo à implementação de programas e projetos federais e estaduais, bem como, ações que visam descentralizar as atividades agropecuárias, comercias, industrias e os serviços na região do Norte de Minas contribuem para fortalecer a economia regional integrando-a aos mercados nacional e internacional e permitem o desenvolvimento de outros centros ou micro-pólos do Norte de Minas que passam a suprir determinadas demandas, antes exclusivas de Montes Claros, diminuindo sua dependência em relação à cidade.

Os centros polarizadores, como é caso de Montes Claros, exercem tanto efeitos de atração como de impulso aos centros de menor relevância econômica. Apesar do crescimento de outras cidades da região, Montes Claros não perdeu sua importância de cidade pólo regional, por apresentar serviços mais especializados e inexistentes em outras cidades do Norte de Minas, o que reforça sua posição de Lugar Central.

Para Sassen (1998), a aglomeração de atividades econômicas – empresas e indústrias - e de infra-estrutura, tecnologia e serviços de apoio, propicia o ambiente ideal para as relações econômicas, além de reduzir custos com transportes. Por esse motivo há uma tendência das indústrias e empresas de

---

[49] O PCPR é um projeto coordenado pelo IDENE (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais) de Montes Claros em parceria com o Governo de Minas e apoio financeiro do Banco Mundial/BIRD e que tem como objetivo financiar investimentos de natureza *produtiva, social e de infra-estrutura básica* nas comunidades rurais da região.

serviços mais especializados se concentrarem em Montes Claros, já que a globalização também implica uma concentração de determinadas atividades econômicas.

Assim, a tendência da configuração da rede urbana do Norte de Minas se baseia no reforço da centralidade de Montes Claros, como centro de comando da economia regional, mediante ao desenvolvimento e fortalecimento de outros centros de apoio na região (como Pirapora, Bocaiúva, Janaúba, Januária, São Francisco, Jaíba, Salinas, Grão Mogol, entre outros). A idéia é reforçar a rede urbana do Norte de Minas para que Montes Claros possa dividir os benefícios e ônus do desenvolvimento regional com as demais cidades da região.

É pertinente a seguinte analogia em relação à rede urbana do Norte de Minas: Montes Claros está para o Norte de Minas assim como São Paulo está para o Brasil. Houve uma desconcentração econômica e produtiva no país com a consolidação de outras metrópoles brasileiras, num processo de metropolização desencadeado, sobretudo na década de 1970, no entanto, é na cidade de São Paulo que ainda se concentram as multinacionais e maiores empresas do país, sendo esta a única metrópole brasileira considerada uma cidade mundial.

Apesar da área metropolitana de São Paulo ser hoje responsável por uma parcela menor do PNB, do que em 1970 (45% em oposição a 65%), ela continua a crescer e a expandir-se em termos absolutos a uma taxa que torna muito difícil uma concorrência com outros centros urbanos do Brasil, além de ser cada vez mais o centro do comando da economia brasileira, inclusive das metrópoles e das grandes e médias cidades que se desenvolveram recentemente.

Enfim, é preciso considerar que as duas categorias de estudo, seja rede urbana, ou cidade-região, são antes de tudo, complementares e tributárias de um modo específico de compreender as transformações no espaço urbano-regional. Ambas reforçam o papel de Montes Claros como centro de comando do desenvolvimento regional. É importante registrar aqui, que o desenvolvimento almejado para a cidade de Montes Claros deve ser acompanhado de um desenvolvimento regional.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Montes Claros comemorou no último três de julho de 2007, seus *150 anos.* Seu cenário é pano de fundo de uma história tecida pelas pisadas do gado, pelos trilhos da linha férrea, pelas indústrias que transformaram a paisagem do sertão, pelas rodovias que tornaram próximos lugares longínquos, e pelo urbano, que abriu as portas para que os *sertanejos* se vissem diante de um mundo globalizado.

No início do século passado, Montes Claros era uma pequena *Cidade Agrícola* e com baixa diversidade funcional*.* A mancha urbana se restringia ao núcleo central e ao seu redor havia um “grande cinturão verde”, formado pelas fazendas de gado, onde vivia a maior parte da população do município.

A chegada da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1926, trouxe os marcos da modernidade: produtos importados, telégrafo, saneamento básico, agências bancárias e outros. O mercado se expandiu e a cidade sertaneja tomou “ares” de uma Cidade Mercantil. Mas a área urbana era ainda restrita ao centro, já consolidado, onde coexistiam os diferentes usos (residencial, comercial, serviços e industrial), formando assim uma estrutura urbana monocêntrica, acompanhada de novos loteamentos periféricos.

As maiores mudanças ainda estavam por vir: a SUDENE foi o maior agente “transformador” de Montes Claros e das articulações urbano-regionais. Se Montes Claros não chegou a se transformar em uma Cidade Industrial “completa” ou pólo industrial, como previsto nas estratégias do Governo Federal e de Minas Gerais, no período militar, o advento de novas indústrias atraídas pela política de incentivos fiscais implicou mudanças significativas para o município: mecanização no campo, aumento dos fluxos migratórios intra-regionais, êxodo rural, aumento da população na área urbana da cidade, melhorias na infra-estrutura urbana, saneamento básico, ampliação dos serviços públicos e privados (saúde, educacionais, administrativos, financeiros), expansão dos serviços de produção ou de apoio ao setor industrial (energia, comunicação, transporte, armazenamento) e

ampliação da rede rodoviária.

O acelerado processo de urbanização de Montes Claros esteve atrelado, ou mesmo foi influenciado, pelo seu papel de cidade pólo regional. Houve uma *implosão* do centro (concentração de comércio, pessoas e veículos) e *explosão* do tecido urbano, cuja rápida expansão era favorecida pela topografia da cidade e pela flexibilidade das Leis Urbanas.

O resultado disso foi a periferização, a proliferação de assentamentos subnormais, a favelização, a formação de bairros de baixa densidade demográfica e de um grande número de vazios urbanos. Após a década de 1970, verificou-se uma certa “setorização” dos usos no espaço urbano da cidade: o centro se fortaleceu como espaço concentrador de atividades terciárias (comércio e serviços); as indústrias foram implantadas no Distrito Industrial recém-criado; e os novos loteamentos formaram bairros predominantemente residenciais.

Nos últimos anos, Montes Claros e sua região de influência se vêem diante de novas transformações econômicas e sócio-espaciais: o urbano e as condições urbano-industriais de produção se estendem virtualmente por todo o tecido regional, modificando tanto o espaço urbanizado da cidade quanto a sua articulação com seu entorno.

A terciarização da economia urbana e a maior especialização dos serviços (novas faculdades, melhorias no setor de saúde), associados à inserção de novos padrões de consumo ao cotidiano da população montesclarense (shoppings, supermercados), implicaram uma nova lógica na configuração do espaço urbano de Montes Claros – a descentralização do comércio das áreas centrais e o surgimento de novas centralidades formando subcentros de serviços, comércio e atividades administrativas ou sócio-educacionais.

A atual dinâmica da cidade se encontra hoje menos ligada à expansão física do tecido urbano e mais relacionada à refuncionalização das velhas formas de uso e ocupação do solo e das edificações, com a ocupação de vazios urbanos com potencial mercadológico (como no caso daqueles localizados em áreas de várzeas), valorização de avenidas arteriais como eixos comerciais, aumento da

verticalização e expansão do comércio de bairro (ou comércio local).

A passagem de Montes Claros de Cidade Agrário-Mercantil para Cidade Urbano-Industrial condicionou sua transformação de Cidade Monocêntrica para Cidade Policêntrica. As peculiaridades e a complexidade de Montes Claros, bem como a relação intrínseca entre a cidade e sua região complementar, instigaram diferentes discursos sobre as tendências de configuração da sua atual estrutura urbana e das novas articulações urbano-regionais: Montes Claros como Lugar Central e pólo de serviços, Montes Claros como Cidade Média em expansão, Montes Claros e a incorporação do Urbano como modo de vida, Montes Claros como Cidade Policêntrica e Montes Claros como Cidade-Região.

Os principais planos e programas desenvolvidos para Montes Claros como o Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano (1974), o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI (1977), o Projeto Especial Cidade de Porte Médio - PECPM (1980), o Plano de Desenvolvimento de Montes Claros – PDMC (1991) e o Plano Diretor em vigor (2001), chamam a atenção para o fato de que o planejamento urbano de Montes Claros deve ser desenvolvimento em uma escala regional e sugerem ainda a elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento para o Norte de Minas que tenha efetiva participação dos municípios da região.

Assim um Projeto Regional para o Norte de Minas deve visar, principalmente, a melhoria dos indicadores sócio-econômicos da região, a valorização da cultura regional (populações tradicionais), a melhoria das condições de vida da população rural, o controle do êxodo rural e dos fluxos migratórios, a melhoria dos serviços sociais (especialmente, saúde e educação), a valorização das atividades econômicas, sobretudo da agropecuária e sua cadeia produtiva industrial.

Nesse sentido, as tendências de configuração da rede urbana do Norte de Minas apontam para o fortalecimento de outros centros na região, concomitantemente ao reforço da centralidade de Montes Claros como centro de comando e foco irradiador do desenvolvimento urbano-regional.

O estudo de Montes Claros enquanto cidade-região baseia-se no discurso contemporâneo do planejamento urbano-regional, que aborda a problemática das cidades sob uma dupla ótica - local e global. O Planejamento Regional, que esteve apagado na última década, parece voltar a ganhar força no cenário nacional. As cidades já não são mais vistas como uma entidade autônoma e isolada do contexto regional; ao contrário, são analisadas a partir de sua inserção numa rede urbana, privilegiando a articulação funcional entre as cidades.

Por ser pólo regional de uma vasta e “pobre” região, a cidade de Montes Claros não pode estar voltada para si; ao contrário, ela necessita se voltar para o município e para a região onde estabelece uma relação intrínseca, ainda que hierárquica. Por outro lado, o discurso – como também o estudo – da cidade-região se baseia na tendência de configuração de grandes blocos econômicos regionais que se inserem em uma economia cada vez mais globalizada, tendo as centralidades urbanas e as áreas produtivas exportadoras como os motores do desenvolvimento urbano-regional.

Montes Claros é o principal centro cultural, industrial e de serviços da região do Norte de Minas. Além de ser uma cidade média, em termos populacionais e em termos de diversidade econômica, Montes Claros concentra os serviços avançados e mais especializados, que não são encontrados em outras cidades da região e que são, portanto, utilizados pela população regional. O seu papel polarizador lhe atribui *vantagens locacionais diferenciadas,* tornando-a o lugar central de maior nível hierárquico na rede urbana regional e canalizando para si o capital financeiro e a maior parte dos novos investimentos.

Por fim, uma proposta de Planejamento Urbano para o município de Montes Claros, bem como, o desenvolvimento de um estudo para apoiar a elaboração da sua legislação urbanística, deve refletir sobre o papel da cidade de Montes Claros enquanto articulador da rede urbana do Norte de Minas, bem como o reflexo deste papel regional na configuração e reestruturação do seu espaço urbano.

# REFERÊNCIAS


ABRAMO, Pedro; FARIA, Teresa Cristina. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. *Anais...* [Caxambu]: ENEP,1998.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. *Revista de Geografia e Ensino*, Belo Horizonte, n. 5, p. 5-34, 1984.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único:* desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, jun. 1999.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. *Reinvente seu bairro:* caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARDOSO, José Maria A. A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, M.F.M. *et al. Formação social e econômica do Norte de Minas.* Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 173-346. v. 1.

CASTELLS, Manuel. A *sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

CORRÊA, Roberto Lobato. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 424-430. v. 3.

_____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 107-124, 1987.

DINIZ, Clélio Campolina. A nova geografia econômica do Brasil. In: FÓRUM NACIONAL BRASIL 500 ANOS: FUTURO, PRESENTE, PASSADO, 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. p. 303-351.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, n.1, p. 77-103, jul. 1996.

DUARTE, Fábio. *Crise das matrizes espaciais:* arquitetura, cidade, geopolítica, tecnocultura*.* São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 29-87.

FARRET, Ricardo Libanez (Org.). *O espaço da cidade:* contribuição à analise urbana. São Paulo: Projeto, 1985.

FERREIRA, Carlos Maurício de C. Espaço, regiões e economia regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). *Economia regional:* teorias e métodos de análises. Fortaleza: BNB / ETENE, 1989. p. 45 – 65.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*, 2000. Disponível em: < http://www.fjp.gov.br/exibe_subproduto>. Acesso em 20 mai 2006.

_____. *Produto Interno Bruto de Minas Gerais:* municípios e regiões (1992-1998). Belo Horizonte: FJP, 2001.

_____. *Produto Interno Bruto de Minas Gerais*: municípios e regiões (1985-1997). Belo Horizonte: FJP, 2000.

_____. *Produto Interno Bruto de Minas Gerais:* municípios e regiões (1970-1980). Belo Horizonte: FJP, 1982.

_____. *Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano de Montes Claros.* Belo Horizonte: FJP, 1974.

FREMONT, A. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.

FRIEDMANN. John. The world city hypothesis. *Development and change*, v. 17, n. 4, 1986.

HARVEY, David. A *condição pós-moderna:* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo agrícola:* VII recenseamento geral do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. v. 2.

_____. *Censo industrial:* VII recenseamento geral do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. *Censos demográficos*. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ home/estatistica/calendario2007>. Acesso em: 5 jun. 2007

_____. *Cidades@.* [200-]. Disponível em: <http:// www.ibge.gov.br/cidadesat/ default.php>. Acesso em: 18 dez. 2006

_____. *Mapas interativos.* [200-]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ mapas/>. Acesso em: 15 mar. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *IPEADATA.* [200-]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2006.

JACOBS, Jane. *The economy of cities*. Nova York: Random House, 1969.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na metrópole:* o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: IPPUR, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade.* São Paulo: Documentos, 1969.

LESSA, Simone Narciso (Org). *Mesonorte:* diagnóstico para a agenda de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião do Norte de Minas. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007.

LESSA, S. N. *Trem de ferro:* do cosmopolitismo ao sertão. 1993. 244 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

MARKUSEN, Ann. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço & Debate,* São Paulo, n. 1, p. 63-100, 1981.

MATOS, Ralfo (Org.). *Espacialidades em rede*: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MINAS GERAIS. Governo de Minas. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado*. Belo Horizonte, 2003-2007.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. As Teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (Org.). *Economia regional e urbana:* contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p. 61-84.

_____. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. (Org.) *Economia e território.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

_____. *Do urbanismo a política urbana*: notas sobre a experiência brasileira. Recife: CEDEPLAR, 1981.

MONTES CLAROS. *A cidade*. [200-]. Disponível em: <http://www.montesclaros.com/>. Acesso em: 12 ago 2007

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. *Plano Diretor de Montes Claros:* leis de urbanismo e zoneamento, classificação de uso do solo e código de obras. Montes Claros: PMMC, 1970.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. *Plano de Desenvolvimento de Montes Claros.* Montes Claros: PMMC, 1991.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Coordenação. *Plano Diretor de Montes Claros.* Montes Claros: PMMC/ SEPLAN, 1995.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. SEPLAN. *Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Montes Claros*. Montes Claros: PMMC, 2002.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. SEPLAN. *Plano Diretor de Montes Claros.* Montes Claros: PMMC, 2001.

MONTES CLAROS. *Prefeitura Municipal.* [200-]. Disponível em: <http:// www.montesclaros.mg.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2005

MOURA, Rosa. Metrópoles em reestruturação: a lógica da desordem. In: RIBEIRO, L.C.Q. (Org.). *Metrópoles:* entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Rio de Janeiro: FASE, 2004. p. 269-288.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, M.F.M. *et al. Formação social e econômica do Norte de Minas.* Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 13-103. v. 1.

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica, 1979. v. 1.

PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares (Org.). *Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004.

PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R. Tendências e problemas da urbanização de cidades médias: o caso de Montes Claros. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 2., 2003, Uberlândia. *Perspectivas para o Cerrado no Século XXI.* Uberlândia: IG/UFU, 2003. 1 CD-ROM

PERROUX, Françoise. *A economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.

PLANO de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI. Belo Horizonte: PRODAX, 1977.

PLANO Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais – PEMAS. Programa de Desenvolvimento Institucional dos Municípios para a Gestão Urbana. Montes Claros: PEMAS, 2001.

PRÉTECEILLE, Edmond. Cidades globais e fragmentação social. In: RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

PROJETO Especial Cidade de Porte Médio - PECPM: sub-projeto de Montes Claros. Montes Claros: SEPLAN, [198-].

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, M.F.M. *et al. Formação social e econômica do Norte de Minas.* Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 105-172. v. 1.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* técnica, tempo, razão e emoção*.* São Paulo: Hucitec,1996.

_____. *A urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *O espaço dividido:* os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCOTT, Allen. *Global city-regions*: trends, theory, policy*.* Cambridge, UK; New York: Oxford University Press, 2001.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SMOLKA, M.; VAINER, C. Em tempos de liberalismo: tendências e desafios do planejamento urbano no Brasil. In: PIQUET, R.; RIBEIRO, A. (Org.). *Brasil território:* descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: J. Zamar, 1991. p.19-32.

SOJA, Edward. *Postmetropolis:* critical studies of cities and regions*.* Oxford: Blackweel, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade:* uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
SPÓSITO, Maria Encarnação. Novas formas espaciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPÓSITO, M.E.B (Org). *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.* Presidente Prudente: UNESP, 2001.

TOLOSA, Hamilton. A reestruturação produtiva do Rio e São Paulo e a viabilidade das cidades mundiais brasileiras. In: RESENDE, F.; LIMA, R. *Rio – São Paulo cidades mundiais:* desafios e oportunidades. Brasília: IPEA,1999.

VIANNA, Urbino de Sousa. *Montes Claros:* breves apontamentos históricos, geográficas e descritivos. Belo Horizonte: [s.n.], 1916.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WIRTH, Louis. *El urbanismo como modo de vida*. Buenos Aires: [s.n.], 1962.

# ANEXOS

## Anexo 1

| Bocaiúva | Janaúba | Montes Claros |
|---|---|---|
| Bocaiúva..... | Catuti ..... | Brasília de Minas..... |
| Engenheiro Navarro..... | Espinosa..... | Campo Azul ..... |
| Francisco Dumont..... | Gameleiras ..... | Capitão Enéas..... |
| Guaraciama ..... | Jaíba ..... | Claro dos Poções..... |
| Olhos-d' Água..... | Janaúba..... | Coração de Jesus..... |
| Total: 5 municípios..... | Mamonas ..... | Francisco Sá..... |
| | Mato Verde..... | Glaucilândia ..... |
| **Grão Mogol** | Monte Azul..... | Ibiracatu ..... |
| Botumirim..... | Nova Porteirinha ..... | Japonvar ..... |
| Cristália..... | Pai Pedro ..... | Juramento..... |
| Grão Mogol..... | Porteirinha..... | Lontra ..... |
| Itacambira..... | Riacho dos Machados..... | Luislândia ..... |
| Josenópolis ..... | Serranópolis de Minas..... | Mirabela..... |
| Padre Carvalho ..... | Total: 13 municípios..... | Montes Claros..... |
| Total: 6 municípios..... | | Patis..... |
| | **Salinas** | Ponto Chique ..... |
| **Januária** | Águas Vermelhas..... | São João da Lagoa ..... |
| Bonito de Minas ..... | Berizal ..... | São João da Ponte..... |
| Chapada Gaúcha ..... | Curral de Dentro ..... | São João do Pacuí ..... |
| Cônego Marinho ..... | Divisa Alegre ..... | Ubaí..... |
| Icaraí de Minas ..... | Fruta do Leite ..... | Varzelândia..... |
| Itacarambi..... | Indaiabira ..... | Verdelândia..... |
| Januária..... | Montezuma ..... | Total: 22 municípios..... |
| Juvenília ..... | Ninheira ..... | |
| Manga..... | Novorizonte ..... | **Pirapora** |
| Matias Cardoso ..... | Rio Pardo de Minas..... | Buritizeiro..... |
| Miravânia ..... | Rubelita..... | Ibiaí..... |
| Montalvânia..... | Salinas..... | Jequitaí..... |
| Pedras de Maria da Cruz ..... | Santa Cruz de Salinas ..... | Lagoa dos Patos..... |
| Pintópolis ..... | Santo Antônio do Retiro ..... | Lassance..... |
| São Francisco..... | São João do Paraíso..... | Pirapora..... |
| São João das Missões ..... | Taiobeiras..... | Riachinho ..... |
| Urucuia ..... | Vargem Grande do Rio Pardo .. | Santa Fé de Minas..... |
| Total: 16 municipios..... | Total: 17 municipios..... | São Romão..... |
| | | Várzea da Palma..... |
| | | Total: 10 municípios..... |

# Livros Grátis

( http://www.livrosgratis.com.br )

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo